



Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Meio Ambiente  
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos  
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia



**ALEXANDRE NUNES DA SILVA**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL NO MARAJÓ: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE SANTO  
EZEQUIEL MORENO, PORTEL (PA)**

**BELÉM  
2020**

**ALEXANDRE NUNES DA SILVA**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL NO MARAJÓ: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE SANTO  
EZEQUIEL MORENO, PORTEL (PA)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em  
Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na  
Amazônia, ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade  
Federal do Pará.

Área de Concentração: Gestão de Recursos Naturais e  
Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Socorro Almeida Flores.

**BELÉM  
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S586e Silva, Alexandre Nunes

A economia solidária como vetor do desenvolvimento territorial no Marajó: estudo de caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno, Portel (PA) / Alexandre Nunes Silva. — 2020.

132 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Coorientação: Profª. Dra. Maria do Socorro Almeida Flores

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Economia social - Portel (PA). 2. Comunidade - Desenvolvimento - Portel (PA). 3. Solidariedade. 4. Emancipação social. 5. Sustentabilidade. I. Título.

CDD: 23. ed.: 334.098115

---

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL NO MARAJÓ: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE SANTO  
EZEQUIEL MORENO, PORTEL (PA)**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Área de Concentração: Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local.

Defendido e aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha - Orientador  
Doutor em Geografia  
Universidade Federal do Pará

---

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho - Membro  
Doutor em Desenvolvimento Econômico  
Universidade Federal do Pará

---

Prof. Dr. Mário Médice Costa Barbosa - Membro  
Doutor em História Social  
Instituto Federal Educação do Pará – IFPA Campus Breves

A todo o povo agroextrativista do Marajó das  
águas e das florestas que lutam pela  
preservação do meio natural e dele  
solidariamente tiram seu sustento.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos aos meus mestres e amigos do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), em especial ao meu orientador Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha e minha coorientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria do Socorro Almeida Flores. Agradeço também ao Prof. Dr. Mário Médice Costa Barbosa, pelo excelente convívio e grandes momentos de aprendizado em prol dos povos da Amazônia. Agradeço imensamente a todos os agroextrativistas do Rio Acutipereira, especialmente aos sempre empenhados caboclos marajoaras - Teofro Lacerda Gomes, Odivan Ferreira Correa, Sônia do Socorro de Oliveira Almeida, Nilson Corrêa da Silva, Maria Cláudia dos Santos Baia e Benedita do Socorro da Silva, pelo gentil e prestativo acolhimento na comunidade Santo Ezequiel Moreno, e pelas informações pacientemente prestadas, as quais foram essenciais para subsidiar a presente pesquisa.

Obrigado àqueles que são os alicerces de tudo que há de bom em mim, meus pais, irmãos, minha linda e amada esposa Elisângela e filho querido Arthur.

Todos os objetivos traçados com fé em Deus e trabalho serão conquistados.

## RESUMO

A pesquisa visa apresentar estudo de caso que evidencia e contextualiza o tema “Economia Solidária” à luz do que vem sendo construído no âmbito do território do Marajó, tendo como universo da pesquisa o Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) Acutipereira, mais especificamente a Comunidade Santo Ezequiel Moreno e suas redes de colaboração solidária com as demais comunidades adjacentes. O objetivo geral da pesquisa concentrou-se em apresentar e compreender a realidade de uma comunidade rural inserida na região do Marajó, com enfoque direcionado ao conjunto de atividades econômicas solidárias, de maneira a identificar suas limitações e potencialidades, com vistas a contribuir na busca permanente do desenvolvimento ancorado no território. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com o uso do método qualitativo, com abordagem do tipo exploratória, por meio de um estudo de caso. Destaca-se como hipótese que a comunidade encontra-se em plena construção de uma cultura solidária e cooperativista e vem desenvolvendo diversas iniciativas com enfoque na produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma da autogestão que efetivamente contribuem para o alcance do desenvolvimento territorial e melhor gestão dos recursos naturais, mas que ainda requer dar um salto de qualidade tanto no amadurecimento e operacionalização de seus projetos, no efetivo acesso à novos mercados, e no aprimoramento de suas redes de colaboração solidária dentro e fora do PEAEX Acutipereira, para assim atingir plena emancipação social e o bem-estar coletivo. Constatou-se que as iniciativas econômicas solidárias em operacionalização na comunidade pesquisa, de fato estão proporcionando geração de trabalho, renda e melhores condições de vida às famílias, mesmo que de forma incipiente. Portanto, estão obtendo excelentes resultados.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Solidariedade. Emancipação social. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

The research aims to present a case study that highlights and contextualizes the theme “Solidarity Economy” in the light of what has been built within the scope of the Marajó territory, having as its research universe the State Project for Agroextractive Settlement (PEAEX) Acutipereira, more specifically the Santo Ezequiel Moreno Community and its networks of solidarity collaboration with other adjacent communities. The general objective of the research was to present and understand the reality of a rural community inserted in the Marajó region, focusing on the set of solidary economic activities, in order to identify its limitations and potential, with a view to contributing to the permanent search development anchored in the territory. The methodological procedures used were bibliographic research, documentary research and field research, using the qualitative method, with an exploratory approach, through a case study. It stands out as a hypothesis that the community is in full construction of a solidary and cooperative culture and has been developing several initiatives focusing on production, distribution, consumption, savings and credit, organized in the form of self-management that effectively contribute to the achievement of territorial development and better management of natural resources, but which still requires a leap in quality both in the maturation and operationalization of its projects, in the effective access to new markets, and in the improvement of its solidarity collaboration networks inside and outside PEAEX Acutipereira, in order to achieve full social emancipation and collective well-being. It was found that the solidary economic initiatives in operation in the research community, in fact, are providing families with jobs, income and better living conditions, even if in an incipient way. Therefore, they are getting excellent results.

**Keywords:** Development. Solidarity. Social emancipation. Sustainability.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Notícia Jornalística Mortes por Raiva Humana .....	39
Figura 2	Notícia Jornalística Mortes por Raiva Humana .....	39
Figura 3	Logomarca do Fundo Solidário Açai .....	77
Figura 4	Logomarca Cozinha Agroextrativista Iaçá .....	84
Figura 5	Peça Publicitária de Inauguração .....	85
Figura 6	Peça Publicitária de Inauguração .....	85
Figura 7	Projeto Mulheres Marajoaras .....	98
Figura 8	Inauguração da Cozinha Iaçá .....	98
Figura 9	Banner IV Feira de Ciências do Acutipereira .....	99
Figura 10	Comitê Gestor do Manejaí e Companhia .....	101

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Comunidade Santo Ezequiel Moreno .....	36
Fotografia 2	Ponte de madeira .....	80
Fotografia 3	Miniagroindústria Boa União .....	82
Fotografia 4	Capacitação de Agentes Multiplicadores em Manejo de Açaizais Nativos .....	100
Fotografia 5	Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade .....	106

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa de Localização do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) Acutipereira, Marajó, Amazônia, Brasil .....	42
Mapa 2	Mapa de Relações de Produção e Consumo Solidário no Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) Acutipereira .....	90
Mapa 3	Mapa de Localização dos Projetos Estaduais de Assentamento Agroextrativista (PEAEXs), Portel, Marajó, Amazônia, Brasil .....	91

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sujeitos entrevistados com nome, idade e especificação .....	26
Quadro 2	Programas para o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias no Marajó .....	60
Quadro 3	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2012 a 2023) .....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Desempenho escolar em Portel em comparação com o Pará e o Brasil .....	30
Tabela 2	Nível de escolaridade da população com mais de 10 anos de Portel .....	30
Tabela 3	Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Portel (PA) .....	32
Tabela 4	Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais), Pará, Marajó e Municípios - 2010 a 2017 .....	33
Tabela 5	Estrutura produtiva dos municípios marajoaras, segundo predominância dos setores econômicos e da atividade da administração pública no estado do Pará, 2017 .....	34
Tabela 6	Ranking dos municípios com maior valor adicionado da agropecuária, Estado do Pará, 2016 e 2017 .....	35
Tabela 7	Relações de Produção e Consumo Solidário entre as Comunidades do PEAEX Acutipereira .....	88

## LISTA DE SIGLAS

ADIP	Autorização de Detenção de Imóvel Público
AMAM	Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó
AMACOL	Amazônia Compensados e Laminados S.A
APERAP	Associação dos Produtores Extrativistas do Rio Acutipereira
AEPL	Arranjos Eco-Produtivos Locais
ASMOGA	Associação dos Moradores do Assentamento Acutipereira
ATAA	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Acutipereira
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DTE	Diretoria de Trabalho e Emprego
ECOSOL	Economia Solidária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER PARÁ	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FASE	Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional
FLO	Fairtrade Labelling Organizations International
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FFCF	Fundo Florestal Comunitário Familiar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GEI	Grupo Executivo Interministerial
GEPLAM	Grupo Executivo do Estado do Pará para o Plano Marajó
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEFLOR-Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LARC	Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica
MANEJAÍ	Centro de Referência em Manejo de Açaizais no Marajó
MANEJAÍ E CIA	Centro de Referência em Manejo de Açaizais no Marajó e Companhia
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MCC	Mondragón Corporación Cooperativa
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PAS	Plano Amazônia Sustentável
PCTAF	Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PDA	Programa de Desenvolvimento para Amazônia
PDL	Plano de Desenvolvimento Local
PEAEX	Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista
PET	Programa de Educação Tutorial
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNES	Política Nacional de Economia Solidária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA	Plano Plurianual
PPGEDAM	Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
PRDA	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAF	Sistemas Agroflorestais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP/PA	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Pará
SCJS	Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINAES	Sistema Nacional de Economia Solidária
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SDRU	Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência Regional de Desenvolvimento da Amazônia
TS	Tecnologia Social
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
2	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	23
2.1	<b>O método da pesquisa</b> .....	24
2.2	<b>O município de Portel</b> .....	28
2.3	<b>A comunidade Santo Ezequiel Moreno</b> .....	36
3	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	44
3.1	<b>Desenvolvimento: concepções e alternativas</b> .....	44
3.2	<b>O papel do Estado como agente promotor do desenvolvimento territorial</b> .....	49
3.2.1	Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2007 / 2019) .....	56
3.2.2	Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Arquipélago do Marajó (2007) .....	57
3.2.3	Plano Amazônia Sustentável (2008) .....	61
3.2.4	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2012-2015 / 2016-2019 / 2020-2023) .....	63
3.2.5	Projeto de Desenvolvimento Local de Portel (2012) .....	66
3.2.6	Programa Rota de Integração Nacional – Rota do Açaí (2018) .....	68
3.3	<b>O papel da economia solidária com indutora do desenvolvimento territorial</b> .	70
4	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	76
4.1	<b>Iniciativas econômicas solidárias na Amazônia marajoara: o caso Santo Ezequiel Moreno</b> .....	76
4.1.1	Fundo Solidário Açaí: a tecnologia social emancipatória .....	77
4.1.2	Miniagroindústria Boa União: uma alternativa econômica solidária .....	81
4.1.3	Cozinha Agroextrativista Iaçá: o protagonismo feminino .....	83
4.2	<b>O PEAEX Acutipereira e sua rede de colaboração solidária</b> .....	86
4.2.1	Quem é o Estado para o agroextrativista? .....	93
4.2.2	Rede de parcerias institucionais para o desenvolvimento territorial .....	96
4.3	<b>Projetos em fase de planejamento e construção coletiva</b> .....	100
4.3.1	Manejai e Companhia .....	100
4.3.2	Ativadores de crédito rural socioambiental .....	102
4.3.3	Farmácia de ervas medicinais .....	103
4.3.4	Turismo de base comunitária .....	103
4.3.5	Empreendimento cooperativo .....	104
4.3.6	Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade .....	106
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	108
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	114
	<b>APÊNDICE A – Carteira de projetos econômicos solidários do PEAEX Acutipereira</b> .....	121



## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresenta estudo de caso que evidencia e contextualiza o tema Economia Solidária como indutora do desenvolvimento territorial no Marajó<sup>1</sup>. Utilizou-se como objeto de pesquisa uma experiência relevante que tem nas atividades econômicas solidárias, o foco de suas ações em busca do desenvolvimento territorial. Trata-se da comunidade rural denominada Santo Ezequiel Moreno, localizada no município de Portel, Estado do Pará.

Evidencia-se que os fundamentos requeridos para se enquadrar em uma realidade econômica solidária, movida por meio dos princípios da cooperação, autogestão, equidade, solidariedade e sustentabilidade, estão presentes no dia a dia dos agroextrativistas e em sua relação com a gestão sustentável dos recursos naturais, de modo a buscar de forma permanente o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental em suas relações humanas (SANTOS, 2014).

O que caracteriza e como se materializa o desenvolvimento? Indagações como essa são essenciais e suscitam o debate provocativo e propositivo. Para responder a esse questionamento é imprescindível destacar conceitos importantes que balizaram os rumos do presente estudo. Inicialmente deve-se compreender o conceito de desenvolvimento humano<sup>2</sup> e considerar que parte da sociedade caminha a procura uma espécie de desenvolvimento alternativo integrado e sustentável. Um desenvolvimento que está ao encalço da emancipação social, por meio de uma democracia integral e participativa. Cada vez mais autores discutem esse tema, portanto, busca-se incessantemente a compreensão de novas formas de relações humanas, formas que busquem um equilíbrio entre o bem-estar individual e o coletivo, entre as necessidade da sociedade e o equilíbrio no uso dos recursos naturais.

Os alicerces do presente estudo estão fundamentados na abordagem do conceito de desenvolvimento territorial, como uma estratégia de desenvolvimento inovadora na qual por meio da participação, movimentam-se recursos da sociedade civil, mercado e Estado, para construção de projetos de desenvolvimento alternativos e mais democráticos.

“O território pode ser entendido com uma construção histórico-social na qual se entrelaçam política, economia, cultura e ambiente natural enquanto instâncias conformadoras

---

<sup>1</sup> O Arquipélago do Marajó, integralmente situado no Estado do Pará, constitui-se numa das mais ricas regiões do país em termos de recursos hídricos e biológicos. O Arquipélago é formado por um conjunto de ilhas, que, em seu todo, constitui a maior ilha flúvio-marítima do mundo, com 49.606 Km<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020).

da sociedade e definidoras de sua organização espacial” (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2018, p. 30).

Em uma perspectiva que engloba os fundamentos do desenvolvimento territorial, a pesquisa firma-se em uma abordagem de elevação das potencialidades humanas. Trata-se do conceito de Economia Solidária. Caracteriza-se como uma nova possibilidade de desenvolvimento, por meio da emancipação social de amplo espectro de ação, tal qual um antídoto ao apetite voraz do sistema capitalista convencional que persegue a maximização do lucro a qualquer preço, onde o obvio deveria ser a maximização do benefício social.

Para Singer (2002), a economia solidária pode ser entendida como um outro modo de produção, e as liberdades individuais devem satisfazer os interesses da coletividade. Esses princípios devem produzir uma única classe de trabalhadores, com direitos e deveres iguais. A partir de mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda, a solidariedade e a igualdade seriam reproduzidas.

Estudar o tema Economia Solidária como indutor do desenvolvimento territorial no âmbito da Amazônia marajoara, mostra-se imprescindível, pois, trata-se de uma região com grandes belezas naturais e igualmente grandes limitações e desafios. Presume-se que somente a partir de uma abordagem diferenciada com ênfase na cooperação, na autogestão e na dimensão econômica inclusiva e solidária, será possível alcançar níveis de desenvolvimento territorial que levem ao bem-estar individual e comunitário.

É importante mencionar que o tema Economia Solidária, está diretamente correlacionado às atualidades epistemológicas incessantemente pesquisadas e praticadas pelos membros do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), via Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), considerando que observa-se a perspectiva plural e interdisciplinar no debate sobre a relação homem, natureza e desenvolvimento, aderentes em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A economia solidária possui fundamentos que coadunam na totalidade com os objetivos perseguidos pelo pacto intitulado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual definiu 17 objetivos que foram desdobrados em 169 metas, firmado por 193 Estados-membros, incluindo o Brasil.

As práticas solidárias possuem valores que buscam atender às necessidades e os desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e ao bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (SINGER, 2002). Portanto, relacionam-se diretamente na busca por emprego digno e

crescimento econômico, na redução das desigualdades, na erradicação da pobreza, no combate à fome, na democratização do acesso à educação de qualidade, na igualdade de oportunidades e respeito aos aspectos de gênero, no direito a boas condições de vida com o respeito ao uso sustentável dos recursos naturais, no consumo e produção sustentáveis e parcerias sociais e institucionais em prol das metas benéficas à coletividade. Logo, seus preceitos são equivalentes e visam atingir o desenvolvimento local sustentável de todas as nações.

Diante desse contexto científico, questão problematizadora destacada no presente estudo concentra-se em identificar se as iniciativas econômicas solidárias implementadas no âmbito do território do Marajó, tem reais condições de obter bons resultados, considerando as grandes limitações presentes nesse espaço geográfico. Em outras palavras, os esforços da presente pesquisa irão se concentrar em buscar evidenciar se de fato os princípios e fundamentos peculiares à economia solidária se mostram mais que uma filosofia de vida utópica, ou se de fato possuem reais chances de promover o desenvolvimento territorial e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida, para desta forma finalmente se contrapor a frequente mácula dos baixos indicadores de desenvolvimento humano, tais como, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>3</sup>.

A economia solidária é uma estratégia capaz de produzir efeitos positivos em todo o mundo e não seria diferente no caso do território do Marajó. Entretanto, esse modelo de empreendimento econômico e ao mesmo tempo uma filosofia de vida, traz consigo importantes desafios em sua implantação, em especial em um lugar como a Amazônia, com suas complexidades e limitações no que tange aos aspectos políticos, econômicos e sociais. Contudo, acredita-se que tudo começa quando as pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, e quando os resultados se apresentam satisfatórios e os “donos do negócio” atingem os objetivos coletivos, e porque não dizer individuais em certa medida, a cooperação cresce e se desenvolve de maneira sustentável.

Com base nesse pressuposto, a hipótese submetida à confirmação ou contestação é de que a comunidade encontra-se em plena construção de uma cultura solidária e cooperativista e vem desenvolvendo diversas iniciativas com enfoque na produção, distribuição, consumo,

---

<sup>3</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é um indicador elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apresenta a junção de três componentes básicos: a longevidade - expectativa de vida da população; a educação - média de anos de estudos; a renda – Produto Interno Bruto (PIB) per capita de um determinado recorte espacial, iniciando do valor 0 - quando não há desenvolvimento humano, ao valor 1 - quando o desenvolvimento é considerado total, ou seja, quanto mais próximo de 1 for o valor do IDHM de determinado local, mais desenvolvido ele é.

poupança e crédito, organizadas sob a forma da autogestão que efetivamente contribuem para o alcance do desenvolvimento territorial e melhor gestão dos recursos naturais, mas que ainda requer dar um salto de qualidade tanto no amadurecimento e operacionalização de seus projetos, no efetivo acesso à novos mercados, e no aprimoramento de suas redes de colaboração solidária dentro e fora do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) Acutipereira, para assim atingir plena emancipação social e o bem-estar coletivo.

O objetivo geral da pesquisa concentrou-se em apresentar e compreender a realidade de uma comunidade rural inserida na região do Marajó, com enfoque direcionado ao conjunto de atividades econômicas solidárias, de maneira a identificar suas limitações e potencialidades, com vistas a contribuir na busca permanente do desenvolvimento ancorado no território<sup>4</sup>.

Como desdobramento do objetivo geral, definiu-se três objetivos específicos, são eles:

- a) Apresentar as atividades econômicas solidárias presentes na área de estudo, com ênfase em suas limitações e potencialidades;
- b) Analisar as dinâmicas socioprodutivas da rede de colaboração solidária existente no PEAEX Acutipereira;
- c) Expor aos agroextrativistas novas iniciativas econômicas solidárias que podem ser implementadas no âmbito de seus territórios.

Quanto aos procedimentos metodológicos, efetuou-se um método quantitativo, com abordagem do tipo exploratória, por meio de um estudo de caso. A natureza das fontes utilizadas foram provenientes de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Para a coleta de dados valeu-se do exercício de observação sistemática e a realização de entrevistas livres e semiestruturadas como instrumentos de pesquisa. Com a finalidade de obter-se a melhor organização no processo de pesquisa, o método compartimentou-se em três etapas distintas: Pré-Campo, Campo e Pós-Campo.

A estrutura da pesquisa apresenta-se em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se esta introdução, com a abordagem inicial do tema pesquisado, assim como a explanação dos argumentos e objetivos científicos.

---

<sup>4</sup> Espaço socialmente construído, geograficamente definido com afinidades sócio-culturais, caracterizado por critérios multidimensionais (o ambiente, a economia, a sociedade, a formação histórica e cultural), instituições políticas e grupos sociais distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos que indicam identidade e coesão, social e cultural. Essa é a definição da abordagem territorial, concebida como método de fortalecimento da Economia Solidária na construção de iniciativas de desenvolvimento sustentável e solidário. BRASIL. Ministério da Economia (2015).

No segundo capítulo, intitulado “Percurso Metodológico”, buscou-se apresentar as informações necessárias para a caracterização do universo da pesquisa, bem como o detalhamento dos métodos científicos utilizados para a obtenção dos dados, e o detalhamento dos sujeitos envolvidos.

O terceiro capítulo, apresenta a Revisão Bibliográfica, seção que promove debates relevantes. Com subtítulo “Desenvolvimento: concepções e alternativas”, buscou-se, a partir de consistente literatura científica, adentrar e compreender melhor os aspectos epistemológicos tratados na pesquisa no que tange os princípios e conceitos acerca das convicções sobre os temas Desenvolvimento e Economia Solidária, com ênfase aos pontos de convergência intrínsecos que interligam tais concepções. Nas seções secundárias e terciárias, buscou-se abordar sobre “o papel do Estado como agente promotor do desenvolvimento territorial”, a partir da implementação de programas e projetos fundamentados em princípios econômicos solidários que tem o poder de promover o desenvolvimento territorial da Amazônia marajoara. O capítulo é finalizado como a abordagem sobre “o papel da economia solidária como indutora do desenvolvimento territorial”, este ponto do estudo ocupa-se em promover uma reflexão acerca dos fundamentos da economia solidária e sua colaboração na busca do desenvolvimento territorial alternativo.

O quarto capítulo descreve os “Resultados e Discussões” obtidos na pesquisa, devidamente organizados de modo a esclarecer o que vem ocorrendo em um caso de grande relevância social no Marajó. O eixo inicial de análise concentrou-se na apresentação dos principais projetos econômicos solidários em andamento no âmbito da comunidade Santo Ezequiel Moreno. Em seguida evidencia-se os resultados inerentes a operacionalização da rede de colaboração solidária entre as comunidades do PEAEX Acutipereira e demais assentamentos vizinhos. Nesta etapa da pesquisa, deu-se ênfase a uma importante discussão que revela a complexa relação entre os agroextrativistas e a figura do Estado no cotidiano comunitário; assim como a grande rede de parceiros institucionais tecida no decorrer do tempo. O capítulo encerra-se com a apresentação dos projetos em fase de planejamento e construção coletiva no âmbito da comunidade, com destaque para a criação de uma Cooperativa Agropecuária e para o Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade, fontes de grande interesse e potencial transformador.

No quinto e último capítulo, a partir de uma análise detalhada dos estudos e resultados obtidos, são expostas as “Considerações Finais” da pesquisa, centradas na questão problematizadora que norteou a realização do estudo. O encerramento da pesquisa foi consolidado com a contribuição do produto científico – Carteira de Projetos Econômicos

Solidários do PEAEX Acutipereira, documento que tem como propósito discutir a economia solidária no nível operacional das iniciativas consideradas de implementação exequível.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Para contextualizar e compreender melhor o *locus* da pesquisa, é importante frisar que a escolha da comunidade deu-se por meio do vínculo institucional que formou-se entre as lideranças da comunitárias de Santo Ezequiel Moreno e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus de Breves. Constata-se que estão em andamento diversas ações voltadas à educação profissional e tecnológica aos cidadãos do Marajó, incluindo o município de Portel, sede do PEAEX Acutipereira, que abrange a comunidade objeto do estudo. Além do grande reconhecimento que as iniciativas econômicas solidárias implementadas pelos agroextrativistas dessa importante região vem obtendo atualmente foco de diversos estudos e parcerias estratégicas.

É importante mostrar que existem regiões no Marajó que possuem importantes iniciativas com o protagonismo popular que buscam e alcançam níveis de desenvolvimento territorial alternativo promissores, algo autêntico e emanado do povo. Assim é o rio Acutipereira e suas comunidades, com rica biodiversidade e seu valioso povo agroextrativista que surpreende pela permanente busca pela emancipação social que lhes é peculiar.

Nesse contexto promissor deu-se a presente pesquisa, buscou-se informações quanto a presença e a efetividade de projetos de desenvolvimento territorial alternativo no que tange aos fundamentos da Economia Solidária, e a partir do caso exitoso identificado, adentrou-se na realidade encontrada, de modo a apresentar e contribuir com o virtuoso ciclo de desenvolvimento em curso. Buscou-se também levantar importantes dados demográficos relativos aos variados aspectos do tecido social do *locus* da pesquisa: a população, a infraestrutura, as atividades econômicas, sociais e ambientais que ocorrem no espaço pesquisado.

Os sujeitos que estão protagonizando as grandes transformações sociais pelas quais vêm passando as comunidades do PEAEX Acutipereira, evidentemente são os comunitários agroextrativistas<sup>5</sup>, fonte principal das informações coletadas para a consecução dos estudos.

No decorrer dos anos esses agroextrativistas vêm promovendo grandes avanços no que tange a governança territorial, de modo a constituir uma forte rede de parceiros institucionais.

---

<sup>5</sup> Para fins de nomenclatura, no âmbito do presente estudo os sujeitos pesquisados serão identificados como agroextrativistas, pois existe a combinação de atividades produtivas voltadas para a agricultura, cultivo de plantas frutíferas e pesca, juntamente com atividades extrativistas. Contudo, é importante enfatizar que esses sujeitos se reconhecem essencialmente extrativistas, pertencentes a uma comunidade tradicional. É relevante mencionar que a partir da criação do PEAEX Acutipereira, esses sujeitos também passam a ser identificados como assentados.

Diante deste cenário e com o uso de métodos científicos detalhados a seguir, extraiu-se os dados necessários para subsidiar as análises, discussões, produção de resultados e considerações finais.

## **2.1 O método da pesquisa**

A pesquisa buscou seguir as diretrizes apresentadas por França Filho (2007), que defende que a temática da Economia Solidária caracteriza-se como um objeto sujeito a múltiplas possibilidades de compreensão e diversos caminhos para discussão. Portanto, buscou-se avançar para mais que uma discussão conceitual e apresentar uma iniciativa exitosa em andamento no âmbito do Marajó, assim como novos ângulos e perspectivas de atuação.

Para o desenvolvimento do estudo, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

Na pesquisa bibliográfica realizou-se estudos minuciosos decorrentes de arcabouços teóricos existentes na literatura científica e desta forma foi possível compreender melhor a problemática da pesquisa. Utilizou-se estudos que debatem a temática do desenvolvimento em suas variadas facetas e concepções que perpassam por conceitos como: desenvolvimento territorial, desenvolvimento local e uma perspectiva voltada para o desenvolvimento humano integral – o desenvolvimento alternativo, por meio de uma outra economia, a Economia Solidária. Além de abordar o papel do Estado e das iniciativas econômicas solidárias como instrumentos indutores do desenvolvimento territorial.

Quanto a pesquisa documental, realizou-se um trabalho de busca e acesso à documentos institucionais das três esferas de governo, bem como documentos internos da comunidade, base de dados governamentais e não governamentais que contêm informações inerentes aos aspectos do desenvolvimento territorial e da economia solidária.

A pesquisa de campo caracterizou-se pelo contato direto com a realidade dos moradores da comunidade estudada, onde realizou-se entrevistas junto aos sujeitos selecionados, além de observação direta e registros fotográficos necessários para melhor apresentar o caso em estudo. É relevante mencionar que a pesquisa tomou um novo olhar após o processo de qualificação, uma perspectiva que buscou a priorização da vivência em campo e a busca por respostas concretas provenientes e essencialmente dos sujeitos objeto do estudo, sem antecipações ou prejulgamentos.

Todavia, para fins obter-se uma melhor organização no processo de pesquisa, o método compartimentou-se em três etapas distintas: pré-campo, campo e pós-campo.



Na etapa pré-campo, realizou-se a organização do referencial teórico especializado com a definição dos principais autores e delimitação dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Nesta etapa definiu-se que para o desenvolvimento do estudo, os procedimentos metodológicos seriam por meio de pesquisa na modalidade bibliográfica, documental e de campo, com o uso do método qualitativo, com abordagem do tipo exploratória. A partir dessa definição, o estudo de caso buscou descrever as características dos sujeitos, dos fenômenos existentes e o estabelecimento de relações entre as variáveis.

O estudo de caso de iniciativas solidárias, procura compreender a economia solidária enquanto fenômeno em si, a partir de práticas organizativas singulares. Portanto, a intenção a partir deste ponto é compreender a dinâmica geral das iniciativas econômicas solidárias, partindo da análise de uma experiência concreta (FRANÇA FILHO, 2007).

Este método possibilitou a manifestação de falas e saberes de trabalhadores agroextrativistas que efetivamente vivenciam os fatos e as relações sociais e produtivas presentes na área de estudo.

Segundo Gil (2002, p. 54), o estudo de caso em ciências sociais, tem diversos propósitos, tais como:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) preservar o caráter unitário do objeto estudado; c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e, e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Becker (1993, p. 117), contribui com a seguinte reflexão “o estudo de caso em ciências sociais é tipicamente não o de um indivíduo, mas sim o de uma organização ou comunidade”.

Portanto, a presente pesquisa considerou o estudo de caso o método que melhor proporciona uma visão global do problema e ao mesmo tempo identifica possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

Na etapa campo, foram realizados os levantamentos de dados para a realização dos estudos de caracterização da dinâmica de inclusão socioprodutiva da Comunidade Santo Ezequiel Moreno, bem como a identificação do conjunto de atividades solidárias atuais e potenciais contidas na comunidade e suas relações solidárias com as comunidades adjacentes. Para tanto, realizou-se o contato direto com a realidade vivida pelos moradores da comunidade pesquisada e um grande exercício de observação e exploração.

Para a coleta de dados utilizou-se como instrumentos de pesquisa, entrevistas livres e semiestruturadas<sup>6</sup> e a observação direta em um conjunto de entrevistados selecionados por meio do critério da efetiva participação nas inúmeras atividades solidárias no âmbito da comunidade pesquisada e que efetivamente representam um papel determinante para o alcance do desenvolvimento territorial comunitário. Com base neste critério, entrevistou-se duas gerações das principais lideranças da Comunidade Santo Ezequiel Moreno.

**Quadro 1** – Sujeitos entrevistados com nome, idade e especificação

	Entrevistado (a)	Idade	Especificação
1ª GERAÇÃO DE LIDERANÇAS	Sônia do Socorro de Oliveira Almeida	44	Atual coordenadora da Cozinha Agroextrativista Iaçá e grande líder comunitária diretamente envolvida em todas as iniciativas econômicas solidárias da comunidade desde os primeiros passos.
	Teofro Lacerda Gomes	41	Técnico em Agropecuaria formado pelo IFPA Campus Castanhal, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel, ex-presidente da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acutipereira (ATAA) e atualmente coordenador do Centro de Referência em Manejo de Açaizais no Marajó (MANEJAÍ) e vice-dirigente da comunidade. Liderança comunitária responsável pelo início do processo de engajamento e governança territorial, envolvido diretamente no planejamento e gestão dos projetos econômicos solidários da comunidade.
	Odivan Ferreira Corrêa	38	Técnico em Agropecuaria formado pelo IFPA Campus Breves, atual presidente da Associação dos Moradores da Gleba Acutipereira (ASMOGA). Sujeito diretamente envolvido nas diversas ações de desenvolvimento territorial, tais como a luta pela criação do PEAEX Acutipereira.
2ª GERAÇÃO DE LIDERANÇAS	Benedita do Socorro da Silva	27	Ex-secretária do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e atualmente discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo no IFPA Campus Breves. Membro da juventude atuante no processo de desenvolvimento comunitário.
	Nilson Corrêa da Silva	25	Técnico em Agropecuaria formado pelo IFPA Campus Castanhal. Atual Presidente da ATAA. Faz parte da nova geração de lideranças comunitárias de Santo Ezequiel Moreno. Atualmente discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo no IFPA Campus Breves.
	Maria Cláudia dos Santos Baia	24	Ex-coordenadora do Fundo Solidário Açaí, atualmente discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo no IFPA Campus Breves. Integra a nova geração de lideranças.

**Fonte:** Alexandre Nunes da Silva (2019).

O Quadro 1, apresenta os primeiros líderes comunitários que promoveram os passos iniciais em busca de um novo modelo de desenvolvimento territorial, e as jovens lideranças

<sup>6</sup> As entrevistas foram devidamente gravadas e posteriormente transcritas em documento a parte, o qual foi minuciosamente analisado e utilizado no contexto oportuno da pesquisa, de forma cuidadosa de modo a evitar possíveis distorções dos dados coletados.

preparadas no decorrer do tempo e atualmente envolvidas nesse processo de concertação social, unidas em uma coletividade organizada que de fato protagonizam as grandes transformações sociais pelas quais vem passando. As entrevistas foram realizadas em variados locais, tais como: nas residências dos agroextrativistas, na escola da comunidade, nos projetos solidários em andamento, nos espaços produtivos e durante as caminhadas aos locais de trabalho em terra firme. Também optou-se por realizar entrevistas fora do ambiente comunitário, no município de Breves, e assim permitiu-se um importante distanciamento e uma perspectiva de análise “de dentro e também de fora da comunidade”, portanto com maior imparcialidade e técnica.

Por fim, na etapa pós-campo, realizou-se a consolidação dos dados coletados nas etapas anteriores. Em situações específicas, algumas atividades foram realizadas concomitantemente à etapa campo. Nesta etapa foram produzidos mapas<sup>7</sup> para demonstrar as localizações, o uso do território e as redes de colaboração solidárias presentes e potenciais na região do PEAEX Acutipereira.

A análise dos resultados e considerações finais da pesquisa realizou-se a partir da compreensão dos estudos bibliográficos, das observações em campo, e especialmente do tratamento dos dados coletados durante as entrevistas livres e semiestruturadas.

Após intenso e sistemático processo de pesquisa científica e reuniões de orientação, definiu-se que o produto do presente estudo será a Carteira de Projetos Econômicos Solidários do PEAEX Acutipereira. Trata-se de documento que contém 18 novas iniciativas econômicas solidárias, construídas a partir dos estudos bibliográficos, e principalmente da observação e os diversos diálogos em campo. Este documento será entregue as lideranças comunitárias de Santo Ezequiel Moreno, com o objetivo de serem individualmente analisadas e discutidas, com a participação da rede de parceiros institucionais, em especial o IFPA – Campus Breves.

Portanto o propósito da Carteira de Projetos, será discutir a economia solidária no nível operacional das iniciativas consideradas de implementação exequível.

Quanto aos aspectos metodológicos, reconhece-se que na construção do produto de pesquisa, aplicou-se uma metodologia de intervenção, tendo em vista que as práticas econômicas solidárias elencadas no documento são apresentadas como novas iniciativas, várias delas inclusive com potencial de tornarem-se políticas públicas, e têm o intuito de apontar novos caminhos de intervenção na realidade. Trata-se portanto, de instrumentos ou

---

<sup>7</sup> Os mapas foram produzidos no Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica (LARC), do Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará, com a utilização do Programa ArcGIS / ArcMap versão 10.1.

ferramentas para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social (FRANÇA FILHO, 2007).

## 2.2 O município de Portel

O município de Portel está inserido na chamada Amazônia marajoara, encontra-se entre os dezesseis municípios da mesorregião do Marajó e possui um valor paisagístico e cênico relevante, com grande biodiversidade e um significativo potencial econômico que aliado ao saber local, oferece condições favoráveis para implantação de atividades sustentáveis para as populações que ali residem. As potencialidades naturais específicas dessa região, com seu rico e diversificado banco genético, oferece condições, ainda não suficientemente exploradas para multiplicação e diversificação de empreendimentos econômicos, como atividades de artesanato, farmacológicas/medicinais, criação de animais, processamento de óleos e plantas medicinais, além de atividades ecoturísticas que podem ser desenvolvidas aproveitando as paisagens naturais desses espaços (REDIG; SILVA, 2009).

Os levantamentos bibliográficos guiaram a pesquisa à dados de grande relevância provenientes de estudos consolidados sobre o município de Portel, tais como: o Diagnóstico Socioambiental das Comunidades Agroextrativistas das Glebas Estaduais de Portel, que apresenta uma análise detalhada com base no último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim como o Plano de Desenvolvimento Local de Portel (PDL), Portel - PA, ambos elaborados pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-bio). Complementarmente, foram consultados dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil e o Relatório do Produto Interno Municipal 2017 elaborado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) em 2019. Portanto, trata-se de informações devidamente sistematizadas que permitem obter um panorama fidedigno da realidade concreta do município e dessa forma melhor caracterizar a área de estudo da pesquisa.

Os dados demográficos do Censo do ano de 2010, constataram que Portel possuía 52.172 habitantes, e estimativa de crescimento para 62.043 em 2019. Portel mantém um crescimento populacional médio de 3,3% ao ano, e a densidade populacional atingiu 2,06 habitantes/km<sup>2</sup>, uma das mais baixas do estado, embora, seja o segundo município mais populoso da mesorregião do Marajó, ficando atrás somente de Breves.

Os estudos revelam que nos últimos anos houve uma intensificação do êxodo rural para a sede do município. Entretanto, o censo mostra que mais da metade da população do

município ainda vive na zona rural, característica relacionada aos fatores socioeconômicos e culturais. O número de domicílios contabilizados foi de 9.634. Na zona urbana a média de habitantes por domicílio é de aproximadamente 5, enquanto na zona rural a média chega a 5,8 habitantes por domicílio.

De acordo com dados coletados em documentos do órgão público estadual IDEFLORbio, especificamente no Relatório de Gestão (2013-2018), atualmente a maior parte das florestas de Portel está em terras públicas federais e estaduais, em modalidades fundiárias como glebas públicas, unidades de conservação, assentamentos ou mesmo em terras ainda não arrecadadas pelo estado ou pela União. As florestas de domínio do estado estão localizadas principalmente em um conjunto de cinco territórios que somam cerca de 500 mil hectares, localizados ao norte do município, abrangendo parte das bacias hidrográficas do Anapú, Pacajá e Camarapí, e a bacia do rio Acutipereira.

Com o avanço do processo de ordenamento fundiário nas terras de domínio do estado, o território estadual foi subdividido nas seguintes unidades: 1) PEAEX Acutipereira; 2) PEAEX Acangatá, 3) PEAEX Alto Camarapí, 4) PEAEX Jacaré Puru e 5) Gleba Pública Estadual Joana Peres II. Além destes, estima-se que ainda haja no município quantidade igual de terras de jurisdição estadual ainda não arrecadadas, localizadas nas chamadas “terras devolutas”. Nos PEAEX e na gleba estadual vivem cerca de 3 mil famílias agroextrativistas, as quais desenvolvem atividades econômicas tradicionais como o extrativismo vegetal, a caça e pesca de subsistência e a agricultura familiar, principalmente para a produção de gêneros de primeira necessidade e a mandioca para a produção de farinha.

Quanto aos indicadores sociais do município de Portel, assim como os demais municípios da mesorregião do Marajó, lamentavelmente apresentam resultados muito abaixo do esperado para uma região tão rica em biodiversidade, vasta hidrografia e diversos atributos que deveriam posicionar essa região entre as mais equilibradas no que refere-se a qualidade de vida, preservação do seu patrimônio natural e diversidade cultural.

Os indicadores da educação, apresenta alto índice de analfabetismo e está associado à alta taxa de abandono, que chega a 35% no ensino médio (Tabela 1). Além disso, a elevada taxa de reprovação também contribui para a distorção idade-série, que chega a 55,3% no ensino médio.

**Tabela 1** – Desempenho escolar em Portel em comparação com o Pará e o Brasil

<b>Indicador</b>	<b>Portel</b>	<b>Pará</b>	<b>Brasil</b>
Índice de analfabetismo (maiores de 10 anos)*	30,2%	12,7%	9,6%
Taxa de aprovação no ensino médio**	53,6%	69,0%	73,3%
Taxa de reprovação no ensino médio**	12,4%	7,1%	10,7%
Taxa de abandono no ensino médio**	35,0%	23,9%	16,0%
Distorção idade-série no ensino médio**	55,3%	55,1%	54,0%

**Fonte:** Diagnóstico Socioambiental das Comunidades Agroextrativistas das Glebas Estaduais de Portel, Pará – IDEFLOR; (\*) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2010; (\*\*) Secretaria Municipal de Educação de Portel/PA (SEMED).

O índice de escolaridade da população apresenta resultados preocupantes. Aproximadamente 85% da população com mais de 10 anos não têm instrução ou não completou o ensino fundamental. Apenas 1,7% têm nível superior (Tabela 2).

**Tabela 2** – Nível de escolaridade da população com mais de 10 anos de Portel

<b>Indicador</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
Sem instrução e fundamental incompleto	30.784	84,4%
Fundamental completo e médio incompleto	2.949	8,1%
Médio completo e superior incompleto	2.139	5,8%
Superior completo	599	1,7%

**Fonte:** Diagnóstico Socioambiental das Comunidades Agroextrativistas das Glebas Estaduais de Portel, Pará – IDEFLOR-bio; IBGE – Censo Demográfico 2010.

Quanto a situação da saúde em Portel, infelizmente não é diferente dos demais municípios do Marajó, onde fatores socioeconômicos, ambientais e o atendimento público precário gera um cenário de insuficiência do direito pleno a esse serviço essencial. As doenças infecciosas e parasitárias são frequentes, principalmente na zona rural, onde apresenta notificações acima da média para casos de doenças diarreicas, internações por infecção respiratória aguda, hepatite e leishmaniose, além de índices elevados na incidência de doenças infecciosas como a malária, hanseníase, dengue, tuberculose e a meningite.

No que tange a infraestrutura, de maneira geral, a infraestrutura pública na zona urbana do município é deficitária e praticamente inexistente na zona rural. Na sede do município, a ocupação irregular abrange mais de 63% dos domicílios (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). A zona rural é marcada pelo isolamento das comunidades, fator que dificulta o acesso à infraestrutura e aos serviços públicos. Mesmo diante da importância do setor florestal para a economia local, fica evidente o baixo investimento público em infraestrutura produtiva e logística. Além disso, a exploração

madeireira sempre foi e ainda é altamente concentradora e pouco tem contribuído para internalizar capital e renda no município.

O sistema viário, pavimentação e transporte, apresenta-se insuficiente, restritos somente às vias principais da sede do município. Na zona rural das vias são de leito natural, com boa parte apresentando ocorrências de erosão. A única rodovia existente no município é a PA 368, não pavimentada e em condições precárias de trafegabilidade. As comunidades localizadas ao longo da PA 368 deslocam-se para a sede do município por meio de bicicletas, motos e em caminhões da Prefeitura Municipal ou de particulares. Na cidade, o principal meio de transporte é a bicicleta e a motocicleta. Na zona rural, os principais meios de transporte são: a canoa a remo e atualmente a rabeta, pequena embarcação ou canoa equipada com motor de polpa movido a gasolina conhecido; e os barcos com motor de polpa ou de centro.

De acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, atualmente a distribuição de energia elétrica e iluminação pública atende cerca de 71,78% dos domicílios de Portel.

É importante mencionar que até o ano de 2010, a energia elétrica era gerada por intermédio de motores a diesel, fornecida pela empresa Guascor do Brasil Ltda, localizada na sede do município, e a rede de distribuição era de responsabilidade da Rede CELPA. Naquele contexto, a capacidade de geração de energia já não atendia a demanda existente na cidade devido ao crescimento da população urbana e apenas 39,4% dos domicílios possuíam energia elétrica até o ano de 2010. As quedas de tensão ocorriam com frequência, bem como o racionamento de energia. A partir do ano de 2011, ocorreu a ampliação da linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí para a região do Marajó, bem como a construção de uma subestação na sediada no município de Portel, fato que supriu parcialmente a área urbana de Portel e comunidades adjacentes com energia mais estável e de menor custo. Embora, ainda apresentem muitas falhas ou até ausência de distribuição para diversas comunidades rurais. Dentre elas, a comunidade objeto dessa pesquisa.

Quanto aos aspectos relativos a renda, atualmente Portel figura-se entre os muitos municípios com baixo desenvolvimento econômico no estado do Pará. A renda per capita média de Portel cresceu 38,42% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 141,03, em 1991, para R\$ 183,15, em 2000, e para R\$ 195,22, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 1,73%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,95%, entre 1991 e 2000, e 0,64%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de

69,03%, em 1991, para 69,01%, em 2000, e para 60,55%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita por meio do Índice de Gini<sup>8</sup>, que passou de 0,48, em 1991, para 0,66, em 2000, e para 0,64, em 2010, conforme demonstra a Tabela 3.

**Tabela 3** – Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Portel (PA)

	1991	2000	2010
Renda per capita	141,03	183,15	195,22
% de extremamente pobres	37	42,43	39,4
% de pobres	69,03	69,01	60,55
Índice de Gini	0,48	0,66	0,64

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil e PNUD (2019)

De acordo com dados sobre trabalho e rendimento disponibilizados pelo IBGE, em 2017, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,1 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de apenas 7.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, Portel ocupava as posições 40 de 144 e 64 de 144, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1475 de 5570 e 4391 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, apresentava 51% da população nessas condições, o que o colocava na posição 63 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 1200 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Existem muitos fatores que contribuem para o baixo IDH, abaixo inclusive da média do Pará e do Brasil. São mazelas sociais que se geram a partir da pobreza e da precariedade dos serviços públicos, tais como: desnutrição, violência, prostituição, alcoolismo, uso e tráfico de drogas ilícitas e condições de trabalho precarizado.

Políticas de combate à pobreza vêm obtendo resultados insuficientes e de curto prazo, a exemplo do Programa Federal Bolsa Família, que transferiu no ano de 2018 o montante de R\$ 19.425.862,00 em bolsas para 7.806 famílias em condições de risco, de acordo com informações do Portal da Transparência.

<sup>8</sup> Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.



Quanto aos indicadores econômicos referente ao município de Portel, vale analisar o tradicional PIB, que apresentou um montante de R\$ 648.024,00, o 2º maior da mesorregião do Marajó, ficando atrás somente de Breves e na 39ª colocação no *ranking* do estado do Pará.

**Tabela 4** – Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais), Pará, Marajó e Municípios - 2010 a 2017

Estado/Marajó/Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Ranking Atual
<b>Pará</b>	<b>77.847.597</b>	<b>88.370.610</b>	<b>107.080.881</b>	<b>121.224.847</b>	<b>124.584.945</b>	<b>130.899.505</b>	<b>138.068.008</b>	<b>155.195.371</b>	-
<b>Marajó</b>	<b>1.710.737</b>	<b>1.850.580</b>	<b>2.905.968</b>	<b>3.423.948</b>	<b>3.595.774</b>	<b>4.213.199</b>	<b>4.946.829</b>	<b>5.037.115</b>	-
Afuá	114.180	124.239	232.238	262.214	301.313	324.962	315.991	358.261	71ª
Anajás	68.309	76.753	130.357	154.237	167.161	180.985	189.225	204.720	103ª
Bagre	56.656	61.739	102.506	141.329	139.405	147.607	167.841	176.241	109ª
Breves	336.210	358.605	503.024	555.397	621.581	653.059	685.738	743.286	33ª
Cachoeira do Arari	71.092	83.523	119.908	143.118	146.582	159.323	168.392	172.478	111ª
Chaves	77.932	82.611	114.282	137.769	147.275	167.194	177.939	181.401	108ª
Curralinho	65.130	71.909	121.206	156.926	166.068	477.864	658.236	630.977	41ª
Gurupá	93.580	97.476	133.898	163.913	181.608	197.032	206.564	230.594	96ª
Melgaço	71.900	79.874	102.149	124.602	134.299	140.741	174.783	169.796	112ª
Muaná	88.782	101.345	191.396	235.348	212.886	232.487	235.576	261.178	90ª
Oeiras do Pará	112.831	122.672	213.065	286.546	285.441	359.088	488.339	431.763	63ª
Ponta de Pedras	88.567	99.682	141.116	152.436	164.939	187.380	206.382	212.566	101ª
<b>Portel</b>	<b>190.382</b>	<b>190.341</b>	<b>378.911</b>	<b>456.736</b>	<b>439.885</b>	<b>446.246</b>	<b>695.044</b>	<b>648.024</b>	<b>39ª</b>
Salvaterra	81.446	89.453	100.369	113.111	122.809	143.257	155.367	165.754	114ª
Santa Cruz do Arari	28.852	32.009	52.165	50.839	53.013	61.148	63.135	68.177	139ª
São Sebastião da Boa Vista	71.573	79.338	131.520	153.981	164.857	169.416	178.786	206.889	102ª
Soure	93.315	99.011	137.858	135.446	146.652	165.410	179.491	175.010	110ª

**Fonte:** Organizado pelo autor com dados do IBGE e FAPESPA (2019)

Diante de todos os dados apresentados, evidencia-se que Portel é um retrato do que frequentemente ocorre no Marajó e se desdobra nos demais municípios. Sua economia é essencialmente agroextrativista, tendo durante muito tempo de sua existência, o foco voltado predominantemente para a exploração da madeira.

De acordo com estudos realizados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) no ano de 2010, a mesorregião do Marajó chegou a concentrar a segunda maior produção madeireira do estado do Pará e da região amazônica e firmou-se como região estratégica para a economia florestal no Pará, visto que fornecia grande parte da matéria prima para importantes polos de processamento, distribuição e consumo de madeira como Breves, Belém e Paragominas. O polo de Breves foi o maior consumidor e processador de madeira da mesorregião do Marajó. Todavia, é necessário esclarecer que a maior parte da madeira em tora que abasteceu este polo foi proveniente das florestas do município de Portel (IDEFLOR-bio, 2011).

Os estudos evidenciam que a intensa exploração madeireira em Portel desde a década de 70, por grandes empresas como a Amazônia Compensados e Laminados S.A (AMACOL),

EIDAI do Brasil Madeiras S.A, e CIKEL Brasil Verde Madeiras Ltda, além de dezenas de médias e pequenas empresas, frequentemente operando de forma irregular, ocasionou o rápido declínio da madeira do município. Aliado ao aumento da fiscalização na região, fato que acarretou no fechamento de muitas madeireiras, especialmente no período de 2006 a 2007. Esses fatos colocam Portel em evidencia e acirram o debate acerca do combate ao desmatamento, tema sempre conflituoso em todas as regiões brasileiras.

Os baixos indicadores sociais apresentados, revelam que os habitantes de Portel, especialmente das áreas rurais, vivem em condições de muitas dificuldades pela falta de infraestrutura e serviços básicos, o que tem ocasionado uma tendência de anseios por mudanças no uso dos recursos naturais, não somente da extração tradicional destes recursos, mas com a tendência para a inserção de práticas sustentáveis. Diante desse cenário de mudança, a agricultura familiar como nunca antes, apresenta-se como uma promissora alternativa de desenvolvimento.

Apesar do cenário marcado por grandes limitações, os cidadãos do município de Portel caracterizam-se pela forte organização e ativismo social, político e econômico. Observa-se um maior interesse para as iniciativas baseadas no associativismo e no cooperativismo por meio da agricultura familiar. Os dados mais recentes destacam a predominância do setor agropecuário com 40,72% de toda a estrutura produtiva do município. Cenário que o diferencia da maioria das cidades marajoaras. O setor da Administração Pública representou 39,32% do PIB de Portel, seguido do setor de serviços com 15,37%. O setor industrial vem apresentando grande declínio nos últimos anos, devido principalmente a queda da indústria madeireira.

**Tabela 5** – Estrutura produtiva dos municípios marajoaras, segundo predominância dos setores econômicos e da atividade da administração pública no estado do Pará, 2017. (Continua)

PA/Município	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)	Administração Pública (%)	Predominância
Afuá	38,1	5,24	12,52	44,14	Administração Pública
Anajás	19,74	5,87	15,93	58,47	Administração Pública
Bagre	31,05	2,89	12,21	53,85	Administração Pública
Breves	6,37	4,75	29,19	59,69	Administração Pública
Cachoeira do Arari	23,26	3,18	13,94	59,62	Administração Pública
Chaves	40,49	2,98	7,2	49,33	Administração Pública
Currálinho	67,23	3,98	9,81	18,98	Agropecuária

**Tabela 5** – Estrutura produtiva dos municípios marajoaras, segundo predominância dos setores econômicos e da atividade da administração pública no estado do Pará, 2017.

(Conclusão)

Gurupá	22,46	3,13	16,36	58,04	Administração Pública
Melgaço	15,17	2,75	12,8	69,28	Administração Pública
Muaná	36,46	3,1	12,42	48,02	Administração Pública
Oeiras do Pará	56,77	2,8	9,98	30,46	Agropecuária
Ponta de Pedras	29,64	2,5	16,54	51,32	Administração Pública
<u>Portel</u>	<u>40,72</u>	<u>4,59</u>	<u>15,37</u>	<u>39,32</u>	<u>Agropecuária</u>
Salvaterra	14,68	4,64	27	53,67	Administração Pública
Santa Cruz do Arari	37,02	1,87	11,3	49,8	Administração Pública
São Sebastião da Boa Vista	32,72	2,5	13,82	50,95	Administração Pública
Soure	18,44	3,83	24,82	52,91	Administração Pública

Fonte: Organizado pelo autor com dados do IBGE e FAPESPA, (2019).

A agricultura familiar portelense já apresentou grande destaque na produção da amêndoa do piquiá para a extração de óleo, na produção da castanha do Pará, pimenta do reino, banana e no palmito. O município já figurou entre os 10 no *ranking* dos mais eficientes no setor agropecuário em todo o estado do Pará.

**Tabela 6** – *Ranking* dos municípios com maior valor adicionado da agropecuária, Estado do Pará, 2016 e 2017

2016				2017			
<i>Ranking</i>	Município	PIB (R\$ mil)	Part.%	<i>Ranking</i>	Município	PIB (R\$ mil)	Part.%
1º	Ulianópolis	800,15	4,66	1º	Ulianópolis	749,385	4,48
2º	São Félix do Xingu	646,494	3,77	2º	Santarém	544,763	3,25
3º	Santarém	610,775	3,56	3º	Acará	541,088	3,23
4º	Curralinho	448,271	2,61	4º	São Felix do Xingú	514,909	3,08
5º	Acará	441,282	2,57	5º	Curralinho	418,604	2,50
6º	Paragominas	371,756	2,17	6º	Marabá	376,519	2,25
7º	Cametá	361,261	2,10	7º	Cametá	366,372	2,19
<b>8º</b>	<b>Portel</b>	<b>331,311</b>	<b>1,93</b>	8º	Medicilândia	320,572	1,91
9º	Viseu	327,718	1,91	9º	Limoeiro do Ajurú	313,835	1,87
10º	Medicilândia	311,744	1,82	10º	Paragominas	309,229	1,85
Soma		4.650,717	27,09	Soma		4.455,275	26,61
Demais Municípios		12.517,262	72,91	Demais Municípios		12.287,907	73,39
<b>Estado do Pará</b>		<b>17.167,980</b>	<b>100,00</b>	<b>Estado do Pará</b>		<b>16.743,182</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE e FAPESPA (2019)

A partir do ano de 2017 perdeu posição e atualmente ocupa a 15ª posição no *ranking* paraense.

Observa-se que nos últimos anos os agricultores de Portel vêm obtendo resultados satisfatórios na produção da mandioca para a produção de farinha, e grande produção do fruto do açaí de várzea. O trabalho desenvolvido pela agricultura familiar de Portel, certamente será a propulsão necessária para um novo salto de desenvolvimento territorial, agora na perspectiva do desenvolvimento humano socialmente justo, solidário e ambientalmente responsável. Uma alternativa, uma outra economia onde indicadores econômicos, tal como o PIB, não serão a única forma de mensurar a felicidade das pessoas.

### 2.3 A comunidade Santo Ezequiel Moreno

A comunidade rural Santo Ezequiel Moreno, fica localizada no município de Portel, estado do Pará, mais especificamente no PEAEX Acutipereira. Atualmente residem na comunidade 34 famílias com aproximadamente 160 moradores que vivem principalmente da manipulação de produtos oriundos da floresta, e suas atividades são essencialmente realizadas com a observância dos princípios que norteiam a Economia Solidária – cooperação, autogestão, equidade, solidariedade e sustentabilidade.

**Fotografia 1** – Comunidade Santo Ezequiel Moreno



**Fonte:** Registro do autor, (2019).

As casas margeiam o rio pela disponibilidade de água e a facilidade do acesso e são construídas em sua maioria de madeira com teto de telha de fibrocimento ou palha e encontram-se em torno de uma igreja e um centro comunitário.

Em termos de contextualização histórica, é importante destacar que a partir do início do século XX, deu-se início as fundações das primeiras comunidades as margens do rio Acutipereira, influenciadas, principalmente, pelo extrativismo do palmito e da madeira. De acordo com informações contidas no Diagnóstico Sócio Econômico Ambiental do Rio

Acutipereira (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL, 2006), a família Palheta, sob a liderança de Vicente Palheta, de origem nordestina, do estado do Ceará, seria a primeira família a residir nessa localidade. A principal atividade econômica naquela época era a extração do látex das seringueiras e, segundo habitantes mais antigos da comunidade, a primeira ação coletiva no rio fora a realização da festividade do Divino Espírito Santo, ocorrida em 1928 na localidade conhecida como Cumarú. Evento organizado por Laurindo de Abreu, juntamente com membros da família Pinto, Pratas e Palheta que constituem os grupos familiares mais tradicionais do rio Acutipereira. Outras famílias merecem destaque: Região da “boca” do Acutipereira: Vicente Palheta e Wilson Gomes Gonçalves; Região do rio Arapiúna: Lourival Ferreira; Região do Alto Acutipereira: Exídio Pinto, Manoel Pinto, Raimundo Tenório; Região do Laranjal: Domingos Pinto, Oscar Furtado; Na região de Santa Cruz: João Baía; Na região da Campina: os Gonçalves.

Em relação a comunidade objeto da presente pesquisa, um fato interessante e que merece destaque se refere ao atual nome da comunidade que passou por um período de modificações em decorrência de algumas peculiaridades da localidade no tange o seu acesso e outras características. Em meados de 1960, quando da instalação dos primeiros moradores, João e Marcíra Baía, algo incomodava bastante o casal, o apelido que fora atribuído ao lugar que a partir de então chamariam de lar: “Inferno”. O casal muito católico, então decidiu modificar o nome do local para Vila Santa Cruz, e assim eliminar a mácula diabólica que fora conferida devido aos aspectos físicos dos igarapés, tomados por barrancos. “Estes eram tomados da boca até o centro de uma miríade de barrancos, plantas aquáticas que impedem o livre fluxo dos cascos e barcos motor. Até hoje a comunidade sofre com essa situação”. (LEITE, 2018. p. 58).

Durante décadas poucas modificações ocorreram na forma de exploração dos recursos naturais, a implantação de grandes empresas de processamento de madeira e palmito, financiadas pelo poder público, geraram grandes prejuízos ambientais e poucos benefícios sociais, pois a maior parte de sua produção destinava-se ao mercado internacional.

Todavia, é importante destacar que os indivíduos pertencentes à comunidade estudada, estão agregando novos valores e modos de vida. Essa adaptação à realidade que os circunda possibilitou a estes indivíduos realizar diversas atividades de modo mais produtivo e sustentável. Esse indivíduo manipula os recursos do meio terrestre e aquático, atuando na caça e pesca de maneira equilibrada, e em outras atividades como o cultivo de roçados, a coleta de

frutos, criação de grandes e pequenos animais. Além das atividades tradicionais como o manejo da madeira e especialmente o açaí.

O tipo de agricultura realizada na comunidade Santo Ezequiel Moreno é a agricultura familiar de subsistência, com a utilização da mão-de-obra familiar e direcionada ao consumo interno da própria família, em que o excedente é direcionado ao comércio do município de Portel, principalmente o açaí, cultura comum neste município como parte importante da dieta alimentar (LISBOA, 2002; JARDIM; MOURÃO; GROSSMANN, 2004). Nos roçados com plantio, são cultivadas espécies vegetais adaptadas a solos úmidos, como por exemplo, milho, abacaxi, limão, mandioca, banana, maracujá, dentre outras espécies frutíferas, que são cultivadas, principalmente, por serem espécies de culturas de curto período, isto é, que são plantadas e colhidas rapidamente.

Assim, nos ambientes de várzea dessa região, observa-se o condicionamento do homem para que ele execute uma melhor adaptação do seu modo de vida ao meio, pois o regime de cheias dos rios do estuário amazônico obriga o habitante a construir sua residência em forma de palafitas, o que impossibilita o rio de alagar o local de residência. Portanto, é na várzea do rio Acutipereira que as atividades se intensificam, devido aos meios de transportes mais utilizados no rio dependerem das vias fluviais. Nesses ambientes observa-se o condicionamento do homem para que ele execute uma melhor adaptação do seu modo de vida ao meio. A várzea da comunidade pesquisada, assim como em outras áreas da Amazônia, sofre com o processo sazonal de adubação e fertilização dos solos, devido as cheias que ocorrem no período de chuva nessa região e devido ao ciclo lunar diário, que promove o regime de marés (ANDERSON et al, 2004). Quando o rio está cheio fertiliza os solos com microrganismos que servem como adubo no período de estiagem, onde os agroextrativistas aproveitam o período em que o rio está mais baixo para realizarem pequenas plantações ao longo das margens de rios e igarapés. Este processo de fertilização dos solos pela cheia dos rios torna desnecessário o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos pelos moradores do rio Acutipereira (ALVES; SILVA; CASTRO, 2014).

A dinâmica local e as territorialidades são influenciadas pelo período da safra e da entressafra do açaí. Em que, no período da safra, a população ribeirinha local se volta quase que exclusivamente para o trabalho da colheita e da comercialização do produto. Onde, de acordo com relatos de alguns moradores, é o período da fartura, em que se planeja a ampliação e/ou reforma da casa, a aquisição de bens materiais, enfim é o período onde o fator econômico insere a comunidade em um circuito do mercado de compra e venda. Muitos abandonam as atividades secundárias para dedicarem-se inteiramente a colheita do açaí.

Desse modo, a estratégia de sobrevivência nesse período de safra está intimamente ligada à produção do açaí, seja ela direta, ou indiretamente, pois o comércio local é revigorado com a maior circulação de recursos financeiros provenientes da comercialização dos frutos o que permite maior consumo, conseqüentemente, aumentam as vendas.

Já no período da entressafra, onde a produção do açaí decai, mas não é totalmente nula, a comunidade local adota diferentes estratégias para sobreviver, neste caso elas são mais individualizadas, pois cada família busca a melhor forma de se manter. Pequenas criações de animais, cultivos de algumas hortaliças, a caça (segundo relatos de moradores é uma atividade cada vez menos praticada, devido à escassez de animais silvestres), trabalhos temporários como a carpintaria naval e a pesca são estratégias utilizadas para a geração de renda, com o objetivo de suprir as necessidades básicas familiares e, principalmente, para a garantia da alimentação ou para o comércio em pequena escala.

É importante mencionar que nas décadas de 1980 e até meados do ano 2000 a região foi marcada pela forte exploração dos recursos naturais, cuja atividade madeireira, a exploração do palmito e a pecuária intensiva, ocasionaram grandes impactos ambientais em toda a região marajoara (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL, 2006). Essa também foi a realidade enfrentada pelas comunidades do rio Acutipereira, até a ocorrência de um fato que deu destaque nacional e internacional para essa região.

No ano de 2004, houve um surto endêmico de raiva humana nas localidades do rio Acutipereira, proveniente da transmissão via mordedura de morcegos hematófagos. Foram registradas as mortes de 16 agroextrativistas (EID WEEKLY UPDATES, 2004).

Figura 1 – Notícia Jornalística Mortes por Raiva Humana



Fonte: Jornal o Liberal – Edição 01 de abril de 2004

Figura 2 – Notícia Jornalística Mortes por Raiva Humana



Fonte: Jornal o Liberal – Edição 06 de abril de 2004

Este trágico episódio marcou as vidas de todos e fez com que os moradores das comunidades deste rio refletissem sobre os impactos da ação do homem sobre o meio ambiente e sua repercussão até mesmo no comportamento dos animais (como o morcego), pois a degradação da floresta obrigou a busca desses animais por novos habitats e novas fontes de alimentos. Criou-se então uma nova concepção quanto a relação do homem com a natureza, um novo entendimento sobre a necessidade de manter a floresta preservada, em pé.

De acordo com o relatório preliminar realizado por profissionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (2004), sobre as possíveis causas dos ataques, apontam que há relação com as condições naturais do lugar, pois um considerável percentual do entorno do Rio Acutipereira é caracterizado por grandes extensões de campos naturais. Esses campos por serem compostos por uma vegetação rasteira e pequenos arbustos, não oferecem condições de abrigos aos morcegos, o que por si só já leva a uma concentração de colônias de morcegos hematófagos. Outro fator importante que contribuiu para a ocorrência do sinistro, foi o desmatamento causado pela extração madeireira que também pode ser apontada como atividade de alto impacto ambiental na localidade e que praticamente levou ao extermínio de grande parte da floresta primária.

A partir desse lamentável acontecimento uma diversidade de ações deram início, promovidas e desencadeadas com o protagonismo local e suporte de órgãos públicos, organizações não governamentais, governo municipal, igreja, agentes de financiamento e instituições de ensino e pesquisa, melhor detalhada na seção 4.2.2 da presente pesquisa.

Essa intensa rede de solidariedade, que se formou no decorrer dos anos, em meio a vivência de diversos acontecimentos com fortes impactos negativos para o meio ambiente e principalmente para as pessoas, permitiu que nos dias atuais os agroextrativistas compreendam que a saída para a melhoria da qualidade de vida perpassa pelo incremento da renda familiar, busca por melhores condições de vida e o respeito a natureza, e isso só ocorre a partir de um intenso processo de organização e controle social. Essa mudança de atitude possibilitou, ainda no ano de 2004, a criação da ATAA, entidade que representa os agroextrativistas de Santo Ezequiel Moreno e de outras comunidades da região do baixo Acutipereira. Passo importante que possibilitou o planejamento e criação de diversas iniciativas inovadoras com reais poderes de transformação social.

A partir do primeiro passo de organização social, a principal ação tomada pelos agroextrativistas foi a construção de um amplo diagnóstico para ajudar no entendimento do território e a partir de então agir de forma sustentável. Elaborou-se no ano de 2006, o Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Rio Acutipereira. Um trabalho coletivo que



envolveu a participação de ATAA e Associação dos Produtores Extrativistas do Rio Acutipereira (APERAP), assessoradas pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel e FASE. Portanto, pode-se observar uma conquista importante para o fortalecimento da governança territorial, com o objetivo de contribuir na melhoria da qualidade de vida dos agroextrativistas, através da valorização dos recursos naturais com o qual vivem e trabalham.

No ano de 2013, foi elaborado o Plano de Uso dos Recursos Naturais da então Gleba Pública Estadual Acutipereira, documento aprovado após intensas reuniões e debates entre os moradores da então Gleba Acutipereira, com apoio do IDEFLOR, Instituto de Terra do Pará (ITERPA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel (STTR), Associação os Produtores Agroextrativistas do Rio Acutipereira (APERAP), ATAA e Prefeitura Municipal de Portel. O documento contém os direitos e deveres dos agroextrativistas, além de orientações sobre como utilizar corretamente seus recursos naturais, conforme a cultura local e a legislação ambiental vigente, tendo com finalidade garantir o uso sustentável dos recursos naturais da então Gleba Estadual Acutipereira. A partir dessa importante ação, observa-se uma atuação mais organizada e fortalecida, um grande exemplo de atitude de governança, evidenciada por Dallabrida (2003), quando se refere que o conceito de governança deve ser entendido como a autoridade que deve ser exercida por parte dos cidadãos devidamente organizados, muito similar ao princípio econômico solidário da autogestão que valoriza e permite a tomada de decisão de maneira coletiva e busca transformar o indivíduo em um cidadão realizado, autoconfiante e seguro.

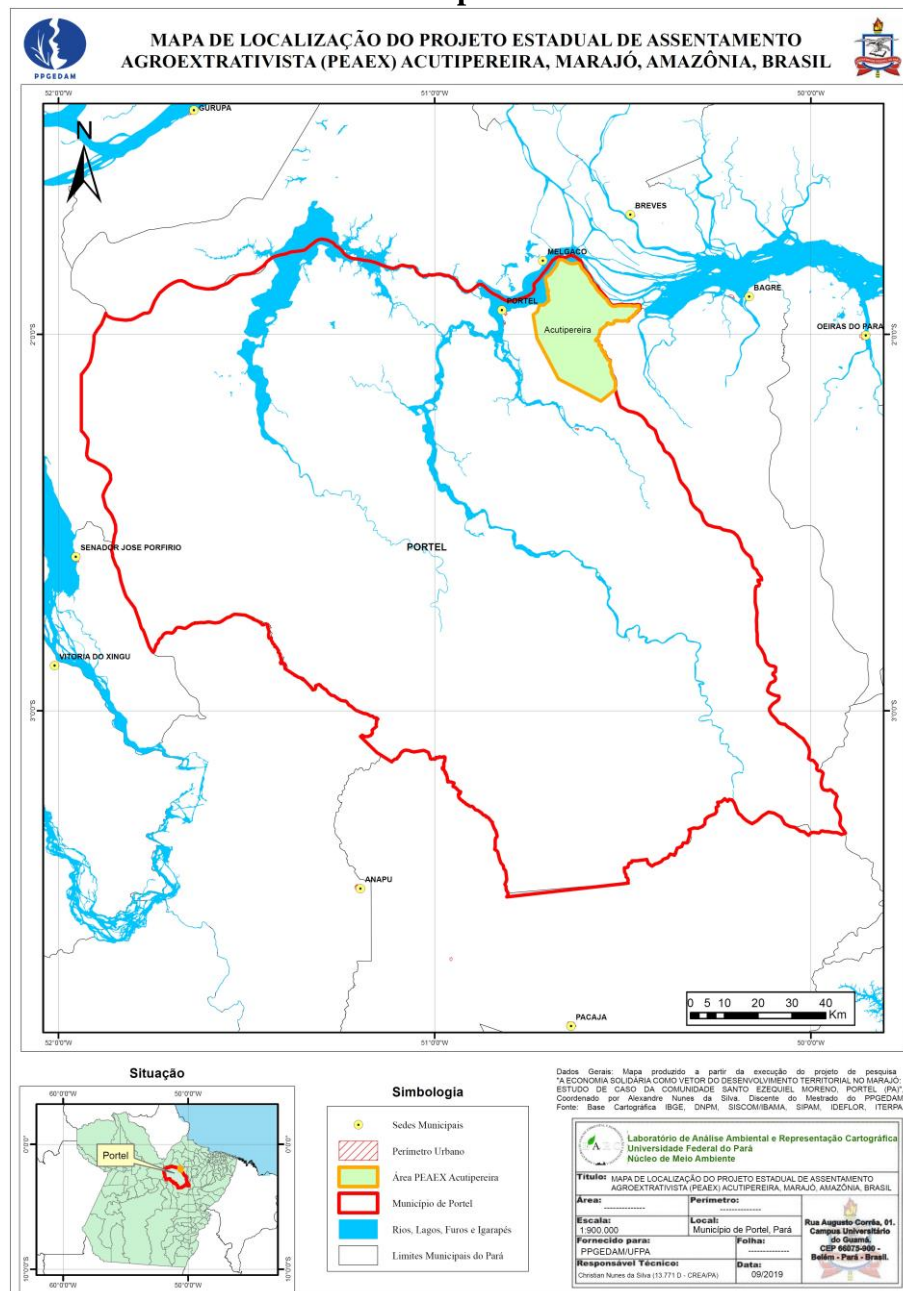
Paralelamente as ações que buscavam o desenvolvimento territorial por meio da organização social e da preservação do meio ambiente, desencadeadas principalmente a partir de 2004 (surto de raiva humana), observou-se o interesse crescente dos agroextrativistas pela legitimação de seus direitos fundiários. Em entrevista com uma das principais lideranças comunitárias e grande agente de desenvolvimento local do Marajó Sr. Teofro Lacerda Gomes, verificou-se como surgiu os primeiros movimentos que despertaram esse interesse.

Em junho 2005, houve o primeiro seminário com o tema da regularização fundiária, muito bom. Foi um marco e a partir daí tivemos outra visão, tivemos várias experiências, como o reflorestamento, o manejo florestal e começamos a trabalhar essas questões, tinham poucas lideranças que acreditavam. Não foi fácil, foi uma inspiração de Deus. Alguns desistiram, mas não perdemos a esperança, hoje conseguimos o título da terra e mais qualidade de vida. Falo isso com muito orgulho, mas no caso do PEAEX foi pressão, foi pressão mesmo. É um jogo político e as lutas não são de agora, são lutas de 20 anos (GOMES, 2019).

É relevante e necessário enfatizar que os diversos acontecimentos até aqui relatados, levaram a conquista do direito legítimo à posse das terras do território do Acutipereira.

Importante conquista finalmente concretizada no ano de 2018, quando o então Governador do Estado do Pará, Sr. Simão Jatene, por meio do Decreto Estadual nº 2.012, de 20 de março de 2018, criou o Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) denominado Acutipereira, no território da antiga Gleba Acutipereira, consolidando assim o processo de regularização fundiária e ambiental em 65.640 hectares, que beneficiou diretamente 368 famílias.

**Mapa 1**



**Fonte:** NUMA. LARC, 2019.

A partir dessa nova realidade territorial – de Gleba para Assentamento Agroextrativista – as comunidades inseridas no PEAEX Acutipereira passaram a ter maiores

possibilidades de serem atendidas mais eficientemente por políticas públicas importantes, tais como: infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), acesso a política de crédito rural específica, acesso a políticas públicas de distribuição de renda, saúde, segurança e educação, visto que o decreto prevê “a necessidade de promover o desenvolvimento de atividades agropecuárias que propiciem às populações, delas dependentes, uma base econômica autossustentável e assegurem a manutenção das condições naturais”.

Vale reforçar que essa ação governamental foi fruto de intensa mobilização social em busca da garantia de direitos pelo uso da terra e maior acesso a políticas públicas, que remonta desde de ano de 2005. A pressão social contou com a participação de parceiros importantes, tais como: o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e o Ministério Público do Estado do Pará – Promotoria Agrária de Castanhal. Diante do exposto, é importante esclarecer que a ação governamental foi motivada por meio do protagonismo dos cidadãos organizados.

É importante mencionar que a implantação de um Projeto de Assentamento Agroextrativista prevê ações de recuperação de áreas degradadas e a proteção de áreas ameaçadas de degradação, portanto caracteriza-se como atividades ambientalmente diferenciadas.

Desta forma, atualmente observa-se um esforço comunitário que tem colocado em evidência as comunidades do Rio Acutipereira, em especial a Comunidade Santo Ezequiel Moreno. Sua trajetória é marcada por conflitos, mortes, mudanças de atitudes, trabalho associativo e o efetivo desenvolvimento territorial alternativo.

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao iniciar o debate acerca do tema desenvolvimento, pressupõem-se falar na buscar por altos desempenhos dos aspectos humanos. Portanto, todos os esforços da sociedade deveriam ser orquestrados para o alcance de novos patamares de democracia integral e participativa, equidade, liberdade, emancipação, empoderamento social, confiança, reciprocidade, civismo, bem-estar coletivo, bem viver, cooperação e solidariedade. Entretanto, estranhamente a guia da bússola mundial tomou um rumo que leva a todos nós a um caminho de concentração de renda, da pobreza extrema e sistêmica, e da infelicidade em proporções planetárias. Para Santos (2014, p. 150), “a condição humana viu-se reduzida a relações de compra e venda, em que a única coisa que tem valor são as relações de interesse expressas materialmente”.

Evidencia-se novas estratégias para o desenvolvimento de sistemas produtivos fundamentam-se na noção de proximidade geográfica, pois emergem em nível territorial. Observa-se a consolidação de uma rede global interconectada de economias regionais que tem o potencial de estruturar-se economicamente e politicamente em grandes regiões, que podem inclusive sobrepor-se aos recortes estatais. Trata-se, portanto, de um processo de imbricação dos níveis “local” e “global”. Tem-se desse modo, o fenômeno de uma economia territorial. (PECQUEUR, 2009).

A pesquisa buscou ancorar-se em referenciais teóricos consistentes que permitem compreender e aprofundar o entendimento do conceito atual e alternativo do que vem a ser desenvolvimento, de modo a permitir uma reflexão acerca de perguntas essenciais que determinam o nosso futuro enquanto sociedade racional: Afinal, o que é desenvolvimento? O que queremos enquanto indivíduos e sociedade? Temos outra alternativa de desenvolvimento para o Marajó?

#### 3.1 Desenvolvimento: concepções e alternativas

O conceito de desenvolvimento vem sendo discutido amplamente e no decorrer dos acontecimentos que se passam pelo mundo e nota-se que o cenário não é nada animador, vive-se um eterno conflito de forças que nos levam a fome, má distribuição de renda, desmatamento, aquecimento global, enfraquecimento de democracias, movimentos migratórios e o conseqüente crescimento do xenofobismo. Diante de tão alarmante conjuntura, o tema vem ganhando novas abordagens que suscitam grandes discussões e os mais variados argumentos, com uma diversidade de facetas estruturais voltadas para o ambiental, o social, o econômico e, o cultural (MILANEZ, 2003).

Santos (2014), sustenta que a forma de compreender o que seria desenvolvimento, vem sofrendo fortes mudanças em virtude do fracasso dos modelos tradicionais, baseados em parâmetros estritamente econômicos como medida de valor. Sabe-se que os projetos de desenvolvimento econômico foram planejados e implementados a partir de cima, atendendo a determinações de políticas equivocadas nacionais e internacionais e a participação da sociedade civil era algo impensado naquele momento. A aceleração do crescimento econômico era, e infelizmente ainda é o objetivo maior, em especial do setor industrial. Enquanto outros projetos de igual ou maior importância social, política e econômica mais condizentes, com as aspirações da sociedade eram deixados na borda dos interesses coletivos.

Nesse contexto, a Amazônia sempre foi vista sobre o prisma de reserva de recurso natural pronta para ser apropriada, assim que se fosse necessário. Becker (2004), aponta a pós-década de 1960, como o período de aceleração do processo de ocupação da Amazônia, onde constituíram-se em marcos dessa fase: a inserção do Programa de Desenvolvimento para Amazônia (PDA), com delimitação fundamentada em critérios científicos. Em 1953, no governo do então Presidente Getúlio Vargas, cria-se a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que posteriormente no governo militar transformou-se na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Foram iniciativas importantes que contribuíram na discussão sobre desenvolvimento, contudo, esses marcos não foram acompanhados de ações mais efetivas sobre a região.

Neste período, as taxas de desmatamento se tornaram significativas em decorrência das “políticas de incentivos fiscais e de crédito rural, a programas de colonização e investimento em infraestrutura que atraíram milhares de migrantes para a região” (MACHADO, 2009, p. 116). Tal forma de desenvolvimento pensada para a região se enquadra dentro do conceito de “economia marrom”, pois o desenvolvimento econômico sempre se deu às custas da excessiva degradação do capital natural, bem como gerou exclusão social.

À medida que a marcha progressista avançou sobre a região, novos recursos foram explorados e novos conflitos se avolumavam, pois, tais recursos serviam apenas a uma externalidade, deixando as populações locais da região a ferida aberta, sem um tratamento que lhe possibilitasse a qualidade de vida. Assim, a inclusão da região na lógica desenvolvimentista sempre foi acompanhada da exclusão social e do agravamento dos problemas ambientais que fazem parte de sua história (SILVA, 2014).

Um projeto sustentável de desenvolvimento passa necessariamente por uma reformulação na cultura, na educação, nos valores, na política e fundamentalmente na relação

homem-natureza, que precisa ser encarada de outra forma (JACOBI; TRISTÃO; FRANCO, 2009), nesse sentido, a mudança de mentalidade rumo aos valores pós-materialista propagada pelos ambientalistas faz enorme sentido (HERCULANO, 1991). A análise que se faz é que as questões ambientais estão diretamente relacionadas aos modelos de desenvolvimento econômico, adotados pelas sociedades humanas e, conseqüentemente, os níveis de degradação ambiental são proporcionais ao ritmo e ao modelo de desenvolvimento implementado. Portanto, há necessidade de se repensar a atual concepção econômica de crescimento e se empenhar na construção de um projeto sustentável de desenvolvimento humano, que esteja baseado em preceitos éticos, capazes de criar oportunidades sociais, garantindo os direitos humanos e protegendo os ecossistemas.

A partir da experimentação de um modelo de desenvolvimento equivocado, com ênfase essencialmente no gigantismo do capital, com resultados alarmantes de calamidade de proporções globais, vivenciada especialmente nas últimas décadas, tem levado a incisivas discussões acerca do predomínio desta teoria. Vários autores vêm questionando veementemente o projeto de desenvolvimento atual e formulam diferentes modelos e prospecções científicas, mais complexas e abrangentes, capazes de ultrapassar o caráter eminentemente econômico e preconizar as dimensões humanas.

Inicia-se então uma mudança de concepção. Destaca-se inicialmente o conceito que está no núcleo da presente pesquisa – Desenvolvimento Territorial.

“O desenvolvimento territorial, é uma das vertentes do desenvolvimento endógeno. Para pensá-lo, é necessário compreender a sociedade na totalidade, constituída de partes interdependentes. O território é tomado como um projeto tendo em vista a coletividade” (ROCHA, 2016, p. 17). Para o autor, o debate acadêmico deve assumir um novo ponto de vista da noção de território e territorialidade e essa inovação deve ser a base para a elaboração de projetos de desenvolvimento alternativo com enfoque nas peculiaridades dos territórios ou das regiões.

Pecqueur (2005, p. 12), atribui o pleno desenvolvimento territorial ao engajamento de sujeitos impulsionadores de dinâmicas de desenvolvimento que estimulam, ampliam e se consolidam ao longo do tempo; reativas as economias globalizantes; e, especialmente a especificação e apropriação de seus ativos territoriais, isto é, a identificação de seus recursos próprios ao território que promoverão a especificação e a qualificação dos recursos territoriais. A afirmação que merece destaque é que “o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”.

De acordo com Dallabrida (2013), o desenvolvimento territorial deve ser compreendido como um processo permanente de mudança, com enfoque no contexto histórico territorial, incorporado a dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, cujo base deve estar em seus recursos e ativos materiais e imateriais, genéricos e específicos existentes no local – Ativos Territoriais – com o objetivo de alcançar a prosperidade socioeconômica e melhores indicadores de qualidade de vida da população. O autor defende que o território deve ser gerido na perspectiva da concertação social, onde a sociedade assume um papel protagonista no processo de planejamento, proposição, e se necessário de reação as intervenções externas que eventualmente não corresponderem aos anseios da sociedade.

Portanto, a abordagem contemporânea da compreensão do conceito de desenvolvimento, direcionam-se para o entendimento a partir de uma nova análise da geografia econômica sobre os territórios, como sustenta os autores Georges Benko e Bernard Pecqueur.

Os territórios oferecem recursos específicos, intransferíveis e incomparáveis no mercado. Esses recursos específicos diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas. Os atores locais e a política local desempenham um papel importante na constituição e na gestão dos recursos presentes no território. As perspectivas de criação de riquezas estão relacionadas às capacidades dos grupos quanto à organização e à elaboração de processos originais de emergência de recursos [...] (BENKO, G.; PECQUEUR, B., 2001).

Observa-se uma abordagem diferenciada para o território, como fonte de preocupações de uma economia espacial mais ampla e heterogênea que aceite os fenômenos sociais e econômicos da mundialização, metropolização, formação das áreas de livre comércio, articulação entre o global e o local, com pleno protagonismo da sociedade organizada e apoio da política local.

Diante do exposto, adentra-se no conceito de desenvolvimento local, que por sua vez é uma estratégia que busca um progresso ainda mais focado e requer um nível de concertação endógena superior e organizada, devidamente articulada com os agentes exógenos, em uma sinergia de coesão e cooperação.

O desenvolvimento local depende do poder de mobilização e de engajamento dos seus agentes sociais e da capacidade demonstrada por eles para pensar o local de forma integrada para que seus recursos sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas efetivas. Essa perspectiva de desenvolvimento deve ser endógena (se fomenta a valorização dos recursos próprios), integrada (se tem em vista a harmonização dos objetivos econômicos, sociais e do meio ambiente) e sustentável (se incorpora preocupações com a preservação dos recursos locais e se procura manter endógenos os vetores de crescimento). (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2007, p. 32).

Segundo Jesus (2003), o desenvolvimento local pode assumir a perspectiva de desenvolvimento alternativo, onde passaria a se pautar na crítica ao modelo econômico

dominante e buscaria inspiração nos valores da igualdade, cidadania, na inclusão de setores marginalizados dos resultados do modelo de desenvolvimento em vigor, no favorecimento as estratégias econômicas autônomas. O autor acrescenta que é importante discutir temas relacionados ao solidarismo, ação coletiva, empresa solidária, cooperativa, empreendimentos econômicos-solidários, seja enquanto valores, seja enquanto práticas, seja, ainda, enquanto sua inserção nessas realidades, de forma que os cidadãos organizados sejam os sujeitos e atores do processo de desenvolvimento alternativo integrado e sustentável.

Ainda sob o ponto de vista de desenvolvimento alternativo, destaca-se Sen (2000), que entende o conceito de desenvolvimento de uma forma mais ampliada. Amartya Sen, defende que desenvolvimento só é possível com a expansão e aumento da liberdade, isto é, o desenvolvimento não deve ser apenas medido por meio da economia. O autor argumenta que o conceito hegemônico de desenvolvimento se limita a perspectivas mais restritas, tais como: o crescimento do PIB, o aumento das receitas pessoais, a industrialização, o progresso tecnológico, ou a modernização social, todavia, deve ser entendido como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza, tais como: liberdade política, oportunidades econômicas, acesso a serviços sociais, direito a transparência e segurança protetora. Portanto, o autor realiza um debate sob uma ótica diferenciada de desenvolvimento, na qual os aspectos econômicos se subordinam aos culturais, sociais e ambientais.

Na visão de Sen (2000, p. 56) “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão”. O desenvolvimento deve estar diretamente ligado a qualidade de vida dos povos e não a meros indicadores de crescimento econômico. Deve-se buscar alcançar o desenvolvimento social como mecanismo ideal para se alcançar crescimento econômico sustentável, deste modo, o caminho deve ser invertido.

O debate converge-se para uma economia onde o desenvolvimento se dá por meio das pessoas e para as pessoas, nessa perspectiva temos a alternativa da Economia Solidária, amplamente estudado por Paul Singer.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 10).

Singer (2002), defende que a economia solidária deve se mostrar mais que uma mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da



sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela deve se tornar uma alternativa superior ao capitalismo, pois proporciona às pessoas que a adotam uma vida melhor.

Os considerados utópicos a conceberam para atender a uma nova sociedade que tivesse a capacidade de unir a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social.

Diante das diversas facetas do desenvolvimento, que por fim conduziu o debate para a abordagem da Economia Solidária, deve-se compreender que sua operacionalização no âmbito do Marajó, depende do ótimo conhecimento do espaço amazônico, que não pode se dar a partir do entendimento da região enquanto um espaço pensado sobre o prisma de uma visão unilateral e exclusivamente externa e homogeneizante, dando-lhe um significado único que em muito contribui para a negação de sua complexidade socioambiental e das várias possibilidades de interpretações e significâncias que cada fração de seu espaço engendra. O território amazônico é único e, também, múltiplo e essa multiplicidade forma subespaços regionais que se materializam em uma vasta gama de territórios, com significados bastante singulares.

### **3.2 O papel do Estado como agente promotor do desenvolvimento territorial**

Desde de o início da década de 1930, majoritariamente, compreendia-se que somente as ações públicas promovidas pelo Estado movimentariam o motor do desenvolvimento regional e local. O planejamento e execução de tais políticas públicas, tinham como alicerce as correntes de pensamento neoclássico, Keynesiano e institucional, as quais recebiam estímulos externos ao local. Acreditava-se que o desenvolvimento local ocorreria de fora para dentro, ou em outros termos de cima para baixo, portanto, de iniciativas exógenas. Desta forma, os governos locais simplesmente seguiam as determinações de seus superiores, cabendo apenas adequar uma diretriz geral a sua realidade (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2007).

Por muito tempo a hegemonia da teoria econômica neoclássica predominou em todo o mundo. Ela parte da lógica de que crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento, desta forma, abriu-se caminho para receitas neoliberais que priorizam o crescimento com forte desregulamentação dos mercados e privatizações em massa. Essas iniciativas no decorrer dos anos mostraram-se desastrosas, pois levaram e ainda levam a precarização das relações de trabalho, desemprego, concentração de renda, e a pobreza epidêmica que veem provocando grandes migrações com perdas de milhares de vidas em todos os continentes do mundo.

Contudo, felizmente nota-se uma mudança acentuada na abordagem do conceito de desenvolvimento na perspectiva territorial, onde reduz-se a participação do Estado como agente planejador, a partir de um processo de desconcentração e descentralização de seu funcionamento, e busca-se a efetiva participação de múltiplos atores sociais. “Trata-se, assim, de um processo permanente de envolvimento social e de aprendizagem, ancorado em múltiplos territórios” (ROCHA, 2016. p. 15). Verifica-se, portanto, que o território possui uma identidade própria e suas relações podem contar com a presença ou ausência do Estado. Entretanto, é indispensável a criação de espaços públicos de formulação e gestão territorial, onde estejam presentes as articulações sociedade-estado-mercado e relações intra-estatais e intra-sociedade. Portanto, a participação social articulada com uma diversidade de sujeitos de ação local e ampliada – endógeno e exógeno – são fatores determinantes para a efetiva operacionalização do conceito de desenvolvimento territorial (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2018).

No que se refere ao desenvolvimento alternativo na perspectiva da economia solidária, destaca-se compreensões distintas que vão desde o apoio a participação direta do Estado como agente indutor do desenvolvimento territorial, até análises contrárias a esse protagonismo estatal.

Nesse sentido destaca-se Singer (2002), que defendeu que a economia solidária deve ser operacionalizada a partir de mecanismos estatais de redistribuição de renda, por meio de outros modos de produção com características colaborativas que promovam as liberdades individuais e satisfaçam os interesses das coletividades. Tese que atribui ao Estado a força fundamental para impulsionar e consolidar as iniciativas da economia solidária. Já Mance (2000), defende que as iniciativas econômicas solidárias, devem ser construídas de baixo para cima, portanto, emanadas das bases populares, sem a interferência do governo ou de empresas capitalistas. Assim, tem-se maior garantia de manter sua independência e uma governança popular com liberdade e capacidade autogestionária.

Laville e Geiger (2009. p. 166), afirmam que “a capacidade de produzir mudanças, a partir da livre associação, depende ainda das articulações construídas com o poder público, único foro em condições de legislar sobre normas redistributivas em favor da equidade”.

Yunus (2008), defende a independência e autonomia dos grupos comunitários, visto que entende ser o caminho mais apropriado para se fomentar uma cultura empreendedora capaz emancipar e libertar os grupos da dependência crônica de ações assistenciais e das amarras que as limitam a acreditar na própria capacidade de transformar a realidade em que vivem.

Santos (2014), argumenta que o Estado tem papel preponderante como incentivador do modelo econômico solidário, visto que pode contribuir com a disponibilização de linhas de créditos especiais, desenvolvimento tecnológico, assim como a priorização da compra dos produtos e serviços das redes de economia solidária, de acordo com as necessidades de abastecimento do Estado.

França Filho (2004), apresenta uma crítica muito pertinente sobre o entendimento do papel do Estado na sociedade. O autor aborda a problemática de um reducionismo que consiste em separar a política da sociedade, ou seja, do dia a dia do cidadão e de seus territórios, como se o *locus* da política fosse apenas as estruturas de Estado. O autor apresenta os princípios da economia solidária como um meio a serviço de finalidades sociais, políticas, culturais, ambientais, etc. Portanto, um instrumentos de ação pública para fazer política no seio da sociedade, na medida em que tais iniciativas voltam-se para resolver problemas públicos vividos coletivamente num determinado contexto territorial. Trata-se, portanto, de uma política do cotidiano nos bairros e comunidades, que incita os cidadãos a agir. O autor enfatiza que a relação da sociedade civil e o poder público deve ser ainda mais democrática desde a concepção, até a realização da ação pública.

[...] um aspecto basilar na concepção e implementação de tais políticas diz respeito à necessidade de interações recíprocas entre o poder público e outros atores, o que aparece de modo mais evidente nas experiências mais exitosas. Tais interações, parcerias ou articulações tendem a ocorrer em dois níveis. O primeiro deles concerne às articulações entre os atores da sociedade civil que compõem o campo da economia solidária e seus espaços públicos constituídos, como os fóruns, que se tornam interlocutores diretos na concepção, implementação e avaliação da política. O segundo aspecto diz respeito à vocação que tais políticas possuem de suscitar interações dentro da própria estrutura de governo, incitando ao diálogo e à ação conjunta as secretarias de Estado (FRANÇA FILHO, 2007, p. 171-172).

Diante das divergências apresentadas, é importante destacar que o Estado brasileiro vem atuando no decorrer do tempo, no sentido de planejar e executar políticas públicas importantes voltadas à economia solidária. A seguir destaca-se uma breve análise das ações públicas promovidas nos últimos anos. São ações classificadas como arriscadas, pois caracterizam-se como retrocesso ao movimento econômico solidário nacional. E outras, caracterizadas como oportunidades, pois estão voltadas para o possível fortalecimento das ações econômicas solidárias no Brasil:

a) análise de risco do ambiente institucional:

- destaca-se como principal e mais recente retrocesso no âmbito nacional, o fato da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que fora rebaixada a subsecretaria na gestão do Ex-Presidente Temer, agora deixou de existir e foi

transformada em departamento, de acordo com a Lei Federal nº 13.844, de 18 de junho de 2019, fruto da Medida Provisória nº 870, publicada em 1º de janeiro de 2019. A SENAES, foi criada em 2003, e tinha como atribuição fomentar a geração de trabalho e renda por meio de iniciativas de protagonismo popular. Nesse novo arranjo organizacional, suas atribuições foram vinculadas ao atual Ministério da Cidadania, e as competências relacionadas à economia solidária ficaram limitadas à política de assistência social, associada ao conceito de cidadania e hierarquicamente ligada a uma secretaria que trata de temas relacionados a inclusão social na perspectiva urbana, fato que distancia a economia solidária como estratégia de desenvolvimento e reconhecimento por meio de uma política de Estado;

- outra iniciativa de Estado que apresenta-se de forma ameaçadora refere-se ao PNAE. Encontra-se em tramitação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 5.695/2019, que altera um conjunto de legislações, dentre elas a Lei Federal nº 11.947/2009, que trata do PNAE. O referido projeto anula o dispositivo que atualmente estabelece que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo de 30% devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Diante de tal possibilidade os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), ficam na iminência de perder um importante canal de comercialização e geração de trabalho e renda no âmbito da agricultura familiar brasileira.

Embora existam ações que caracterizam-se como ataques ao atual cenário econômico solidário brasileiro, também destacam-se proposições e encaminhamentos que o Estado vem realizando que tem o potencial de promover o desenvolvimento territorial a partir do fortalecimento da economia solidária em nível nacional, como demonstram as análises a seguir:

b) análise de oportunidades do ambiente institucional:

- criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), no ano de 2003, ligado ao extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atualmente integrante da estrutura do Ministério da Economia. Importante órgão de caráter consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Suas principais atribuições são:

proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária,

- Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), criado por meio do Decreto nº 7.357/2010, foi implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à geração de trabalho e renda, por meio de ações de economia solidária. O programa tem por finalidade o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, de modo a favorecer a criação e o acompanhamento de novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados, por meio da oferta de qualificação e assistência técnica durante o período de incubação,

- Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS), criado por meio do Decreto Federal nº 7.358/2010, instituiu-se no âmbito do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o objetivo de coordenar as ações do Governo Federal voltadas ao reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário e à sua promoção,

- o Plano Plurianual (PPA)<sup>9</sup> do Governo Federal que vigorou de 2012 a 2015, impulsionou o reconhecimento da economia solidária como componente das prioridades nacionais para a promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável. Entre as metas estabelecidas no PPA para o segmento econômico solidário, destaca-se: Certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário; Criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização; Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias; Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária e promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários,

- PPA 2016-2019, definiu como estratégia de Estado o Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, cujo objetivo foi contribuir com a manutenção deste ciclo virtuoso de geração de emprego, com distribuição de renda e com a redução da pobreza. O Programa foi organizado em quatro temas

---

<sup>9</sup> Instrumento de planejamento previsto no art. 165 da Constituição Federal brasileira, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República, para um período de 4 (quatro) anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

estruturantes, dentre eles, a promoção da economia solidária. A agenda proposta por este programa temático norteou-se por diretrizes estratégicas, entre as quais destaca-se o fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários e o objetivo de promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas, por meio do fortalecimento institucional e do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e a instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo,

- Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), criado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, cuja diretrizes gerais vinculam-se a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário; ao fortalecimento dos processos democráticos, da participação e controle social; ao reconhecimento das formas organizativas econômicas solidárias e dos direitos sociais do trabalho associado; e a abordagem territorial e setorial e o reconhecimento da diversidade. Dentre os seus diversos eixos de atuação destacam-se ações para o estímulo e a criação de programas estaduais, territoriais e municipais de economia solidária, com a finalidade de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, na perspectiva de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável; A criação de mecanismos de articulação e integração das políticas públicas em economia solidária, garantindo a transversalidade dos programas, projetos e ações, tais como: resíduos sólidos, segurança alimentar, meio ambiente, saúde, educação, cultura, assistência social, trabalho e emprego, entre outras, considerando os territórios de desenvolvimento enquanto espaços de formulação e execução das mesmas; Adoção da abordagem territorial na Política de Economia Solidária como estratégia de articulação de políticas públicas, de gestão social e ampliação da participação dos diversos segmentos sociais da Economia Solidária,

- o Projeto de Lei Federal nº 137/2017, que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), foi aprovado pelo Senado Federal no dia 11 de dezembro de 2019. A matéria retornou para a análise da Câmara dos Deputados. A PNES estabelece diretrizes e objetivos norteadores aos empreendimentos de economia solidária com ênfase na gestão democrática, na garantia de livre adesão, na prática de preços justos, na cooperação entre empreendimentos, na precificação conforme os princípios do comércio justo e

solidário, na justa distribuição dos resultados e na transparência e publicidade na gestão dos recursos. Essa iniciativa de Estado a muito tempo esperada, irá atender a necessidade de um ordenamento jurídico-econômico que efetivamente normatize a economia solidária nacional. Certamente o Brasil dará um grande salto de qualidade que irá fortalecer sobremaneira as inúmeras iniciativas econômicas solidárias em todo o país,

- no âmbito do estado do Pará, o órgão responsável pelo encaminhamento das políticas públicas voltadas à Economia Solidária é a Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, especificamente a Diretoria de Trabalho e Emprego (DTE), que tem como competência propor, planejar, coordenar, supervisionar e executar programas e projetos relativos às atividades de intermediação de trabalho, ações de pesquisa e geração, e informações sobre o trabalho, ações de desenvolvimento das atividades voltadas para o acesso ao seguro desemprego e seguro defeso, programas e projetos de qualificação para o trabalho, e fortalecimento da economia solidária em todos os seus aspectos.

O resultado dos estudos sobre o papel Estado, evidenciam que sua atuação como o principal agente desenvolvimento territorial, configura-se bastante conflituoso. Mesmo diante dos variados argumentos apresentados, a postura mais coerente é aceitar o Estado com sua diversidade de políticas públicas nos três níveis de governo, como uma força ainda fundamental para incentivar as iniciativas da economia solidária, especialmente no que diz respeito a Amazônia marajoara, com suas enormes limitações.

Fica evidente que apesar dos equívocos ocorridos no passado, provenientes de políticas públicas que buscaram essencialmente o crescimento econômico em detrimento do bem viver da sociedade e do meio natural, observa-se a partir do início do novo século em curso, esforços importantes por parte dos governos regionais e sub-regionais que efetivamente estão buscando a melhoria da qualidade de vida dos povos brasileiros, por meio de um desenvolvimento econômico que leva em consideração as especificidades de cada região e a participação da sociedade na gestão de seus territórios.

É indiscutível que muito deve-se aprimorar e avançar, pois observa-se grandes fragilidades e frequentes ataques às iniciativas voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável do território amazônico. Entretanto, felizmente ainda é possível destacar avanços importantes no que refere-se à formulação de políticas públicas que apresentam uma perspectiva de desenvolvimento por meio de uma outra economia, uma outra alternativa fundamentada nos princípios da economia solidária.

As seções a seguir, apresentam diversos instrumentos de planejamentos do Estado que têm o objetivo de promover o desenvolvimento territorial da nação, com ênfase no território amazônico e especialmente na região do Marajó, todos ancorados de forma direta ou indireta nos princípios da economia solidária.

### 3.2.1 Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2007 / 2019)

Destaca-se importante política pública de Estado que coaduna aos princípios econômicos solidários, o Decreto Federal nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, do então Presidente Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Legislação federal de grande relevância que estabeleceu ações do Estado para o combate e redução do nível de desigualdades entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Estabelece-se a partir de então, uma nova orientação aos programas e ações federais no território nacional que atende ao disposto no inciso III do art. 3º da Constituição Federal, que constitui como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, dentre outros, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Importante esclarecer que o Decreto Federal nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, foi revogado pelo Decreto Federal nº 9.810, de 30 de maio de 2019, no atual governo do Presidente da República – Sr. Jair Messias Bolsonaro, onde permanece instituída a PNDR, com finalidade centrada em reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Alguns pontos dessa legislação voltada para o desenvolvimento territorial com importantes relações solidárias, merecem destaque.

Os fundamentos da PNDR, estabelecem uma ação planejada e articulada de iniciativa federal, estadual, distrital e municipal, pública e privada que buscarão estimular e apoiar processos de desenvolvimento em todo o Brasil. Seus princípios transitam por conceitos que mais recentemente vem sendo o mote da gestão pública nacional e denotam uma aparente mudança no entendimento do conceito de desenvolvimento. Ressalta-se trechos considerados importantes para essa pesquisa, tais como: a participação social, a solidariedade regional e cooperação federativa, o reconhecimento e valorização da diversidade ambiental, social, cultural e econômica das regiões e o desenvolvimento sustentável. Conceitos que balizam a PNDR para o alcance de seus objetivos, a saber:



I - promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;

II - consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, de forma a considerar as especificidades de cada região;

III - estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração; e

IV - fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais (Art. 3 do Decreto Federal nº 9.810/2019).

Cabe enfatizar que a PNDR irá centrar esforços para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento econômico considerando as especificidades de cada região com prioridade para as regiões com baixos indicadores socioeconômicos, tal qual o Marajó. De suas diversas estratégias, destaca-se o “estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e à inclusão produtiva, por meio do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, de forma a integrá-los a sistemas regionais, nacionais ou globais”. Observa-se neste ponto, os fundamentos das redes de colaboração solidárias, propostas por Mance (2002), que será aprofundada na seção 4.2 do presente estudo.

O Art. 12 do Decreto Federal nº 9.810, preconiza que dentre vários instrumentos de planejamento da PNDR, no que se refere a Amazônia, será considerado os estudos previstos pelo Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), de que trata o art. 13 da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, elaborado pela Superintendência Regional de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que será abordado nas próximas etapas da pesquisa.

Evidencia-se, portanto, que os fundamentos, objetivos e estratégias estabelecidas pela PNDR, estão diretamente vinculados aos princípios da economia solidária, portanto, merecem destaque.

### 3.2.2. Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Arquipélago do Marajó (2007)

Em um nível mais regional, é imprescindível abordar o Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Arquipélago do Marajó, de 18 de outubro de 2007, e visualizar o que planejou-se em termos de uma abordagem econômica solidária para a Amazônia marajoara.

O planejamento, reforça a adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento territorial, porém com uma atuação diferenciada com o objetivo de a partir da ação articulada

dos diversos níveis de governo e da sociedade civil, promover e implementar um novo modelo de desenvolvimento local, pautado na valorização do patrimônio natural e na dinamização das atividades econômicas sustentáveis, com inclusão social e cidadania.

Trata-se de um grande diagnóstico para o planejamento estratégico e novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia brasileira e suas sub-regiões. É um caminho coerente aos planos e ao modelo de desenvolvimento desejado pela população marajoara que naquele momento apresentou para ser seguido pelo Estado brasileiro.

É importante mencionar que este planejamento estratégico de Estado, foi utilizado como instrumento base para a formulação de outras políticas públicas importantes para o território amazônico, tais como, as diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira, previstas no Plano Amazônia Sustentável (PAS), no ano de 2008. Foi elaborado de forma conjunta pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI), coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, e pelo Grupo Executivo do Estado do Pará para o Plano Marajó (GEPLAM) e a importante participação da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM), representante das dezesseis administrações municipais que compõe a mesorregião do Marajó. A área de abrangência do plano compreende a Microrregião de Portel: Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel; Microrregião do Furo de Breves: Afuá, Anajás, Breves, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista; Microrregião do Arari: Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure.

Ocorreu a partir da manifestação da sociedade civil organizada que exigiu do Governo Federal, uma agenda de ações imediatas voltadas para o desenvolvimento da região marajoara. Iniciou-se então uma dinâmica de trabalho coletivo que contou com amplos debates e definições por meio de reuniões ampliadas, consultas e audiências públicas em cinco municípios do arquipélago, com a participação de mais de três mil cidadãos de suas respectivas sub-regiões: Salvaterra (municípios do nordeste); São Sebastião da Boa Vista (sudeste); Breves (sudoeste); Afuá (noroeste) e Anajás (centro). Portanto, um processo de ampla participação de variados níveis de governo e participação da sociedade marajoara.

As diretrizes para o desenvolvimento foram organizadas em cinco eixos temáticos:

- a) ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental;
- b) fomento às atividades produtivas sustentáveis;
- c) infraestrutura para o desenvolvimento;
- d) inclusão social e cidadania; e
- e) relações institucionais e modelo de gestão.

Já nas primeiras páginas do documento, temos a saudação de D. José Luiz Azcona Hermoso, Bispo da Prelazia do Marajó, que afirma que o objetivo do plano é o desenvolvimento humano, integral e solidário de todo o Marajó e sua centralidade e protagonismo está no desenvolvimento do homem e da mulher marajoara que fará de si mesmo um ponto de partida insubstituível para a promoção humana e autêntica libertação sem as quais não será possível uma ordem justa e solidária no arquipélago do Marajó.

O documento apresenta uma diversidade de diretrizes e ações elencadas como prioritárias, bem como destaca as iniciativas que encontravam-se em andamento no âmbito federal ou estadual.

No eixo temático da Inclusão Social e Cidadania, suas diretrizes e ações prioritárias foram norteadas para fortalecimento das organizações de produtores, cooperativas e associações, bem como o incentivar a criação e a capacitação de associações e cooperativas para facilitar a captação de crédito para o desenvolvimento de atividades produtivas no Marajó. Portanto, nota-se que as iniciativas populares que permitem melhor e maior organização social está prevista e incentivada nos planos de desenvolvimento do Marajó.

No que tange o eixo temático que trata do Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental, destaca-se como ação prioritária: “viabilizar projetos para a implantação de agroindústria nos municípios do Marajó, para beneficiamento dos produtos regionais através de cooperativismo e associativismo e sua comercialização”.

O plano indica que estavam em andamento diversas ações de órgãos do governo federal e estadual. No que se refere a programas voltados para ações econômicas solidárias a principal demanda apontada no plano fora verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando a criação de mecanismos, diagnóstico, capacitação, infraestrutura, institucionalização dos grupos, crédito e comercialização. Diante de tal demanda, as diretrizes de ação foram construídas de modo a buscar o fortalecimento da segurança alimentar, da geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando-se a criação de mecanismos de assistência técnica e crédito para o pequeno produtor.

Os programas elencados no Quadro 2, destacam todas as ações públicas que mantêm um diálogo direto com os fundamentos econômicos solidários.

**Quadro 2 – Programas para o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias no Marajó**  
 Continua

<p><b>Programa:</b> Programa de Fomento às Organizações Sociais</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> Secretária de Agricultura (SAGRI)</p> <p><b>Objetivo:</b> Promover a gestão participativa de <u>empreendimentos solidários</u> no meio rural, para que os produtores tenham acesso a fontes alternativas de renda, inclusive através de financiamentos para suas atividades, com enfoque para preservação do meio ambiente.</p>
<p><b>Programa:</b> Programa Fomento ao Desenvolvimento Sustentável a Pesca e Aquicultura</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> Secretária de Agricultura (SAGRI)</p> <p><b>Objetivo:</b> Disponibilizar meios para os pescadores artesanais aumentarem a renda e a produtividade dos seus negócios; fomentar e capacitar às comunidades envolvidas a prática da piscicultura de tanque-rede.</p> <p><b>Ação demandada:</b> Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos <u>empreendimentos da economia solidária</u>, buscando a criação de mecanismos, diagnósticos, capacitação, infraestrutura, institucionalização dos grupos, créditos e comercialização.</p>
<p><b>Programa:</b> Fomento às atividades do manejo da pesca e da aquicultura do pirarucu e outras espécies.</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> Secretaria de Pesca e Aquicultura (SEPAq)</p> <p><b>Objetivo:</b> Preparar mão-de-obra qualificada para atuar na gestão, no manejo e na industrialização do pescado e assim mitigar a demanda definida pela sociedade que fora a necessidade de verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos <u>empreendimentos da economia solidária</u> buscando a criação de mecanismos, diagnóstico, capacitação, infraestrutura, institucionalização dos grupos, crédito e comercialização.</p> <p><b>Diretriz:</b> Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos <u>empreendimentos da economia solidária</u> buscando-se a criação de mecanismos, diagnósticos, capacitação, infraestrutura, institucionalização dos grupos, créditos e comercialização.</p>
<p><b>Programa:</b> Padronização do queijo do Marajó.</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> ADEPARÁ</p> <p><b>Ação demandada:</b> Viabilizar projetos para a adequação e posterior implantação da indústria nos municípios do Marajó para beneficiamento dos produtos regionais através do <u>cooperativismo e associativismo</u>.</p> <p><b>Objetivo:</b> Padronizar para posteriormente exercer inspeção sanitária sobre a obtenção, produção, qualidade e identidade dos produtos e derivados do leite de búfala.</p>
<p><b>Programa:</b> ATER e pesquisa para o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura.</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> EMATER-PARÁ</p> <p><b>Objetivo:</b> Disponibilizar meios para os pescadores artesanais aumentarem a renda e a produtividade dos seus negócios; promover a piscicultura de tanque-rede em tapagem de canais naturais.</p> <p><b>Diretriz:</b> Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos <u>empreendimentos da economia solidária</u>.</p>
<p><b>Programa:</b> Programa ATER e pesquisa em área de reforma agrária, populações tradicionais e reservas extrativistas.</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> EMATER-PARÁ</p> <p><b>Objetivo:</b> Implementar, desenvolver e difundir tecnologias de produção de plantas e ou animais de pouco impacto ambiental visando melhor aproveitamento e ocupação da mão de obra local, mediante metodologias participativas, em áreas de reforma agrária, populações tradicionais e reservas extrativistas.</p> <p><b>Diretriz:</b> Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos <u>empreendimentos da economia solidária</u>.</p>

**Quadro 2 – Programas para o fortalecimento das iniciativas econômicas solidárias no Marajó** Conclusão

<p><b>Programa:</b> ATER e pesquisa com ênfase à organização social e gestão ambiental</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> EMATER-PARÁ</p> <p><b>Objetivo:</b> Promover a gestão participativa de <u>empreendimentos solidários</u> no meio rural, para que os produtos tenham acesso a fontes alternativas de renda, inclusive através de financiamentos para suas atividades, com enfoque para preservação do meio ambiente; Fortalecimento da gestão das organizações rurais, contribuição na criação e assessoramento de formas associativas, como <u>cooperativas</u>, grupo de produtores, sindicatos, <u>associações</u> e outros.</p>
<p><b>Programa:</b> Programa ATER e pesquisa em apoio a programas de combate à pobreza no meio rural - olericultura.</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> EMATER-PARÁ</p> <p><b>Objetivo:</b> Promover a melhoria das condições alimentares e de renda dos agricultores familiares, através da produção de hortaliças adaptadas às condições do Arquipélago do Marajó.</p>
<p><b>Programa:</b> ATER e pesquisa em apoio ao programa de combate à pobreza no meio rural - culturas alimentares anuais.</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> EMATER-PARÁ</p> <p><b>Objetivo:</b> Desenvolver atividades de ATER e pesquisa visando à transferência de tecnologia que contribua para sustentabilidade de sistema de produção de alimentos via culturas de ciclo curto.</p> <p><b>Diretriz:</b> Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos <u>empreendimentos da economia solidária</u>.</p>

**Fonte:** Organizado pelo autor com dados do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Arquipélago do Marajó (2007).

É notório que o Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Arquipélago do Marajó tem em seu escopo diversas ações promotoras de resultados práticos que estão diretamente ligadas aos fundamentos da economia solidária. São iniciativas que foram planejadas para o alcance do desenvolvimento territorial por meio da inclusão socioprodutiva sustentável justa e colaborativa.

### 3.2.3 Plano Amazônia Sustentável (2008)

O Plano Amazônia Sustentável – Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira, de 08 de maio de 2008, estabelece as orientações estratégicas para o cumprimento dos compromissos discutidos e validados pela sociedade da região, a partir de diversos diagnósticos realizados por órgãos governamentais, pesquisadores e sociedade civil, além de audiências públicas conduzidas em todos os estados que integram a Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins). As diretrizes contidas nesse documento foram a base para a construção de novos programas e projetos específicos para alcance de uma Amazônia sustentável. O PAS, é um plano estratégico que contém as diretrizes gerais e as estratégias para a sua implementação, onde as ações específicas se materializariam no âmbito dos planos operacionais sub-regionais, alguns

inclusive já elaborados, como o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó, abordado no item anterior (3.2.2).

O objetivo principal do PAS é a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, mediante a implantação de um novo modelo pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infraestrutura, voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando a elevação do nível de vida da população.

Em termos de um diálogo relacionado aos fundamentos econômicos solidários, destaca-se o item que trata da Produção Sustentável com Inovação e Competitividade. Entende-se o cenário produtivo amazônico como um palco de atividades caracterizadas pelo uso extensivo e predatório dos recursos naturais em ciclos de expansão e colapso, associados às externalidades dos custos ambientais, tecnologias inadequadas às realidades locais, exportação de matérias primas com baixo valor agregado e com tendências de concentração da terra e da renda. Para o combate a essas práticas, são apresentadas diretrizes gerais que objetivam orientar a formulação e a aplicação de instrumentos de fomento e diretrizes específicas para diferentes setores da atividade econômica regional. Dentre as seis diretrizes estabelecidas no PAS, no que se refere a Produção Sustentável com Inovação e Competitividade, destaca-se a letra d - “fortalecer a produção familiar e comunitária; consolidar e ampliar as iniciativas de economia popular e solidária; e estimular a integração entre a produção agroextrativista e os processos industriais e de comercialização, com vistas à dinamização de economias locais e regionais”.

Quanto aos aspectos da Produção industrial, o PAS prevê a estruturação de cadeias produtivas sustentáveis como elementos importantes de suas diretrizes estratégicas. Para este tema, no que tange aos princípios da economia solidária destaca-se a letra b - “fortalecer as cadeias produtivas integradas ao consumo local e regional, em áreas como alimentos, bebidas, vestuário, calçados e material de construção, contemplando o apoio as iniciativas de economia popular e solidária”.

Portanto, nota-se que os princípios da economia solidária com base na produção familiar e comunitária agroextrativista, que retrata a realidade dos povos marajoaras, estão contemplados nesse importante instrumento de planejamento estratégico para o efetivo desenvolvimento territorial sustentável da Amazônia. Os resultados das ações planejadas pelo PAS, devem ser mensurados e sentidos por todos os cidadãos, por meio de ações práticas que promovam a agregação de valor à produção local, a geração de emprego e renda e a redução

de desigualdades regionais que efetivamente resultem em melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas.

#### 3.2.4 Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2012-2015/2016-2019/2020-2023)

Por meio da SUDAM, órgão do Governo Federal ligado ao Ministério do Desenvolvimento Regional, elaborou-se o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA). Trata-se de um plano estratégico, tático-operacional, elaborado em conformidade com a PNDR, que adotou as diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira definidas no PAS. Portanto, evidencia-se uma boa conexão e continuidade dos estudos em andamento no decorrer dos anos.

Antes de adentrar de fato nas ações estabelecidas pelo PRDA, é necessário revisitar e compreender alguns fatos históricos relevantes. Em 1953 o então Presidente Getúlio Vargas, cria a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que tinha como principal atribuição o gerenciamento e execução das ações do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país, criado pela Constituição Federal de 1946 e constituiu-se como a base do planejamento regional nas décadas seguintes. Neste contexto estabeleceu-se a definição de Amazônia Legal, trata-se de um recorte político do território amazônico que ocupa impressionantes 61% do território brasileiro. Esse território abrange área de serrado no estado do Mato Grosso e áreas de transição no Maranhão, os ecótonos.

Fortaleceu-se então, a ideia de planejamento e desenvolvimento econômico para essa região, a partir de desenvolvimento de projetos agrícolas, principalmente. Portanto, inicia-se as ações públicas voltadas para um território criado por critérios políticos para fins de planejamento regional. Posteriormente no governo militar transforma a SPVEA em SUDAM.

Evidencia-se, portanto, que nesta época o entendimento sobre desenvolvimento era fortemente voltado para a ideia de valorização econômica do território Amazônico. Contudo, os planejamentos atuais demonstram uma discreta mudança nessa compreensão e execução das iniciativas públicas para o desenvolvimento territorial, como observa-se nas três últimas edições do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA).

### Quadro 3 – Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2012 a 2023)

Continua

<b>Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia 2012 – 2015</b>
<p>Neste planejamento a economia solidária foi citada diretamente no Programa 015, com o título: Desenvolvimento Regional, Territorial e <u>Economia Solidária</u>. Seu propósito foi a promoção do desenvolvimento regional, territorial sustentável e da economia solidária.</p> <p><b>Objetivos:</b></p> <p>Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias;</p> <p>Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial;</p> <p>Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas ao desenvolvimento sustentável, à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva;</p> <p>Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, <u>considerando as práticas da economia solidária</u>, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza;</p> <p><u>Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.</u></p> <p><b>Metas Regionalizadas para o período 2012 a 2015</b></p> <p>Apoiar o desenvolvimento de uma Rede Regional de Inovação da Amazônia;</p> <p>Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico nos 10 municípios com os maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal;</p> <p>Elaborar 3 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional;</p> <p>Elaborar um estudo para avaliar anualmente os instrumentos fiscais e financeiros de desenvolvimento regional da Amazônia Legal.</p>
<b>Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia 2016 – 2019</b>
<p>O objetivo geral do PRDA 2016-2019 é de ser um instrumento de planejamento para o desenvolvimento da Amazônia que seja capaz de, observando os requisitos da sustentabilidade ambiental, estimular a geração de emprego e renda, o crescimento econômico, a qualidade de vida e a internalização da riqueza regional.</p> <p>Os objetivos específicos estratégicos, a partir de um alinhamento com as diretrizes estratégicas, são:</p> <p>a) <u>Promover a inclusão social com a redução da desigualdade econômica tanto no contexto intrarregional quanto frente às demais regiões do país;</u></p> <p>b) Priorizar o uso <u>sustentável do meio ambiente e da biodiversidade</u>, tanto em indústrias limpas quanto na exploração sustentável dos recursos naturais e dos seus potenciais turísticos, ao lado de uma integração logística intermodal de alto desempenho;</p> <p>c) Servir como elemento indutor de ações e <u>iniciativas do setor público e privado</u>, capazes de potencializar os efeitos sinérgicos dos setores primários e terciários da economia;</p> <p>d) Sinalizar os setores e áreas prioritárias para a intervenção dos agentes públicos na economia, respeitando um <u>consenso social</u>;</p> <p>e) Servir como instrumento de orientação e estímulo à pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia e de apoio à implementação de infraestrutura de ciência e tecnologia regional;</p> <p>f) Servir como instrumento de apoio de formação de capital humano capaz de introduzir, de forma competitiva, a Amazônia na era do conhecimento e no <u>comportamento empreendedor</u>;</p> <p>g) Orientar os estados e os atores regionais no alcance da melhora da segurança e <u>qualidade de vida da população regional a partir da factibilidade demonstrada pelos recursos financeiros</u></p> <p>O PDRA identificou programas estratégicos que estão alinhados com a dimensão setorial e dentro de uma racionalização de escolhas de prioridades a partir dos critérios de ameaças, oportunidades e pontos fracos da Amazônia Legal são:</p> <p>a) Agricultura, Pecuária e Extrativismo Sustentável</p> <p>b) Ciência, Tecnologia e Inovação</p>



### Quadro 3 – Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2012 a 2023)

Conclusão

c) Infraestrutura Econômica (Transporte e Energia)

d) Desenvolvimento Social (Educação, Saúde, Cultura e Lazer, Saneamento Básico e Segurança Pública)

e) Indústria

f) Turismo

Foram estabelecidas as metas para cada programa e seus respectivos indicadores de desempenho, assim como as iniciativas planejadas no âmbito federal e estadual. Entretanto, com uma abordagem convencional de um desenvolvimento regional que pouco enfatiza a busca pelo desenvolvimento territorial na perspectiva da econômica solidária a partir de iniciativas emanadas e protagonizadas pela sociedade, como fora visto na edição anterior. Exceto ao programa estratégico do setor turístico que apresentou o planejamento de iniciativas voltadas para o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo.

#### Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia 2020 – 2023

O PRDA versão 2019 que irá vigorar no período de 2020 a 2023, fundamenta-se dentre outras perspectivas, no reconhecimento das relações sociais, que devem ser fortes, solidárias, integradas e cooperativas. Para tanto, é essencial que o plano preveja políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas para a geração e atração de novas atividades produtivas, na perspectiva de uma economia aberta. Desse modo, a estratégia de desenvolvimento regional definida, necessariamente, inclui fatores fundamentais como: o capital social, a auto-organização social, o estímulo ao exercício de soluções colaborativas para problemas comuns e ampla articulação multiescalar, não podendo se limitar a incentivos fiscais, linhas de crédito e etc.

Destaca-se o Anexo III, que trata dos Indicativos de Projetos-Ações na área de Desenvolvimento Produtivo:

-Fortalecimento a valorização das atividades de manejo florestal sustentável de uso múltiplo (madeiro e não madeiro), com enfoque comunitário familiar e inclusivo (mulheres e comunidades tradicionais);

- Apoio à elaboração de políticas públicas estaduais para o manejo florestal comunitário e uso múltiplo dos recursos;

-Conservação, valorização, reconhecimento e fortalecimento da agrobiodiversidade da Amazônia promovida pelos povos e comunidades tradicionais;

-Uso sustentável da biodiversidade por meio da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados;

-Incentivo técnico, tecnológico educacional para as atividades de manejo florestal comunitário e familiar da Amazônia;

-Fortalecimento da agricultura familiar através do aumento do volume de recursos destinados às suas atividades, bem como a facilitação do acesso ao crédito e à assistência técnica;

-Ampliação da cobertura do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

-Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em compras institucionais;

-Implantação de Centros de Negócios e de Comercialização em distritos agropecuários;

- Estímulo à produção de fitoterápicos pelas indústrias farmacêuticas, com enfoque nas cadeias produtivas organizadas em redes de Arranjos Produtivos Locais;

- Fomento a mercados regionais, intrarregionais e internacionais para empreendimentos organizados em redes de Arranjos Produtivos Locais (APL), associados a cadeias produtivas estratégicas capazes de promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela PNDR;

- Qualificação técnica e de gestão para o fortalecimento do desenvolvimento produtivo, especialmente, os ligados à agricultura familiar;

- Incentivo ao associativismo e ao cooperativismo com vistas a promover o desenvolvimento produtivo (turismo, cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade, biodiversidade, agricultura familiar, dentre outros);

- Integração do comércio intra-regional (Rotas);

Destaca-se também os indicativos de Projetos-Ações na área do Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais. São iniciativas voltadas para a melhoria dos serviços de saúde, fortalecimento da cultura, expansão dos serviços de saneamento básico, além de promover o apoio às cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos.

**Fonte:** Organizado pelo autor com dados do PDRA (2012-2015, 2016 – 2019, 2020-2023)

Após analisar as três últimas versões do PDRA, observa-se que os princípios econômicos solidários já foram considerados como um dos alicerces das políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia. Na versão 2016 a 2019, o planejamento não faz grandes referências aos fundamentos colaborativos com a efetiva participação e protagonismo da sociedade. Atualmente, na edição que vigorará de 2020 a 2023, nota-se uma reaproximação a aspectos importantes, na perspectiva do reconhecimento das relações sociais fortes, solidárias, integradas e cooperativas, com estratégias que fundamentam-se no capital social, na auto-organização social, no estímulo ao exercício de soluções colaborativas para problemas comuns e na ampla articulação multiescalar. Portanto, aparentemente, um novo fôlego para um projeto de desenvolvimento alternativo integrado e sustentável que retoma o diálogo com os princípios da econômica solidária.

### 3.2.5 Projeto de Desenvolvimento Local de Portel (2012)

Em um plano mais micro, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) de Portel. Elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-bio), com o intuito de atender as comunidades tradicionais localizadas nos territórios estaduais dos rios Pacajá e Camarapí e Gleba Joana Peres II, área de maior concentração de contratos de transição em todo o estado do Pará. Contratos de transição trata-se de uma modalidade de outorga onerosa de caráter temporário, vigência de até dois anos, em área de até 2.500 ha.

Estes contratos visaram assegurar a continuidade dos planos de manejo florestal localizados em terras públicas e autorizados pelo ITERPA por meio de Autorização de Detenção de Imóvel Público (ADIP), e licenciados ou em processo de licenciamento na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Em Portel foram celebrados 14 contratos de transição em uma área de aproximadamente 12 mil hectares, de onde se extraiu cerca de 300 mil m<sup>3</sup> de madeira e 60 mil m<sup>3</sup> de resíduos licenciados, cerca de 1/3 dos contratos celebrados em todo estado do Pará.

Os objetivos do PDL de Portel, são:

Objetivo Geral: Promover o uso sustentável dos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAF), com geração e incremento de renda.

Objetivos Específicos: a) Promover o ordenamento territorial nas glebas<sup>10</sup> estaduais de Portel: Acutipereira, Acangatá, Alto Camarapí, Jacaré-Puru e Joana Peres II; b) Implantação

---

<sup>10</sup> Neste contexto as terras do Acutipereira, Acangatá, Alto Camarapí, Jacaré-Puru ainda se caracterizavam como glebas estaduais, somente a partir do ano de 2018, passariam a se tornar Projetos Estaduais

de sistemas agroflorestais em áreas alteradas; c) Implantação de planos de manejo florestal comunitário.

Principais beneficiários: Comunidades das glebas Estaduais: Jacaré-Puru, Alto Camarapí, Acangatá, Joana Peres II e Acutipereira.

Principais parceiros: ITERPA, IEB, Prefeitura Municipal de Portel, Escola Saberes da Terra, EMATER-PARÁ, STTR, ASMOGA e ATAA.

Desde o início de sua implantação o PDL Portel apresentou os seguintes resultados:

- Elaboração do Diagnóstico Socioambiental das Glebas Jacaré-Puru, Acangatá e Alto Camarapí e Acutipereira;
- Arrecadação de terras devolutas ao patrimônio público estadual;
- Afetação das glebas públicas estaduais de Portel para o uso sustentável por comunidades tradicionais;
- Suporte para a criação das Glebas estaduais: Acutipereira, Acangatá, Alto Camarapí e Jacaré-Puru;
- Cadastramento das famílias das glebas;
- Criação dos planos de uso dos recursos naturais das glebas Acutipereira, Acangatá, Alto Camarapí e Jacaré-Puru;
- Fomento ao manejo florestal comunitário;
- Criação do Comitê Interinstitucional de Governança Florestal de Portel, com encaminhamentos de diversas atividades;
- Fomento à produção de mudas;
- Suporte para a Criação do PEAEX Acangatá;
- Fomento à produção de mudas e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs);
- Suporte para a Criação do PEAEX Acutipereira;
- Fomento a meliponicultura;
- Realização de cursos de gestão florestal;
- Curso de manejo florestal comunitário e familiar;
- Inventário Florestal em 600 hectares distribuídos nas glebas: Acutipereira, Acangatá, Alto Camarapí e Jacaré-Puru.

O PDL de Portel, teve como principais contribuições a realização de um amplo processo de ordenamento fundiário e ambiental e a fomento dos produtos da sociobiodiversidade marajoara.

### 3.2.6 Programa Rota de Integração Nacional – Rota do Açaí (2018)

No que se refere a uma política pública federal em construção nos dias atuais e que apresenta-se promissora para o desenvolvimento territorial, com impacto direto no âmbito do território do Marajó, destaca-se o Programa Rotas de Integração Nacional, estabelecido por meio da Portaria nº 80, de 28 de fevereiro de 2018, do então Ministério da Integração Nacional, naquele momento dirigido pelo Ministro de Estado da Integração Nacional – Sr. Helder Barbalho, que estabeleceu as Rotas de Integração Nacional, doravante denominadas simplesmente “Rotas”, como estratégia de desenvolvimento regional e inclusão produtiva, conforme disposto no Decreto Federal nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, revogado pelo Decreto Federal nº 9.810, de 30 de maio de 2019, o qual instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O Programa Rotas de Integração Nacional, tem como objetivo geral promover o desenvolvimento territorial e regional por meio da estruturação de redes de Arranjos Produtivos Locais (APL)<sup>11</sup> associados às Cadeias Produtivas<sup>12</sup> estratégicas capazes de promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras definidas e priorizadas pela PNDR. Sua coordenação é responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano (SDRU), e de acordo com o artigo 2º da Portaria nº 80/2018, as Rotas deverão seguir as seguintes estratégias de redução das desigualdades regionais:

I - estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas;

II - articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no território nacional, com foco particular nos territórios de ação prioritária, conforme tipologia da PNDR: territórios de baixa renda, renda estagnada ou dinâmicos de menor renda; e

---

<sup>11</sup> Os APL são aglomerações territoriais de instituições públicas e privadas interligadas pela articulação, interação e cooperação em uma cadeia produtiva comum.

<sup>12</sup> Encadeamento das atividades produtivas que agrega valor aos insumos básicos, gerando produtos para comercialização e serviços.

III - convergência com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade e competitividade econômica.

Portanto, trata-se de uma grande estratégia que visa o desenvolvimento regional e a inclusão produtiva de todas as regiões brasileiras, por meio do desenvolvimento de cadeias produtivas estratégicas, rigorosamente selecionadas com a observância dos seguintes critérios: Potencial de inclusão produtiva; Representatividade regional; Sustentabilidade ambiental; Potencial de crescimento; Atividade intensiva em emprego; Potencial de aprofundamento tecnológico; Encadeamento produtivo; e, Convergência de iniciativas públicas e privadas.

Atualmente, há dez tipos de Rotas: da Biodiversidade, do Cacau, do Cordeiro, da Economia Circular, da Fruticultura, do Leite, do Mel, do Peixe, da Tecnologia da Informação e Comunicação e a Rota do Açaí. Os polos estão distribuídos nas cinco regiões do País.

O Rota do Açaí, está nos primeiros encaminhamentos. No dia 07 de agosto de 2019, ocorreu no município de Breves a 1ª Oficina de Planejamento Estratégico do Polo do Arquipélago de Marajó. Definiu-se que o Polo Marajó-Floresta será responsável pelas ações relativas ao Rota do Açaí no âmbito do Marajó que compreende a 12 municípios marajoaras, são eles: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Gurupá, Portel, Melgaço, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Oeiras do Pará e Chaves.

Outras deliberações importantes foram definidas, tais como:

- A construção e validação da carteira de projetos que fora entregue diretamente ao Governador do Estado do Pará, no dia seguinte (08/08/2019).
- Construção da Visão de Futuro do Polo Marajó-Floresta - “Ser reconhecido como o melhor e maior produtor de açaí de várzea, com certificação orgânica e sanidade, processamento local economicamente viável, socialmente justo e manejo ecologicamente sustentável com respeito à cultura marajoara”.
- Definição do Comitê Gestor para dar continuidade aos trabalhos do Rota do Açaí. Tal comitê é formado por organizações de produtores, e instituições públicas e privadas associadas à cadeia produtiva do açaí e encontra-se em plena atividade e tem a finalidade de identificar, viabilizar e acompanhar projetos e ações inerentes ao desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí. Além de ter como atribuição, dentre outras coisas, o fomento do associativismo e do cooperativismo, atividades essencialmente econômicas solidárias.

É importante mencionar que o Comitê Gestor do Rota do Açaí está mantendo contatos com as lideranças da comunidade Santo Ezequiel Moreno, com o intuito de reunirem esforços

em benefícios do bem viver das famílias marajoaras, a partir da consolidação e fortalecimento da cadeia produtiva do açaí. Essa colaboração solidária institucional, poderá ser estabelecida por meio da união das ações do Rota do Açaí e do Centro de Referência em Manejo de Açaizais no Marajó (MANEJAÍ), em andamento em Santo Ezequiel Moreno.

### **3.3 O papel da economia solidária com indutora do desenvolvimento territorial**

A grande alternativa para o eficiente desenvolvimento territorial que investiga-se na presente pesquisa é a Economia Solidária. Compreende-se que esse modelo de desenvolvimento deve assumir o seguinte pressuposto:

A economia solidária é construída por iniciativas de natureza associativa ou cooperativa que envolvem moradores que, num determinado contexto territorial, buscam a solução de problemas públicos concretos, relacionados à sua condição cotidiana de vida, através do fomento à criação de atividades socioeconômicas. Neste sentido, a criação das atividades socioprodutivas ou a oferta de serviços surgem em função de demandas reais, expressas pelos moradores em seu local. Tal economia estimula, no território, um circuito integrado de relações socioeconômicas envolvendo produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários de serviços, numa lógica de rede (FRANÇA FILHO, 2007. p. 160).

O autor França Filho (2007), afirma que o objetivo dessa rede é promover a ruptura dos efeitos danosos dos regimes de mercado autorregulados, em relação à produção e o consumo e dessa maneira estimular à livre associação entre produtores e consumidores, permitindo a criação do conceito de prossumidores. Os estudos práticos sobre a rede de colaboração solidária estão detalhados no item 4.2 deste estudo.

Mance (2005), amplia o olhar sobre o econômico para além da visão dominante e percebe singularidades de grande relevância sobre uma nova perspectiva de economia. O autor argumenta que a economia solidária tem como objetivo principal promover a realização humana de cada indivíduo, por meio da reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico. Seus esforços cooperativos assegurarão as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade.

Os princípios da economia solidária, leva em consideração os aspetos das liberdades, como também afirma Sen (2000). Para o autor é imprescindível ter liberdade de escolha de um trabalho que lhe dê maior satisfação, liberdade para participar de processos de planejamento e tomada de decisões que afetam a coletividade e para superar a pressão proveniente da competição de todos contra todos. Uma vida mais justa e fraterna.

Singer (2002), defende que por meio da solidariedade, de fato, pode-se encontrar uma vida melhor, melhor não apenas no sentido econômico, mas essencialmente melhor no

relacionamento com os familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, enfim com a sociedade.

A lógica da Economia Solidária tem em sua essência a forte oposição à ditadura do capital que controla e destrói vidas em todas as partes do mundo, opõem-se veementemente ao individualismo utilitarista típico da sociedade de mercado (LAVILLE; GAIGER, 2009). É uma nova dinâmica da socioeconomia que tem o potencial de se tornar muito mais do que uma mera resposta a incapacidade do capitalismo, mais que um modo de produção intersticial, ou seja, alternativas que surgem como respostas ao desemprego e à exclusão social provocados por vácuos do modelo de desenvolvimento hegemônico. Essa lógica tem o potencial de se tornar a base da reorganização da economia e da sociedade. Desta forma, encontrar-se-á uma maneira de superar a divisão de classes e a competição universal produzida pelo sistema capitalista (SINGER, 2002).

Opondo-se a esse modelo de economia intersticial, destaca-se Mondragón Corporación Cooperativa (MCC), o mais completo exemplo de uma economia solidária que gera sua própria dinâmica e não depende das contradições do modelo dominante.

A história do empreendimento solidário Mondragón, tem início em uma comunidade católica, na cidade basca de Mondragón, ao norte da Espanha, em 1956. Seu criador foi José Maria Arizmendi, mais conhecido como Padre Arizmendi. Atualmente, certamente é o maior complexo cooperativo do mundo, possui cooperativas de produção em escala industrial, um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas voltadas para o ramo tecnológico. Mondragón preserva os fundamentos da economia solidária, por meio dos princípios do cooperativo e está em franca expansão. Grande parte de seu desenvolvimento atribui-se ao poderoso investimento em educação e pesquisa que sempre fora feito no agrupamento de empresas Mondragón. Investiu-se pesadamente em cooperativas de pesquisa e na criação da Universidade de Mondragón que oferta cursos voltados para as engenharias e humanidades de interesse empresarial. Certamente a MCC apresenta dificuldades como qualquer organização, a mais evidente são as pressões em suas práticas autogestionárias, devido ao tamanho e complexidade de sua estrutura administrativa. Entretanto, vem obtendo grandes transformações e aprimoramento de seus aspectos gerenciais.

A aceitação de seus fundamentos nos mais variados modelos, sugere um crescimento em nível mundial, embora se apresentem outros cenários menos favoráveis que apontam projeções negativas de sua tendência.

[...] se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico seu crescimento poderá se desacelerar no futuro e, pior, ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista, cuja existência será funcional para preservar fatores de produção – trabalho, terra, equipamentos e instalações – que, se ficassem sem utilização, estariam sujeitos a se deteriorar. Em suma, a economia solidária só teria perspectivas de desenvolvimento se a economia capitalista mergulhasse numa depressão longa e profunda (como a da década de 1930, por exemplo), ou se a hegemonia da burguesia rentista mantivesse a economia da maioria dos países crescendo sempre menos que a elevação da produtividade do trabalho (SINGER, 2002. p. 114).

Todavia, a trajetória de Mondragón demonstra que é possível prosperar e obter emancipação social. A chave da prosperidade nesse modelo chama-se: Autogestão. Para Singer (2002), a autogestão tem como objetivo muito mais que a eficiência econômica, busca propiciar a seus praticantes o desenvolvimento humano. Ela valoriza a participação nas discussões e tomada de decisão de maneira coletiva, por meio de sua organização, ela educa e conscientiza, transforma o indivíduo em um cidadão mais realizado, autoconfiante e seguro.

É importante frisar que a economia solidária possui diferenciadas estratégias de entrada em mercados específicos. Merece destaque a abordagem do Comércio Justo.

Segundo Vieira (2001 apud Santos, 2014, p. 94), o Comércio Justo, ou Comércio Solidário ou ainda em inglês Fair Trade, está fundamentado na relação direta entre quem produz e quem deseja consumir, a partir de uma relação de confiança entre esses dois elos da comercialização. O comércio justo tem como finalidade permitir melhores desempenhos dos produtores de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, com o intuito de permitir um retorno mais benéfico para as comunidades produtoras. Suas prerrogativas se pautam no desenvolvimento sustentável, e tem como foco proteger e ampliar as possibilidades de desenvolvimento de produtores e trabalhadores que quase sempre encontram-se em desvantagens quase intransponíveis junto ao sistema econômico global. Destaca-se que esta modalidade possui um sistema de certificação e rotulagem chamado de Certificação Fair Trade, administrado pela Fairtrade Labelling Organizations International (FLO), uma associação multilateral sem fins lucrativos composta por 24 organizações. O propósito da certificação Fair Trade é assegurar aos consumidores que os produtos adquiridos respeitem normas sociais, econômicas e ambientais diferenciadas.

Existe maneiras de fortalecer o segmento solidário, tais como: oferecer aos consumidores produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. Além de buscar seu melhor posicionamento diante do mercado. Santos (2014), apresenta modelos estratégicos para empreendimentos de economia solidária. São estratégias relativas ao melhor posicionamento diante do mercado, e devem ser aplicadas de acordo com as peculiaridades de cada local. A seguir destaca-se as estratégias que melhor convergem a realidade marajoara:



- a) **Estratégia de Empoderamento Comunitário:** esta estratégia concentra-se em esforços para suprir as necessidades ou carências comunitárias, por meio da permanência dos recursos financeiros, humanos e materiais na própria região. São executadas ações para fomentar e estimular o comércio na comunidade e assim evitar a saída de recursos e proporcionando trabalho e renda e o desenvolvimento local. Essa estratégia encontra-se operacionalizada por meio de padarias comunitárias e pequenos mercados comunitários, geralmente com o uso de uma moeda comunitária própria;
- b) **Estratégia de Escopo:** indicada a empreendimentos de pequeno porte com dificuldades em manter um bom desempenho econômico com a produção e ganhos de escala. Apoia-se na diferenciação, exclusividade e na customização das soluções ofertadas. Atuam em nichos de mercados específicos e aplica-se muito bem aos segmentos ligados por exemplo ao artesanato, móveis, vestuário, artigos de higiene e limpeza, verduras, produtos orgânicos, pães, entre outros com realização de vendas regulares. Frequentemente apresenta-se com a entrega a domicílio e sua adesão é muito apreciada aos consumidores adeptos ao consumo solidário;
- c) **Estratégia de Fornecimento Público Privado:** a mais promissora das estratégias, funciona a partir do acesso à políticas públicas de incentivo à comercialização dos produtos e serviços da economia solidária. Por meio dessa estratégia, consegue-se suprir as necessidades do poder público e ao mesmo tempo avançar nas políticas de inclusão social. Destaca-se como exemplo o que já acontece no Brasil com a criação da Lei Federal nº 11.947/2009 que institui o PNAE, e obriga que 30% dos alimentos que compõem a merenda escolar sejam adquiridos de empreendimentos da agricultura familiar. Portanto, a partir de mecanismos legais, tais como, as cotas, estabelece-se meios capazes de conceder incentivos justos aos empreendimentos da economia solidária. Assim os empreendimentos solidários têm uma previsibilidade no escoamento de seus produtos e serviços.

Em uma abordagem mais contemporânea, pode-se afirmar que a economia solidária encontra-se em transição, especialmente no Brasil, e toma formas, abordagens e vertentes diferenciadas, tais como: empreendedorismo solidário, empreendedorismo social, empreendedorismo sustentável, e empreendedorismo comunitário. Seus princípios também estão presentes em projetos de responsabilidade social e ambiental corporativos. Enfim, ela está em todas as iniciativas que preservam os princípios da cooperação, autogestão, equidade, solidariedade, sustentabilidade, valorização do meio ambiente e do saber local, e

fundamentalmente em todas as atividades do trabalho humano, por meio da associação voluntária de pessoas que visem o apoio mútuo de suas atividades. Mas, é no modelo cooperativo de organização que ela melhor se identifica.

Santos (2014), afirma que a economia solidária integra diferentes iniciativas organizacionais, porém, tem no cooperativismo o seu principal modelo de funcionamento e busca resgatar a sua identidade original.

O modelo cooperativo de organização, base da atual Economia Solidária, pode ser definido com um conjunto de empreendimentos econômicos formados pela associação voluntária de pessoas, visando o apoio mútuo de suas atividades. Trata-se de organizações administradas e coordenadas democraticamente pelos próprios associados que estão dispostos a, de forma igualitária, assumir todos os riscos e benefícios do empreendimento. As cooperativas são, simultaneamente, associações de pessoas e empresas econômicas, cuja finalidade é a satisfação das necessidades de seus sócios/cooperados e a promoção da cultura da cidadania (SCHIMIDT; PERIUS, 2003 apud SANTOS, 2014, p. 67).

O Plano Nacional de Economia Solidária (2015), estabelece uma compreensão mais ampliada do conceito de economia solidária. Essa alternativa de desenvolvimento inclui formas de organização econômica de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo. Tendo como base o trabalho associado, na perspectiva da autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade. São atividades econômicas sendo plenamente operacionalizadas por cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, redes de cooperação em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais ou setoriais, bancos comunitários de desenvolvimento e fundos rotativos. Portanto, evidencia-se uma expansão em sua compreensão e prática.

São muitos os desafios para se atingir ampla aceitação da Economia Solidária no cotidiano das pessoas. Mudar e deixar comportamento alienante produzido pelo modelo capitalista tradicional, não é uma tarefa fácil, sem dúvida. Ao realizar uma compilação das principais reflexões dos autores pesquisados até então, chega-se a considerações que merecem um destaque quanto aos desafios e perspectivas da economia solidária como vetor do desenvolvimento territorial.

Como todas as propostas de desenvolvimento, a Economia Solidária certamente possui suas imperfeições. O principal e mais complexo desafio é preservar os ideais originais da solidariedade. Visto que quando um sistema se expande e se burocratiza, surgem novas prioridades, com isso suas características originais tendem a mudar em favor da eficiência e do resultado econômico.

O cooperativismo clássico por exemplo, que é a base para os empreendimentos da Economia Solidária. Existem conjecturas que afirmam que cooperativas que vão mal fecham, as que vão bem deixam de ser cooperativas. Essa afirmação ocorre devido à perda da identidade original que muitas cooperativas apresentam. Promovem ações que desvirtuam os princípios fundamentais da solidariedade e passam a reforçar o sistema capitalista, com a utilização de mão de obra assalariada, rígidas hierarquias, centralização de poder e, muitas vezes, aliando-se ao grande capital como estratégia de crescimento.

Para solucionar este complexo problema, acredita-se na experimentação de modelos multivariados, alternativos e abrangentes capazes de incorporar as diferentes necessidades do ser humano nas esferas política, econômica e social. Portanto, fala-se em adotar um modelo híbrido, meio capitalista, meio solidário, que tenha a capacidade de desempenhar uma dinâmica colaborativa entre os diversos agentes de desenvolvimento, a saber: empresas privadas, instituições de ensino e entidades públicas.

Outro ponto conflituoso, como já fora mencionado anteriormente, é adotar uma postura mais coerente é aceitar o Estado como uma força ainda fundamental para incentivar as iniciativas da economia solidária. Defende-se, portanto, a celebração de parcerias entre o poder público e as iniciativas solidárias, fazendo com estas se tornem fornecedoras privilegiadas de algumas das demandas públicas.

Por fim, a democracia deve avançar ainda mais, para modelos mais participativos nas esferas políticas e econômicas. Um modelo de desenvolvimento alternativo que agrega e não aparta, não discrimina e não exclui, que tem como centro do processo o ser humano.

Deve-se, portanto, adotar uma atitude que promova uma ressignificação do sentido do agir econômico em sociedade.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Este capítulo tem o intuito de permitir a aproximação dos aspectos teóricos com os práticos e dessa forma revelar os reais traços de solidariedade presentes nas relações sociais entre os membros da comunidade pesquisada.

De acordo com França Filho (2007), o estudo de caso de iniciativas solidárias, procura compreender a economia solidária enquanto fenômeno em si, a partir de práticas organizativas singulares. Portanto, a intenção a partir deste ponto é compreender a dinâmica geral das iniciativas econômicas solidárias, partindo da análise de uma experiência concreta em andamento no âmbito da Amazônia marajoara.

Os dados obtidos a partir dos variados diálogos e observações realizadas junto aos sujeitos da pesquisa, permitiu consolidar a hipótese previamente definida e subsidiou a reflexão necessária para responder à questão problematizadora da pesquisa.

### **4.1 Iniciativas econômicas solidárias na Amazônia marajoara: o caso Santo Ezequiel Moreno**

Diante dos dados obtidos até aqui, é possível realizar uma recapitulação histórica dos acontecimentos que permitirá compreender melhor como pavimentou-se os caminhos rumo a uma busca mais qualificada dos aspectos que norteiam o que vem a ser desenvolvimento para os agroextrativistas da comunidade Santo Ezequiel Moreno.

No início, uma região desabitada e maculada por um nome pouco convidativo – inferno – todavia, no decorrer dos anos foi sendo povoada por ribeirinhos que atualmente identificam-se como agroextrativistas. Até meados do ano 2000, uma parte significativa da Amazônia marajoara fora impiedosamente degradada pela ação do homem, principalmente devido a exploração da madeira. Essa devastação ambiental, também trouxe consequências gravíssimas à comunidade pesquisada que se manifestaram no ano de 2004, com um surto de raiva humana que ceifou a vida de 16 agroextrativistas do rio Acutipereira, conforme relatado na seção 2.3 da pesquisa.

A partir desse lamentável episódio, observa-se uma importante mudança no comportamento dos agroextrativistas, que culminou com uma variedade de iniciativas relevantes. Formou-se uma rede de solidariedade composta por agentes de desenvolvimento territorial endógenos e exógenos que desenvolve-se dia após dia e tem na autogestão sua principal característica. Os diálogos mantidos com esses agentes de desenvolvimento deixam muito claro qual é a atual perspectiva de desenvolvimento que deseja-se alcançar.

Quando a gente começou a discutir comunidade, vimos que viver em uma comunidade é você viver a economia solidária, é você viver em união, você tem que partilhar. Tudo que estamos conseguindo, veio da economia solidária. Por exemplo, você tira uma lata de açaí e deixa 2,00 reais para ser investido nas obras da comunidade, isso é economia solidária, é a partilha daquilo que você tirou (GOMES, 2019).

Muito já fora feito e atualmente a comunidade estudada apresenta diversas iniciativas promissoras em operação e tantas outras em fase de planejamento para execução de curto e médio prazo.

Quando perguntado aos sujeitos da pesquisa, como eles entendem e percebem a presença das práticas econômicas solidárias na comunidade? Imediatamente a resposta surge de forma natural e emanada em uníssono pelos moradores Nilson Corrêa da Silva e Maria Cláudia Baia: “Ela está presente por meio do Fundo Solidário Açaí, no nível de organização social que existe na comunidade, na Miniagroindústria Boa União e na Cozinha Agroextrativista Iaçá”.

Diante dessa indicação, nas próximas etapas da pesquisa serão apresentados tais empreendimentos econômicos solidários, os quais buscam alcançar a emancipação social e o desenvolvimento territorial alternativo por meio dos princípios da economia solidária.

#### 4.1.1 O Fundo Solidário Açaí: a tecnologia social emancipatória

A partir da ampla mobilização social, no ano de 2012, foi criado o Fundo Solidário Açaí. Trata-se de uma Tecnologia Social (TS) certificada e posteriormente premiada pela Fundação Banco do Brasil no ano de 2017, e também premiada pelo Fundo Socioambiental Caixa, com o Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local, no mesmo ano.

**Figura 3** – Logomarca do Fundo Solidário Açaí



**Fonte:** Comunidade Santo Ezequiel Moreno

Miranda e Potiguar (2017), conceituam o Fundo Florestal Comunitário Familiar (FFCF), como reservas econômicas coletivas formadas a partir da comercialização de bens e serviços florestais para o bem-viver das famílias e comunidades agroextrativistas. De acordo com a Fundação Banco do Brasil (2017), seus objetivos foram norteados para o enfrentamento dos problemas de infraestrutura comunitária e socioprodutiva, para favorecer a permanência dos cidadãos agroextrativistas em seu território, com boa qualidade de vida e capacidade de resistência. A TS também visa permitir que os recursos financeiros gerados a partir de produtos florestais sejam internalizados pela própria comunidade, por meio de um mecanismo comunitário e autogestionado no formato fundo; Adquirir bens e serviços de uso comum que melhorem as condições de vida dos agroextrativistas; Estimular a diversificação produtiva e econômica da comunidade como alternativa à exploração predatória dos recursos naturais; Aumentar a renda das famílias pela diversificação produtiva; Dar suporte as estratégias de macrodefesa do território da comunidade, reforçando a apropriação territorial, permanência na comunidade, e afirmação coletiva da posse da terra; Valorizar os recursos naturais locais por meio da transição para a produção agroecológica, evitando a degradação ambiental. É importante frisar que a iniciativa do Fundo Solidário Açaí, está diretamente relacionada com o primeiro ODS previsto pela ONU – Erradicação da pobreza.

Na fala do Sr. Nilson Corrêa da Silva - Presidente da ATAA, fica evidente o nível de compreensão que a iniciativa do Fundo Solidário Açaí tem entre os agroextrativistas: “Logo quando foi fundado o fundo o nome era apenas Fundo Açaí. Depois de discussões sobre a importância da economia solidária, a gente mudou o nome para Fundo Solidário Açaí, porque é solidário tú doar 2,00 reais e depois vir em benefício de ti”.

Nota-se nas entrevistas que a criação dessa iniciativa solidária, ocorreu devido a precariedade da infraestrutura e a ausência de políticas públicas básicas, tais como: distribuição de energia elétrica.

Eu digo que surgiu a partir de uma necessidade. Sempre eu conto uma história de um conjugado que a gente queria comprar para a vila. A gente se perguntava, como vamos fazer para comprar? Decidimos fazer uma coleta de cada família, foi R\$190,00 de cada família na época, então foi puxado o negócio para cada um. Então desde disso começamos a pensar. Poxa, temos tanto açaí aqui, por que não começar a fazer alguma coisa com esse açaí para deixar algum benefício para comunidade? Sempre era eu mais o Teofro que a gente sentava e começava a colocar nossas ideias malucas e daí surgiu o fundo (risos). Então começamos com R\$1,00 por lata de açaí. Tirou uma lata de açaí? R\$1,00 vai para a comunidade! Daí a gente começou a fazer isso e uma pessoa anotava. A gente começou aplicar nas coisas da comunidade. A ideia foi crescendo, foi crescendo, encontramos resistência. Começamos com pouco e muita gente dizia que não ia dar certo, aí eu sei que foi e hoje tá aí (ALMEIDA, 2019).

Baia (2019), ratifica a informação e acrescenta dados relevantes.

O fundo solidário açáí aconteceu devido a carência do apoio do governo, porque tudo o que a gente precisava, a gente ia na Prefeitura, ia na Secretaria de Educação, solicitávamos por ofício e não conseguia. Então foi criado o fundo para tentar alavancar mais o que a gente precisava na comunidade. O fundo surgiu devido a necessidade de um gerador de luz. Então cada peconheiro tomou a iniciativa de doar R\$1,00 por rasa de açáí, para comprarmos o conjugado.

Portanto, o Fundo Solidário Açáí veio para ajudar a mitigar as necessidades básicas da comunidade e sua operacionalização ocorre a partir da arrecadação pecuniária realizada ao longo da safra do açáí comercializado pelos agroextrativistas. É importante mencionar que os levantamentos em campo revelaram que o período da safra do açáí de várzea amazônica ocorre anualmente durante os meses de junho a outubro, e os meses que apresentam maiores rendimentos são julho, agosto e setembro. Verificou-se que o ano de 2018, apresentou resultados satisfatórios<sup>13</sup>, devido as práticas do manejo dos açazais que iniciaram no ano de 2010, nas áreas de produção de açáí da comunidade Santo Ezequiel Moreno e hoje começam a obter produtividade promissora.

Com a contribuição atualmente do valor de R\$2,00 (dois reais), por cada rasa de açáí vendido, forma-se uma poupança coletiva que é convertida em benfeitorias à comunidade (MIRANDA; POTIGUAR, 2017). Os recursos financeiros são repassados à tesouraria da ATAA e a aplicação desses recursos é votada em assembleia. Portanto, observa-se que de fato o princípio da autogestão é plenamente exercido no gerenciamento do Fundo Solidário Açáí. Fato que fora observado durante as pesquisas de campo, por meio da observação direta e diálogos mantidos com agroextrativistas e demais lideranças comunitárias.

O Fundo Solidário Açáí tem um coordenador, vice coordenador, secretário e vice, tesoureiro e vice. Tudo escolhido em assembleia, tudo bem democrático. Essa turma fica ali para gerir o dinheiro que vai entrar. O coordenador vai articular quais são as prioridades que a comunidade tem para desenvolver com o recurso do fundo. A assembleia aprova e executa o trabalho (ALMEIDA, 2019).

É importante destacar algumas ações de maior relevância realizadas a partir da iniciativa do Fundo Solidário Açáí, tais como:

- Investimento na ampliação da sede da ATAA;
- Estruturação do sistema de abastecimento de água (700 metros de encanamento) ;
- Suporte às lideranças comunitárias em viagens para a participação em capacitações e intercâmbios.

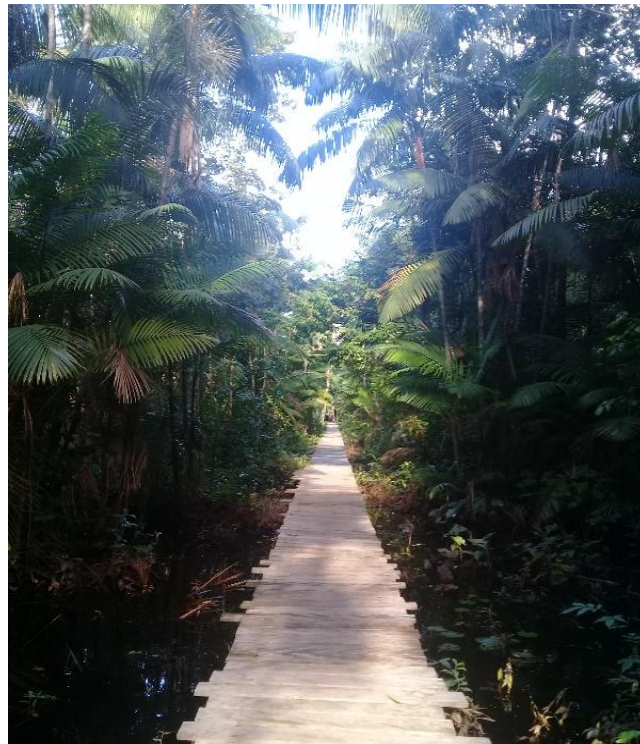
---

<sup>13</sup> No ano de 2018 foi contabilizada uma poupança no montante de R\$ 13.444,00. Portanto, o fundo caracteriza-se como uma importante alternativa econômica para o coletivo de agroextrativistas.

- Investimentos em outros produtos agrícolas e agroflorestais como hortaliças, legumes, mandioca, fruticultura (bacuri, taperebá, abacaxi) e no próprio manejo de açaiçais e de espécies florestais como a andiroba;
- Reforma da capela local;
- Construção da Miniagroindústria Boa União;
- Fortalecimento da agricultura familiar para a expansão em mercados institucionais do PAA e o PNAE.

Cabe destacar que a primeira benfeitoria proveniente do esforço coletivo solidário, fora a construção de uma ponte e passarelas de madeira, com mais de 690 metros de extensão, que interligam todas as casas umas às outras, até a área de plantio das famílias (terra firme).

**Fotografia 2** – Ponte de madeira



**Fonte:** Registro do autor (2019)

Estrutura à primeira vista simples e básica para uma realidade urbana, todavia, mostra-se uma obra importante para a realidade ribeirinha marajoara, que trouxe grandes benefícios para a qualidade de vida e o fortalecimento das relações de solidariedade entre os agroextrativistas, pois a partir de então, passa a existir uma ligação física entre todas as residências, que as unem e as levam ao trabalho (casas de farinha, caça, produção agrícola familiar, extrativismo), e ao lazer (campo de futebol). Enfim, levam à caminhos que fortalecem os vínculos sociais solidários e cooperativos.



Durante as entrevistas, evidenciou-se que o fundo solidário açai, vem obtendo excelentes resultados, fato que suscita a necessidade em avançar sua abrangência e poder de transformação social por meio de práticas econômicas solidárias.

Como a comunidade avançou muito com o fundo, já era para termos criado um banco comunitário. Já é um caso a se pensar. Quando eu estava na direção do fundo, a gente já pensava em criar um banco comunitário e com isso gerar mais recursos para a comunidade, porque não seria só um banco. Por exemplo, as mães que recebem bolsa família já trocariam pela moeda da comunidade, poderíamos entrar em parceria com os comerciantes também. Na verdade, é um sonho meu, criar um banco comunitário aqui dentro da comunidade (BAIA, 2019).

Quando questionado sobre a autogestão e o protagonismo dos projetos solidários em andamento, observa-se que as iniciativas surgiram a partir da mobilização e participação direta dos agentes locais de desenvolvimento.

A iniciativa do fundo veio dos moradores, porque tinha jovem que faziam mais de mil reais por mês. Era eu que era secretária nessa época, eu fazia toda a contabilidade e sempre chegava a essa conclusão. Não tinha planejamento por parte do peconheiro. Quando a gente foi apresentar isso, eu lembro como se fosse hoje, os peconheiros se surpreenderam, diziam assim: “Minha nossa, eu fiz tudo isso de dinheiro para hoje eu não ter nada, para hoje eu não ter uma coisa boa, até mesmo a veste!”. Então foi uma outra visão, até mesmo dos peconheiros né?! Jovens que tiravam açai e pegavam por mês R\$1.500,00 ou R\$500,00 os mais adolescentes, e eles não sabiam o que faziam todo esse dinheiro. Então começou um controle, desde o consumo até a venda. Aí foi se percebendo aquele recurso para onde ia em vez de ficar na comunidade. Quem ganhava com isso era o atravessador e não a comunidade. Era um desgaste muito grande para o peconheiro, para dar lucro para o atravessador. A partir daí começou a organização do Fundo (BAIA, 2019).

Portanto, observa-se que o Fundo Solidário Açai, efetivamente surgiu das bases populares organizadas e atualmente configura-se como grande sustentação das demais iniciativas populares da comunidade pesquisada. Apresenta-se como um excelente exemplo prático de uma iniciativa popular regida pelos princípios da economia solidária, pois temos em seu escopo a essência da cooperação, autogestão, sustentabilidade, equidade e a da solidariedade em prol de um desenvolvimento territorial alternativo.

#### 4.1.2 A Miniagroindústria Boa União: uma alternativa econômica solidária

Outra importante iniciativa econômica solidária em andamento no âmbito da comunidade Santo Ezequiel Moreno, fora a construção da Miniagroindústria de Beneficiamento de Frutas Nativas Boa União, nome que sugere uma atitude solidária entre os agroextrativistas.

As atividades socioprodutivas da miniagroindústria possibilitarão girar a roda da cadeia de valor na comunidade. O principal produto florestal será o açai de várzea (*Euterpe oleracea*). A perspectiva inicial é escoar a produção para o mercado consumidor da área

urbana do município de Portel, bem como destinar à Programas de Governo, tais como, o PAA e o PNAE. Assim os agroextrativistas irão se inserir na cadeia produtiva de seu território e assumirão as funções de coleta, processamento e comercialização do fruto, e desta forma irão aferir maior renda e qualidade de vida, visto que irão suprimir a atuação dos atravessadores.

**Fotografia 3** – Miniagroindústria Boa União



Fonte: Registro do autor (2019)

Gomes (2019) relata como surgiu a ideia da Miniagroindústria Boa União.

Na verdade, a gente pensou uma coisa bem pequena, aí a gente viu que precisávamos nos organizar. Depois fizemos uma reunião com o Banco do Brasil e EMATER-PARÁ, e mostramos para eles o que nós tinha, pensamos em um financiamento. Depois o gerente do Banco do Brasil veio até a comunidade e perguntamos para ele o que o banco tinha pra nós? Ele mostrou o que o banco tinha para oferecer, mas precisava que a EMATER elaborasse um projeto. Foi um projeto de R\$45 mil para comprar os equipamentos. O gerente liberou pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Agroindústria e o fundo entrou como a estrutura (GOMES, 2019).

Destaca-se que o Fundo Solidário Açaí foi um dos mecanismos de financiamento da parte estrutural da miniagroindústria, e caracteriza-se atualmente como uma importante iniciativa que movimenta todas as demais ações em andamento na comunidade.

Observou-se que o projeto da miniagroindústria encontra-se paralisado, pois estava aguardando o início do fornecimento de energia elétrica por parte da empresa de distribuição – Centrais Elétricas do Pará (CELPA), que fora “parcialmente” efetivado em agosto de 2019. Essa demora ocasionou tensões entre os agroextrativistas e a concessionária de energia elétrica, tendo em vista a necessidade urgente de operacionalizar a iniciativa planejada coletivamente e arduamente construída pelos agroextrativistas organizados por meio da solidariedade. Tomando como exemplo mais essa limitação, observa-se o descompasso do poder público no atendimento de demandas básicas junto à sociedade civil organizada.

O futuro dessa iniciativa está sendo rediscutido no âmbito da comunidade, pois agora planeja-se atuar no espaço urbano de Portel, visto que os agroextrativistas possuem matéria prima em quantidade e qualidade suficiente para o beneficiamento e comercialização o ano todo, a partir dos bons resultados da adoção de técnicas de manejo sustentável dos açazais, além de possuírem os meios de produção e mão de obra qualificada que detêm o conhecimento e a prática do sistema de branqueamento do açaí. Almeida (2019) relata a estratégia atualmente discutida.

Temos uma miniagroindústria que está parada aqui. A gente tá vendo que o que a gente esperava dela ainda não tá chegando. Então qual seria a estratégia? Bom, se aqui a gente ainda não tem energia confiável, então porque a gente não arruma um ponto na cidade e coloca ela para funcionar lá? Se colocar isso lá com certeza vai gerar emprego para pessoas da comunidade, porque nós temos o produto, então a gente já ia ter uma fábrica para mandar o açaí daqui pra lá. Enquanto a energia não chega, seria uma forma de ir até ela para tentar desenvolver o projeto (ALMEIDA, 2019).

Os fatores limitantes são o local para a instalação e operacionalização do empreendimento na cidade, assim como a necessidade de alguns agroextrativistas da comunidade residirem na área urbana do município de Portel e “tocarem” o negócio. Portanto, os riscos da atividade econômica solidária são reconhecidos e bem compreendido pelas lideranças comunitárias, entretanto, pelos demais agroextrativistas esse risco não é bem aceito.

A gente vai enfrentar dificuldades com a mão de obra. Nós não estamos organizados para fazer esse tipo de coisa, nós não temos espaço na cidade, não temos essa convivência direto na cidade. É uma política nova que a gente precisa amadurecer, mas tenho certeza que discutindo com as pessoas, vai dar certo. Quando se trabalha uma boa gestão ela tem tudo para dar certo, precisa ter estratégia de negócio. Temos 80% de chance de dar certo. Por que quem vai trabalhar já tiveram capacitação de manipulação, o povo aqui na base também já estão passando por capacitações, desde da extração, até a manipulação do açaí. A matéria prima a gente tem, é nossa, então estamos com a faca e o queijo na mão. A gente sabe que tem os riscos de dar certo ou não, mas tem alguns que não entendem esse lado do risco (GOMES, 2019).

O início dos trabalhos da Miniagroindústria Boa União irá marcar um importante passo em direção a incremento da renda e melhor qualidade de vida dos agroextrativistas, visto que a iniciativa provavelmente irá efetivamente obter lucro e eliminar a figura do atravessador, marcada há décadas na história dos pequenos agroextrativistas marajoaras.

#### 4.1.3 A Cozinha Agroextrativista Iaçá: o protagonismo feminino

Inaugurada em setembro de 2018, a Cozinha Agroextrativista Iaçá, representa mais uma importante iniciativa econômica solidária, desta vez com o protagonismo essencialmente feminino. Trata-se de um projeto proveniente da organização comunitária por meio da ATAA,

Fundo Solidário Açaí, ASMOGA, em parceria com o IEB e apoio financeiro do Fundo Socioambiental Caixa, o qual foi responsável pelo financiamento de todos os equipamentos da cozinha.

**Figura 4** – Logomarca Cozinha Agroextrativista Iaçá



**Fonte:** Comunidade Santo Ezequiel Moreno

A ideia da cozinha surgiu a partir do excelente trabalho culinário apresentado pelas mulheres da comunidade durante a Feira de Ciências que acontece anualmente na comunidade Santo Ezequiel Moreno, como relata a líder comunitária e atual coordenadora do projeto.

Durante a II Feira de Ciências da Comunidade, em 2017, as meninas sempre apresentaram a culinária, trazendo os diferenciais que elas sabiam fazer. Então a culinária estava muito forte dentro da feira. Através disso no final do evento, as meninas que estavam na cozinha, como a Dona Ana, que foi a pessoa que mais trabalhou por essa cozinha, escreveram uma carta para o pessoal da organização da feira pedindo que fizessem alguma coisa pela culinária da comunidade. Eles leram a carta e ficaram de ver uma oportunidade, até que apareceu o projeto Embarca Marajó, um projeto que foi financiado pela Caixa Econômica Federal. A gente tinha prazo para entregar o projeto, então a correria foi imensa e intensa. A gente concorreu com vários projetos e conseguimos ganhar o prêmio. Todo mundo ajudou (ALMEIDA, 2019).

Esta iniciativa foi liderada pelo projeto Mulheres Marajoaras: inclusão produtiva e sustentabilidade, gerido pelas mulheres da comunidade Santo Ezequiel Moreno. É importante destacar que toda a infraestrutura em alvenaria fora construída a partir da mobilização popular e os alimentos produzidos estão sendo fornecidos à escola municipal da comunidade, por intermédio do PNAE. A perspectiva é atender a mais três escolas, além de produzir alimentos sob encomenda destinados à venda direta na comunidade e para outras comunidades vizinhas, bem como para eventos e feiras livres.

Quanto ao aspecto da gestão e organização da Cozinha Agroextrativista Iaçá, as mulheres empreendedoras deram início as suas atividades com a adoção de uma gestão baseada nas finanças solidárias e a prática de técnicas básicas na área gerencial, tais como: controle administrativo, financeiro, contábil, gestão de pessoas, formação de preços e custos

de produção (INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL, 2019). Atualmente o projeto é gerenciado exclusivamente por mulheres da comunidade Santo Ezequiel Moreno, sob a coordenação da Sr.<sup>a</sup> Sonia Almeida, que conta com três equipes de trabalho, cada uma composta por seis pessoas e cada equipe possui uma chefe de cozinha responsável por gerenciar os trabalhos. Além de tesoureira com a responsabilidade de organizar as finanças do projeto solidário.

**Figura 5** – Peça Publicitária de Inauguração



Fonte: Instituto Internacional de Educação do Brasil

**Figura 6** – Peça Publicitária de Inauguração



Fonte: Instituto Internacional de Educação do Brasil

O objetivo central deste projeto é fortalecer as experiências solidárias de inclusão produtiva sustentável de famílias agroextrativistas do Marajó, com base no protagonismo das mulheres. Além de promover ações que visem o fomento à capacitação para a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e o acesso à mercados institucionais.

Os principais produtos da agricultura familiar e do extrativismo usados na cozinha são: açaí, macaxeira, mandioca, banana, bacuri, cupuaçu, entre outras frutas e verduras. Todos os produtos manipulados na cozinha são preferencialmente adquiridos dos agroextrativistas da comunidade Santo Ezequiel Moreno e demais comunidades adjacentes. Quanto aos alimentos que são produzidos, observa-se que todos têm a essência do povo marajoara em suas receitas, tais como: coxinha de açaí, bolo e pão de tucumã e bacaba, dentre outras receitas que podem ser vistas no livro “Receitas da Culinária Agroextrativista”, organizado pelo IEB em 2019.

Apesar de ser uma iniciativa recente, as lideranças já entendem que precisam avançar ainda mais no projeto da cozinha iaçá, pois o retorno só virá com a diversificação da produção de alimentos, com a ampliação da carteira de clientes.

Atualmente, apesar das dificuldades, as iniciativas promovidas pela comunidade Santo Ezequiel Moreno são vistas por agroextrativistas de outras comunidades como formas de obter melhores resultados para a coletividade e estão sendo replicadas.

Hoje a comunidade é um espelho para as outras, inclusive na cidade de Portel. Hoje tem uma rede de comunidades que estão se desenvolvendo assim, vão para feiras para conhecer experiências e levar para as suas comunidades (SILVA, 2019).  
Através do projeto com a Caixa Econômica, nós conseguimos trazer várias lideranças de outros rios para participarem de formações. A cozinha não foi para eles lá, mas nós conseguimos trazer eles para as formações e hoje eles estão fazendo as suas pequenas cozinhas para fazer lá a merenda para entregar nas escolas nas suas comunidades (GOMES, 2019).

Nas pesquisa de campo, percebeu-se que apesar das grandes dificuldades os agroextrativistas procuram se integrar, não se isolam, pelo contrário, realizam projetos em conjunto com as demais comunidades e assim desenvolvem toda a rede de colaboração solidária da região.

Os planos para o futuro desse importante projeto solidário é fortalecê-lo em infraestrutura, carteira de clientes, participação popular, além obter produtividade que absorva os produtos manejados pelos agroextrativistas do PEAEX Acutipereira e assentamentos vizinhos em uma rede de colaboração solidária que irá interligar a produção e o consumo entre todas as comunidades adjacentes.

#### **4.2 O PEAEX Acutipereira e sua rede de colaboração solidária**

Ao observar a realidade concreta da região do Marajó das águas e das florestas, como apresentado no caso da comunidade Santo Ezequiel Moreno, constata-se que existem iniciativas solidárias autogestionárias promissoras, entretanto, apresentam-se apartadas pelas grandes distâncias fluviais presentes em todo o território, fato que dificulta sobremaneira as atuais e eventuais conexões solidárias que se constituem no Marajó. Contudo, deve-se considerar que todas as relações sociais encontram-se interconectadas como nunca antes, e diante dessa realidade, investir na sinergia entre as diversas iniciativas solidárias de produção e consumo a partir de redes colaborativas de apoio mútuo, certamente, configura-se como a chave para o desenlace do efetivo desenvolvimento territorial do Marajó.

A economia solidária deve se livrar das amarras das contradições do modo de produção e consumo dominantes e buscar transcender o problema da dispersão territorial e setorial, realidade onde cada um compete sozinho nos mercados em que vende e nos que compra. Esses empreendimentos solidários teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente (SINGER, 2002. p.116).

Nesse sentido Mance (2000), colabora na reflexão ao acrescentar o conceito de redes de colaboração solidária. A lógica das redes parte do princípio que os empreendimentos solidários que operam isoladamente tendem a fracassar, devido à concorrência desleal promovida pelo sistema capitalista. As redes funcionam como um sistema aberto, autônomo que se autorreproduz, pois estão interligadas de uma maneira que englobam os empreendimentos solidários distintos e complementares, gerando um complexo sistema que inclui diversas unidades produtivas, distributivas e comerciais. Deste modo, aproxima-se o consumo da produção. Sua dinâmica consiste em um todo solidário e sinérgico, onde o bem final que é produzido por uma célula da rede, deverá demandar insumos que são produzidos por outra célula dentro da própria rede, gerando e fortalecendo a cooperação entre todas as células do sistema. O autor defende que as redes de colaboração devem ser construídas de baixo para cima, portanto, emanadas das bases populares, sem a interferência do governo ou de empresas capitalistas. Desta forma, tem-se mais garantias de manter sua independência e uma governança popular com liberdade e capacidade de gestão própria.

Mance (2002), destaca que para viabilizar o modelo organizacional com ênfase nas redes de colaboração solidária é necessário desenvolver um processo educativo e informativo que crie uma cultura do consumo solidário. Esse modelo de consumo visa atender as necessidades e desejos de seus consumidores, visando seu bem viver pessoal e, busca produzir o bem-estar dos trabalhadores envolvidos com a produção, distribuição e comercialização daquele produto ou serviço, mantendo o equilíbrio dos recursos naturais e contribuindo para a construção de sociedades mais justas e solidárias. Com base nesse contexto, buscou-se analisar a realidade concreta do PEAEX Acutipereira.

Constata-se a consecução de esforços no sentido de promover a ativação de uma rede de colaboração solidária no âmbito do assentamento Acutipereira, visto que observa-se um fluxo de produção e consumo de forma consistente e sinérgico, com diferentes níveis de relações colaborativas entre as comunidades.

Para facilitar a visualização e compreensão acerca da operacionalização da rede de colaboração solidária em desenvolvimento, destaca-se o Mapa de Relações de Produção e Consumo Solidário no Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) Acutipereira (Mapa 2), bem como a Tabela 7.

O mapa demonstra detalhadamente a localização das 20 (vinte) comunidades que integram o PEAEX Acutipereira e todas realizam, em diferentes graus, uma relação sinérgica de inclusão socioprodutiva. São relações por enquanto informais, baseadas apenas em contratos de confiança e colaboração entre os agroextrativistas, com apoio e resultados

satisfatórios mútuos. Contudo, tal informalidade tem o potencial de ser substituída por uma ação mais organizada, por intermédio de um empreendimento cooperativo.

**Tabela 7 – Relações de Produção e Consumo Solidário entre as Comunidades do PEAEX Acutipereira**

<b>Comunidade</b>	<b>Colaboração – Produção e Consumo</b>
Santo Ezequiel Moreno***	Açaí / Peixe / Macaxeira / Farinha / Abobora
N. Sra. Perpétuo Socorro – Rio Campina Maripajó***	Camarão / Açaí / Peixe / Mamão / Hortaliças
São Jorge***	Farinha / Açaí / Macaxeira / Abobora / Milho
São Benedito***	Polpa de Fruta / Farinha / Bacuri / Açaí / Cupuaçu
N. Sra. Livramento***	Açaí / Farinha / Macaxeira / Bacuri / Milho / Peixe
Menino Deus**	Farinha
N. Sra. Aparecida**	Bacaba / Açaí / Farinha / Macaxeira / Abacaxi / Caju
São Bento**	Açaí
N. Sra. Perpétuo Socorro – Rio Irapiuna**	Açaí / Farinha / Macaxeira
Deus Proverá**	Farinha
Santa Rosa**	Açaí / Peixe / Farinha
São Tomé (Quilombo)**	Farinha / Açaí / Macaxeira / Abobora / Milho
São Miguel**	Patauí, / Milho / Abobora / Farinha
Monte Betel – Igarapé Mocajatuba**	Abacaxi / Farinha / Macaxeira / Polpa de Frutas / Caju / Bacaba
Monte Betel – Rio Acutipereira**	Patauí / Farinha
Monte Betel – Rio Jaguarajó**	Farinha / Milho / Abobora
Jerusalém – Rio Ajará*	Farinha / Milho / Macaxeira
Jerusalém – Beiradão*	Farinha / Cupuaçu / Mamão / Abacaxi
Vila Paraíso*	Patauí / Farinha / Milho / Abobora
Jeová Samá*	Camarão / Açaí / Farinha

\*\*\* Comunidade com boa relação de produção e consumo

\*\* Comunidade com razoável relação de produção e consumo

\* Comunidade com potencial relação de produção e consumo

Fonte: Organizado pelo autor com dados da pesquisa de campo.

A partir da análise da Tabela 7, é possível notar que as comunidades com maior colaboração solidária em rede são as comunidades Santo Ezequiel Moreno, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Campina Maripajó, São Jorge, São Benedito e Nossa Senhora do Livramento. Juntas, essas comunidades mantêm uma relação de consumo e produção mútua, que permitem a circulação produtos florestais valiosos, tais como: açaí, farinha, peixe, além de diversos tipos de frutas, legumes e hortaliças. As demais comunidades atualmente demonstram um nível de colaboração solidária, considerado razoável e potencialmente promissor.



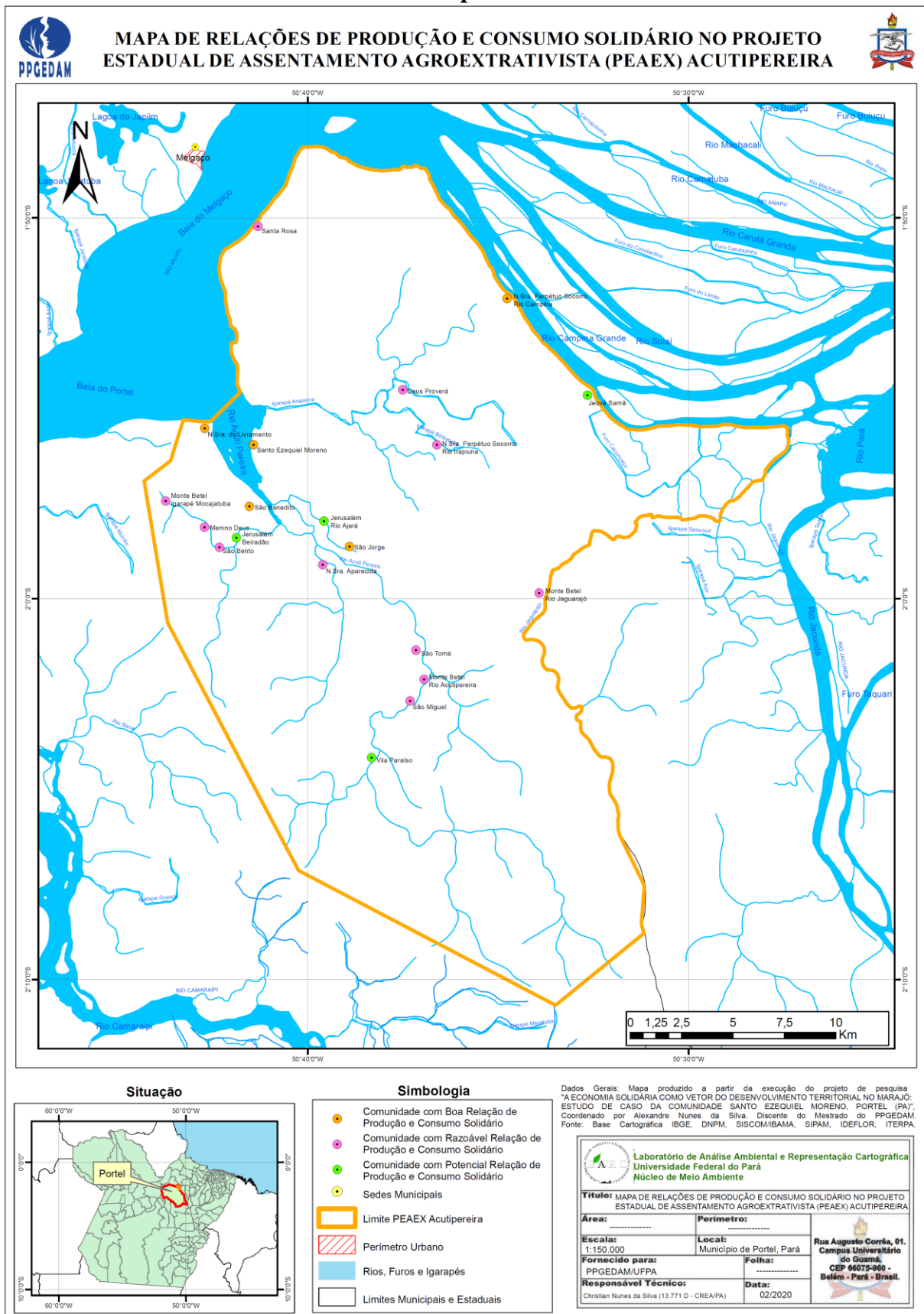
Em entrevistas em campo, evidenciou-se questões importantes quantos aos aspectos de consumo e produção, com relevante potencial econômico: a) As comunidades Santo Ezequiel Moreno e Santa Rosa, detém a mais forte produção de açaí e peixe do assentamento; b) As comunidades N. Sr<sup>a</sup>. do Perpétuo Socorro do Rio Campina Maripajó e Jeová Samá, mantém relações de colaborações produtivas intensas por meio do camarão e do açaí, produtos altamente demandados em toda a região amazônica; c) As comunidades Monte Betel - Rio Acutipereira, São Miguel e Vila Paraíso, detém importante produção de patauá (*Jessenia bataua*), palmeira originária da Amazônia, que produz um fruto comestível rico em óleo de alta qualidade que aproxima-se do azeite de oliva (CAVALCANTE, 1991, p. 37).

Essas relações de consumo e produção devem ser melhor exploradas, de modo a possibilitar maior geração de trabalho, renda e melhor qualidade de vida à todos os agroextrativistas envolvidos. Para tanto, é necessário colocar em prática os princípios da intensividade e da extensividade defendidos por Mance (2000).

As comunidades do PEAEX Acutipereira, devem envidar esforços para primeiramente ampliar a intensividade entre as comunidades, isso significa que cada comunidade da rede deve procurar atingir e envolver o maior número de pessoas dentro do assentamento. Essa prática irá permitir o surgimento de outras pequenas iniciativas articuladas entre si dentro da região, e conectadas à uma rede geral de colaboração com sede na comunidade Santo Ezequiel Moreno.

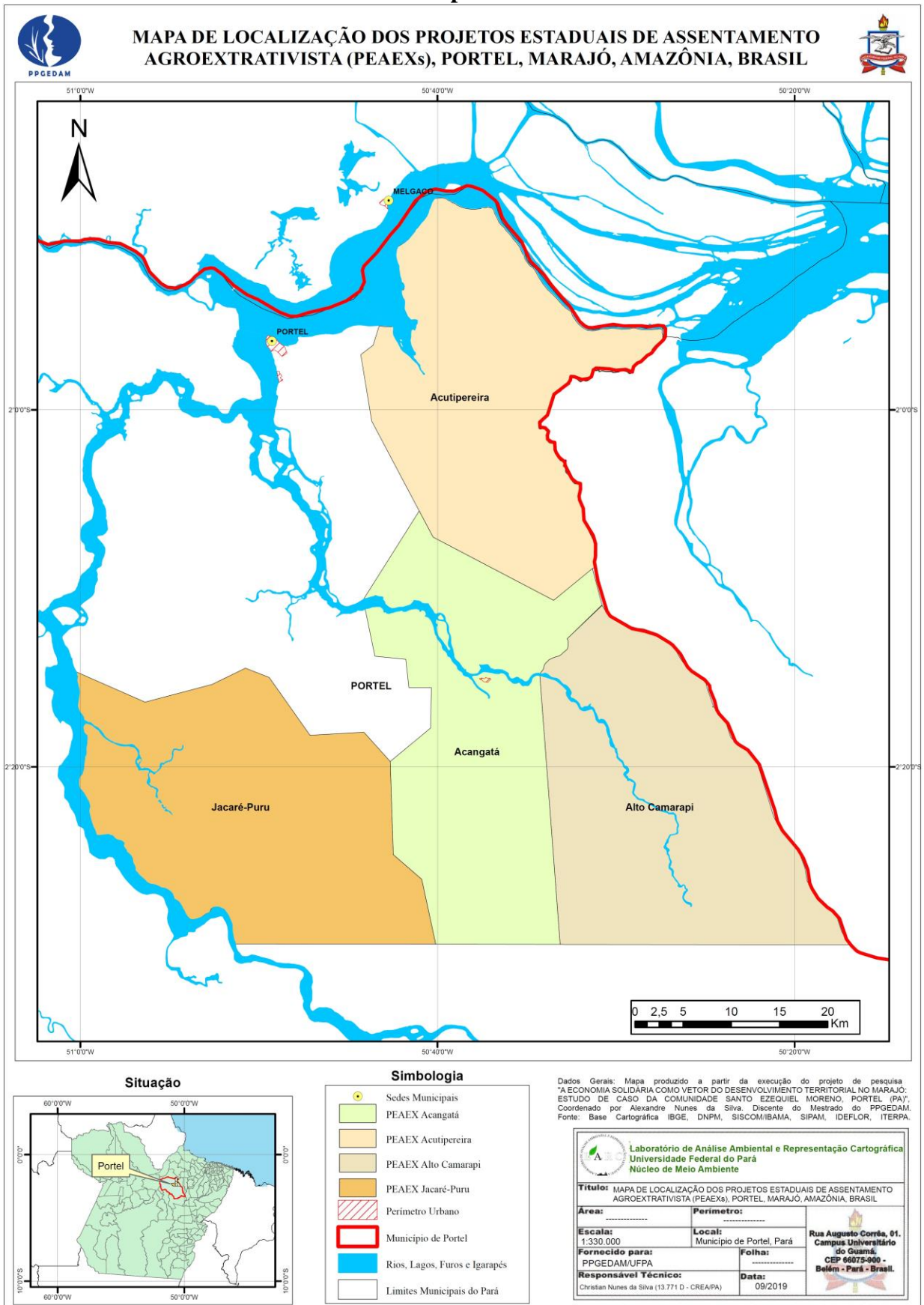
Quanto ao princípio da extensividade, refere-se à necessidade de expandir a rede para outros territórios, e assim permitir o surgimento e desenvolvimento de novas unidades colaborativas. Assim, a abrangência da rede será ampliada e fortalecida em seu conjunto. Neste caso, a ampliação será no âmbito dos assentamentos vizinhos ao Acutipereira – PEAEX Acangatá, Auto Camarapi e Jacaré-Puru e futuro PEAEX Joana Peres II (Mapa 3).

Mapa 2



Fonte: NUMA. LARC, 2019.

Mapa 3



Fonte: NUMA. LARC, 2019.

Cada comunidade integrante desses assentamentos agroextrativistas, em uma ação sinérgica, tem o potencial de perseguir seus objetivos, fortalecendo-se reciprocamente em sua identidade agroextrativista em prol de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Observa-se na fala de liderança da comunidade, que as conexões em termos de produção e consumo encontra-se em andamento, dentro e fora do PEAEX Acutipereira.

Sim, existem conexões entre as comunidades. Por exemplo, em um evento recentemente, a banana veio lá do assentamento Jacaré Puru, lá do Pacajá. O abacaxi veio lá da comunidade Menino Deus. Copaíba a gente consegue lá da ATAAP (Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Alto Pacajá), lá tem uma produção bem forte do óleo de copaíba. Açaí é nosso, o açaí é mais nós que temos, o potencial maior de açaí é o Acutipereira. Hoje tá iniciando um processo de capacitação de áreas de manejo de açazal dos outros assentamentos (SILVA, 2019).

Portanto, observa-se a busca pela ampliação das relações internas e externas de colaboração, de forma a ampliar as relações de produção e consumo entre as comunidades com fortes e medianas relações colaborativas. Além de procurar efetivamente integrar as comunidades atualmente consideradas potencialmente promissoras em termos de colaboração solidária. Neste caso as comunidades Jerusalém - Rio Ajará, Jerusalém - Beiradão, Vila Paraíso e Jeová Samá.

Ao considerar a iniciativa da Miniagroindústria Boa União, nota-se mais um projeto que efetivamente irá buscar o fortalecimento da rede de colaboração solidária do assentamento. Possivelmente essa iniciativa se tornará algo maior e mais extenso no território do PEAEX Acutipereira e assentamentos adjacentes, visto que planeja-se implementar uma Central de Distribuição do açaí de várzea manejado pelo agroextrativistas marajoaras. A fala da liderança comunitária revela os esforços para a promoção da ativação da rede de colaboração a partir do beneficiamento e comercialização do açaí.

Em relação ao comércio do açaí teremos uma central de distribuição. Não será só a ATAA na produção do açaí, mas terá uma aliança entre ATAA, ASMOGA, Associação do Anapú, Associação do Pacajá e do Camarapi. A central será uma associação de associações, onde vai pegar o açaí de todo mundo e vai distribuir. Ou seja, o comunitário vai se preocupar em produzir e para comercializar terá uma central que vai se preocupar com isso. A ideia seria mandarmos o açaí para Belém, que é um açaí bom, com qualidade, mas acaba não chegando lá porque não tem uma organização de uma central para distribuir isso. A central seria instalada na cidade de Portel por uma questão de logística (SILVA, 2019).

No que tange a Cozinha Agroextrativista Iaçá, observa-se que o empreendimento solidário, busca produzir alimentos com a utilização de matérias primas exclusivamente provenientes dos agroextrativistas assentados no Acutipereira e demais assentamentos adjacentes. Destaca-se as falas de importantes agentes de desenvolvimento comunitário.

Quando tem eventos aqui, a cozinha pega a demanda de produtos para o evento, então a gente vê o que a comunidade tem, e o que a comunidade não tem. O que a comunidade tem aqui, ela produz e entrega, mas o que ela não tem, a gente vai ter que buscar em outras comunidades. Isso já não traz benefícios só para nós, mas para outras comunidades vizinhas. A gente vê que é uma coisa que não vai gerar resultado só para dentro da nossa comunidade, mas sim para a coletividade (ALMEIDA, 2019).

De acordo com Baia (2019), “o projeto da cozinha é isso, é pegar os produtos das diversas comunidades, tanto de dentro, quanto fora do assentamento, produzir na cozinha iaçá e vender na cidade e para as escolas”. Portanto, fica evidente que a iniciativa solidária da Cozinha Agroextrativista Iaçá, apresenta-se como mais uma ação de caráter colaborativo por meio da união socioprodutiva de bases coletivas das diversas comunidades agroextrativistas da comunidade Santo Ezequiel Moreno e demais comunidades adjacentes.

Essa rede de colaboração solidária, tem o potencial de se tornar ainda mais efetiva e consolidada, a partir do suporte institucional das políticas públicas do Estado, em seus três níveis de governo, com o intuito de cumprir os princípios fundamentais previstos no Artigo 3º da Constituição Federal brasileira de 1988, e dessa forma construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, para promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Todavia, é imprescindível garantir um nível de autonomia na gestão comunitária e assim assegurar o protagonismo das iniciativas de desenvolvimento local por meio de práticas autogestionárias, princípio fundamental das iniciativas econômicas solidárias.

O próximo tópico da pesquisa abordará como o Estado enquanto agente indutor de políticas públicas para o desenvolvimento territorial é percebido pelos agroextrativistas e como ele está inserido direta ou indiretamente nas ações da comunidade pesquisada.

#### 4.2.1 Quem é o Estado para o agroextrativista?

Quando menciona-se a celebração de parcerias institucionais, imediatamente surge a figura do Estado como agente promotor de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial. Reitera-se duas análises antagônicas acerca do papel do Estado como agente promotor do desenvolvimento territorial. Os estudos de Singer (2002), o qual defende a tese que atribui ao Estado a força fundamental para impulsionar e consolidar as iniciativas da economia solidária. Onde essa outra economia deve ser operacionalizada a partir de mecanismos estatais de redistribuição de renda, por meio de outros modos de produção com características colaborativas que promovam as liberdades individuais e satisfaçam os

interesses das coletividades. Contrariamente, Mance (2000), argumenta que as redes de colaboração constituídas pelas iniciativas econômicas solidárias, devem ser construídas de baixo para cima, portanto, emanadas das bases populares, sem a interferência do governo ou de empresas capitalistas. Assim, tem-se maior garantia de manter sua independência e uma governança popular com liberdade e capacidade autogestionária.

As pesquisas de campo revelaram de forma bastante evidente que as práticas mantidas pela comunidade estudada aproximam-se da abordagem proposta por Mance (2000). Todos os diálogos mantidos com os agroextrativistas são categóricos em demonstrar a busca por relativa independência do Estado (leia-se os três níveis de governo - federal, estadual e municipal), e uma gestão com o protagonismo essencialmente local, como percebe-se na fala de importante liderança comunitária.

Eu creio que nós já estamos acostumados a trabalhar sem depender do governo, de prefeito, de vereador ou do governo federal. Mas temos que buscar outros meios e isso nós temos feito. O governo do estado sempre tá aqui, eles tem um projeto de abastecimento de água aqui pra nós, dizem vão fazer mil maravilhas aqui pra gente, e nunca chegou. Mas não foi por isso que a gente deixou de fazer o nosso sistema de abastecimento de água. O nosso sistema de água tá aí. E se nós tivéssemos abandonado? Estaríamos sofrendo! A gente não tem que só esperar pelo governo, temos que continuar fazendo o nosso trabalho. Temos que saber lidar e trabalhar com isso. Nós não temos esse problema na comunidade, graças a Deus (GOMES, 2019).

Silva (2019), afirma que o nível de autonomia conquistada pela comunidade Santo Ezequiel Moreno, ocorreu por meio das diversas ações solidárias em andamento. “A gente percebe que as famílias se tornaram muito independente de questões políticas através da economia solidária. Essa independência também é um dos elos da economia solidária”. Corroborar-se que tudo começou com a criação do Fundo Solidário Açai, primeira iniciativa solidária promovida pelos agroextrativistas. Ocorreu devido a carência do apoio do governo na solução do fornecimento de energia elétrica à comunidade. Diante de tal cenário, os agroextrativistas reuniram-se e iniciaram a colaboração de R\$ 1,00 por rasa de açai comercializado e dessa forma passaram a arrecadar montantes de recursos financeiros indispensáveis que são aplicados diretamente em benefício da comunidade. A partir dessa importante iniciativa, torna-se cada vez mais crescente a busca por autonomia por meio do protagonismo das bases populares no PEAEX Acutipereira.

É pertinente destacar a fala da coordenadora da Cozinha Agroextrativista Iaça, onde demonstra que as lideranças estão atentas quanto ao acesso à políticas públicas com potencial de promover o desenvolvimento econômico solidário as famílias do PEAEX Acutipereira.

Se temos oportunidades, a gente corre atrás, por exemplo o PAA, a gente trabalhou uns 2 anos, deu certo. Depois entrou a interferência do governo, aí pronto as coisas deram erradas. A mesma coisa no PNAE, é um direito que a gente tem então vamos buscar. A gente não deixa passar as oportunidades, a gente aproveita o máximo possível o que a gente pode. Não deixamos passar as coisas despercebidas (ALMEIDA, 2019).

O PNAE<sup>14</sup>, é um programa mantido pelo governo federal que oferece alimentação escolar a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Os recursos financeiros são repassados pelo governo federal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos estados e municípios e representam uma forma importante de geração de trabalho e renda no meio rural, uma vez que 30% do total deverão obrigatoriamente ser adquiridos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, como caso do PEAEX Acutipereira, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Atualmente a Cozinha Agroextrativista Iaçá, está fornecendo seus gêneros alimentícios a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Ezequiel Moreno, que fica localizada na vila Santa Cruz e configura-se como uma iniciativa econômica solidária de sucesso, embora seja foco de relações conflituosas quanto as dificuldades para acessar tal política pública, mesmo com a obrigatoriedade de 30% de compras provenientes da agricultura familiar, e ainda por problemas na formação de preço justos ao pequeno produtor rural. Revelou-se que existe uma insatisfação por parte dos agroextrativistas, pois segundo eles ocorre a desvalorização dos produtos oriundos da agricultura familiar, visto que frequentemente são praticados preços considerados injustos e que inviabilizam as negociações junto ao PNAE, visto que os preços estipulados frequentemente não permitem usufruir de uma margem de lucro para minimamente cobrir os custos de produção e todo o esforço empreendido.

Outra questão que merece destaque é a concessão do crédito rural. Política pública de Estado de incentivo à produção rural que apresenta algumas amarras em sua operacionalização, em virtude das dificuldades no acesso célere, justo e proporcional a esse importante mecanismo de financiamento público também destinado ao pequeno produtor rural agroextrativista marajoara. A principal liderança da comunidade pesquisada, relata o atual cenário da concessão do crédito rural no âmbito da comunidade Santo Ezequiel Moreno.

---

<sup>14</sup> Previsto pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Atualmente não estamos trabalhando com acesso a crédito, mas estamos correndo atrás. Houve um crédito em 2005, só que o município entrou em inadimplência e só agora que tá sendo discutido de novo. Estamos trabalhando no acesso ao PRONAF Floresta, PRONAF Jovem, PRONAF Mulher, FNO. A discussão é com o BASA. Tem um recurso que o governo vai tá disponibilizando para começar a fazer de novo os trabalhos de manejo. O Banco da Amazônia tá deslocando 3 técnicos para o município, para ver se consegue liberar esse crédito. Porque o crédito está no banco, mas não consegue chegar aqui por causa da burocracia que é muito grande (GOMES, 2019).

Nota-se que essa importante política pública deixou de ser concedida à todos os produtores rurais do municípios de Portel, devido a inadimplência por parte dos beneficiários. No entanto, levantou-se que no mês em novembro de 2019, deu-se início a um relevante projeto de contratação de crédito rural de forma diferenciada. Trata-se dos ativadores de crédito rural socioambiental abordado mais detalhadamente na seção 4.3.2 do presente estudo.

O crédito rural foi apontado pelo Presidente da ATAA, como alternativa para a resolução de uma necessidade básica ainda pendente em várias comunidades do PEAEX Acutipereira, a energia elétrica. “O crédito rural poderia resolver o problema do fornecimento de energia para as comunidades. Por exemplo, o assentamento Acangatá que é longe, a energia solar seria uma alternativa que poderia ser impulsionada pelo crédito rural” (SILVA, 2019).

Diante dos fatos, ficou evidente que a percepção de um menor apoio do Estado por meio de suas políticas públicas para o desenvolvimento territorial, refere-se principalmente, mas não exclusivamente, em virtude da ausência ou ineficiências de políticas públicas provenientes do governo municipal de Portel, bem como do Governo do Estado do Pará, como revelou-se nas relações comerciais conflituosas junto ao PAA e PNAE, e na ausência da distribuição água e fornecimento de energia elétrica, necessidades básicas para o pleno desenvolvimento humano.

Na etapa seguinte, a pesquisa irá evidenciar as parcerias institucionais que foram celebradas no decorrer dos anos entre as lideranças comunitárias de Santo Ezequiel moreno e sua rede de colaboração externa, com a efetiva participação do Estado de forma direta e indireta.

#### 4.2.2 Rede de parcerias institucionais para o desenvolvimento territorial

Os estudos revelam que o papel do Estado planejador e executor de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial e humano não é plenamente exercido, visto que tem-se a percepção por parte dos agroextrativistas que o governo federal, estadual e muito menos municipal não estão efetivamente presentes no dia a dia da comunidade, nem por meio



de políticas públicas básicas como o fornecimento de água e energia elétrica, por exemplo. Ações assumidas e solucionadas integralmente pelos próprios agroextrativistas organizados por meio de iniciativas colaborativas no decorrer dos anos. Entretanto, a pesquisa de campo demonstrou que existem diversas parcerias institucionais que formam uma importante rede institucional de colaboração onde o Estado se faz presente de forma direta ou indireta, a partir da inserção de entes públicos ou de interesse público em variados projetos geridos pela comunidade Santo Ezequiel Moreno. Os mais relevantes são:

- a) Participação direta da FASE, na elaboração do Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Rio Acutipereira, um dos primeiros passos de organização social dado pelos agroextrativistas;
- b) Assessoria do IDEFLOR, ITERPA e Prefeitura Municipal de Portel, na elaboração do Plano de Uso dos Recursos Naturais, da então Gleba Pública Estadual Acutipereira. Um grande salto de qualidade para o amadurecimento das iniciativas de governança territorial;
- c) Suporte do Instituto Vitória Régia na criação e organização do Fundo Solidário Açaí, juntamente com o Instituto PEABIRU e IEB;
- d) Financiamento público via Banco do Brasil por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para aquisição de todos os equipamentos da Miniagroindústria Boa União;
- e) Concessão de crédito rural por meio do Banco da Amazônia;
- f) Apoio jurídico por meio do Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria Agrária de Castanhal, para a regularização fundiária e a criação do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Acutipereira, por meio do ITERPA e grande contribuição do IEB;
- g) Importantes projetos, tais como o MANEJAÍ, realizado pelo projeto Bem Diverso em parceria entre EMBRAPA e o PNUD, com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente. Sua execução é feita em parceria com organizações governamentais;
- h) Diversas capacitações via EMBRAPA;
- i) Acordo de Cooperação Técnica com o IFPA – Campus Breves, com objetivos promissores na área da educação profissional e tecnológica;
- j) Assistência Técnica por meio da EMATER-PARÁ.

As duas iniciativas com grande representatividade para a comunidade, são propostas gerenciadas por suas bases populares, entretanto, apresentam parcerias imprescindíveis e sem elas certamente não seria possível alcançar os resultados observados atualmente. A primeira

delas é a iniciativa econômica solidária protagonizada essencialmente pelas mulheres de Santo Ezequiel Moreno – A Cozinha Agroextrativista Iaçá. Trata-se de um projeto de organização comunitária, contudo, sua criação contou com parceria institucional do IEB e apoio financeiro do Fundo Socioambiental Caixa, que responsabilizou-se pelo financiamento de todos os equipamentos da cozinha.

**Figura 7** – Projeto Mulheres Marajoaras



**Fonte:** Comunidade Santo Ezequiel Moreno, (2019)

**Figura 8** – Inauguração da Cozinha Iaçá



**Fonte:** Comunidade Santo Ezequiel Moreno, (2019)

A moradora Sr.<sup>a</sup> Maria Cláudia Baia, relata sobre a parceria e a importância do projeto. “A Cozinha foi por meio de parceria, a caixa financiou as máquinas e o fundo açai construiu o prédio da cozinha. Depois que a gente construiu a cozinha, as outras comunidades tiveram uma outra visão. Já tem três comunidades que estão construindo suas cozinhas”.

A segunda iniciativa relevante é a Feira de Ciências do Acutipereira.

Evento científico anual que irá para a sua V edição em 2020. Vem consolidando-se e tornando-se um evento amplamente conhecido entre as comunidades da região marajoara e por outras regiões por meio de seus parceiros institucionais.

São diversos parceiros institucionais diretamente envolvidos na realização da feira de ciências do PEAEX Acutipereira:

- Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), participa da organização geral e execução do evento, bem como na apresentação de importantes projetos de pesquisas;
- Programa de Educação Tutorial (PET) da Engenharia Florestal vinculado a UFRA;
- EMATER-PARÁ;
- EMBRAPA;
- IEB;

- IDEFLOR-bio;
- Benevides Madeiras;
- Secretária Municipal de Educação de Portel;
- STTR de Portel;
- Programa Bem Diverso;
- PNUD;
- Fundo Global para o Meio Ambiente;
- IFPA, por meio da atuação do coletivo de servidores do Campus Breves;
- Associação Arte Miriti de Abaetetuba (MIRITONG);
- Associação de Criadores e Criadoras de Abelhas Melíferas do Município de Igarapé-Açu.

**Figura 9** – Banner IV Feira de Ciências do Acutipereira

**Feira de Ciências DO ACUTIPEREIRA**

**IV FEIRA DE CIÊNCIAS DO ACUTIPEREIRA**

**Conhecimento Gerando Novas Práticas de Sustentabilidade**

**Comunidade Santo Ezequiel Moreno Portel-Marajó**

**26, 27 e 28 Setembro 2019**

**Circuito Gastronômico Apresentação de Projetos Oficinas e Cursos Palestras**

Logos of partner organizations: Ufra, ASMOGA, EMATER-PARÁ, Embrapa, IEB, MANE MANE AÇAÍ, Ideflor-bio, BENEVIDES MADEIRAS, IFLORESTAL, SEMED, BEM DIVERSO, PNUD, gef, INSTITUTO FEDERAL Para, AMIGA.

**Fonte:** Comunidade Santo Ezequiel Moreno, (2019)

As parceiras institucionais são continuamente celebradas e fortalecidas e estão originando novos projetos que têm o potencial de promover o desenvolvimento territorial justo, equilibrado e colaborativo.

#### 4.3 Projetos em fase de planejamento e construção coletiva

Nota-se que a medida em que os agroextrativistas buscam maior qualificação, realizam maiores interações institucionais, aprimoram-se suas práticas autogestionárias, ampliam-se a intensividade e extensividade de suas redes de colaborações solidárias, imediatamente surgem novas propostas de trabalhos colaborativos.

##### 4.3.1 Manejaí e Companhia

O ano de 2019, foi marcado pelo início de um projeto que tem o potencial de intensificar as relações solidárias em todo o Marajó, trata-se do MANEJAÍ e Companhia. O projeto está sediado na comunidade Santo Ezequiel Moreno, e tem como coordenador o Sr. Teofro Lacerda Gomes.

Por intermédio dessa iniciativa, será possível dar continuidade as ações do MANEJAÍ, que encontra-se em fase de conclusão e foi conduzido pelo Projeto Bem Diverso, por meio de parcerias entre a EMBRAPA, com o PNUD e financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente.

No âmbito do Programa Bem Diverso, realizou-se a capacitação de mais de 600 agentes multiplicadores em manejo de mínimo impacto de açais nativos nas florestas de várzeas do Marajó.

#### **Fotografia 4** – Capacitação de Agentes Multiplicadores em Manejo de Açais Nativos



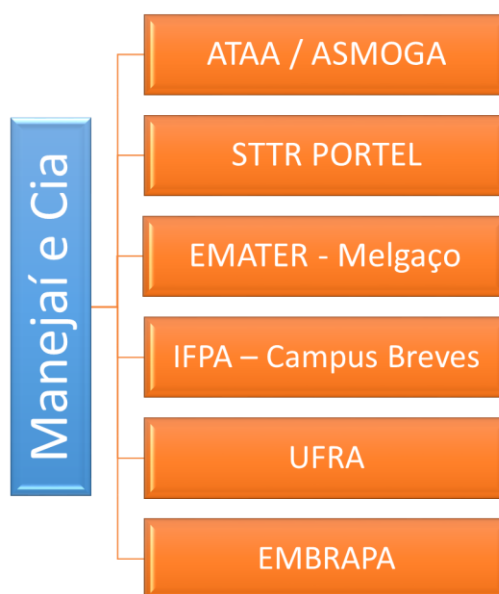
Fonte: [www.manejai.com.br](http://www.manejai.com.br)

O MANEJAÍ e Companhia será um canal de capacitação de agentes multiplicadores para atuar como facilitadores na socialização das boas práticas de manejo de mínimo impacto de açazais nativos, bem como outras atividades produtivas, tais como: produção de mel, sistemas agroflorestais, coleta de óleos e sementes. Ações que darão continuidade a missão de contribuir para o manejo sustentável da biodiversidade, assegurando os modos de vida das comunidades tradicionais e agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida dos marajoaras.

Quando perguntado ao coordenador do projeto qual o papel do Manejaí? Obteve-se uma resposta esclarecedora e abrangente – “O nosso papel no Manejaí é formar multiplicadores para o amanhã” (GOMES, 2019).

A gestão do projeto será realizada por meio de parceiras institucionais que foram sendo constituídas e fortalecidas no decorrer dos anos.

**Figura 10** – Comitê Gestor do Manejaí e Companhia



**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados de pesquisa de campo.

As ações planejadas e executadas no ano de 2019, envolveram a formação de 40 facilitadores, a estruturação do centro de referência instalado na comunidade Santo Ezequiel Moreno, a realização de 8 cursos de manejo de açazais. Além de 2 cursos de gestão comunitária, que tem o objetivo de fortalecer lideranças para o gerenciamento organizacional das atividades do projeto em cada comunidade envolvida.

Todo e qualquer trabalho a gente não pensa só em nós. No Manejaí e Companhia, vamos abrir espaço para as outras comunidades. Em cada rio vamos fazer 2 cursos e formar entre 25 a 30 facilitadores em cada curso. Vamos acompanhar para saber se estão colocando em prática. Cada um deverá manejar 1 hectare de açai (GOMES, 2019).

De acordo com relato de Silva (2019), o Comitê Gestor do Manejaí e Companhia foi convidado a participar dos trabalhos do Programa Rota de Integração Nacional, especificamente do Rota do Açaí. Iniciativa muito promissora, visto que a união dos esforços tende a fortalecer as redes de parceiros institucionais e juntos irão organizar e alavancar a cadeia produtiva do açaí de várzea marajoara (Seção 3.2.6).

Um dos objetivos do Manejaí é estender suas ações à todas as regiões do Marajó, como revela a fala de liderança comunitária entrevistada.

Ano que vem o planejamento é expandir o Manejaí por todo o Marajó. Temos pessoas capacitadas em Muaná, Bagre, Curralinho, Breves, São Sebastião e Melgaço. A perspectiva é que os técnicos formados nas comunidades se engajem no processo e continuem capacitando mais pessoas nas comunidades (SILVA, 2019).

Os agentes multiplicadores estão indo à todas as comunidades e com isso fortalece-se as redes de colaboração solidária dentro e fora do PEAEX Acutipereira e demais regiões marajoaras.

O Manejaí e Companhia poderá ser o passo inicial para o desenvolvimento de uma potencial cadeia produtiva do açaí manejado no território do Marajó. A partir de um trabalho organizado e eficiente nas áreas de produção, colheita, transporte, beneficiamento e comercialização as iniciativas deste centro de referência certamente colherá frutos promissores para todas as famílias agroextrativistas unidas por meio de suas associações, cooperativas e outras formas de organização social.

#### 4.3.2 Ativadores de Crédito Rural Socioambiental

Em novembro de 2019, deu-se os primeiros passos para a operacionalização de uma iniciativa inédita que contará com a parceria institucional entre o Banco da Amazônia, EMBRAPA, Instituto Conexsus e o Programa Bem Diverso e participação da ASMOGA e do MANEJAÍ. Trata-se de um importante projeto voltado para a concessão de crédito, onde serão capacitados ativadores de crédito rural socioambiental que irão atuar no âmbito do arquipélago do Marajó. O projeto visará ampliar o acesso a soluções inovadoras de crédito produtivo orientado para os negócios comunitários geridos por extrativistas que realizam suas atividades com a observação de práticas voltadas para o manejo florestal sustentável na Amazônia.

Os ativadores de crédito socioambiental serão agentes vinculados a cooperativas, associações ou empresas de prestação de serviços, devidamente credenciados, e irão levar o crédito rural do Banco da Amazônia até as comunidades para o fortalecimento das cadeias de

valor da sociobiodiversidade e agricultura sustentável com orientação técnica e financeira, visando o aumento da produtividade e o controle da inadimplência.

#### 4.3.3 Farmácia de Ervas Medicinais

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) do município de Breves-Pará, entidade de caráter ecumênico ligada à igrejas cristãs, está promovendo capacitações sobre ervas medicinais em regiões marajoaras e de acordo com a moradora da comunidade pesquisada Sr.<sup>a</sup> Benedita da Silva, futuramente será implantado uma farmácia comunitária de ervas medicinais em Santo Ezequiel Moreno, e será mais um projeto que terá a solidariedade como o seu principal fundamento.

É relevante destacar que essa iniciativa poderá no futuro ser vinculada ao programa Rotas de Integração Nacional, detalhado na seção 3.2.6 do presente estudo, mais especificamente ao Rota da Biodiversidade, cujo objetivo é promover o desenvolvimento regional por meio da estruturação dos Arranjos Eco-Produtivos Locais (AEPL) associados à cadeia produtiva dos fitofármacos, fitoterápicos e insumos farmacêuticos vegetais. Os recursos naturais disponíveis na Amazônia marajoara apresentam grandes possibilidades de inserção na cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos. Certamente pode-se planejar um trabalho consistente na produção primária e beneficiamento de tais recursos e alavancar ainda mais as iniciativas solidárias da comunidade pesquisada.

#### 4.3.4 Turismo de Base Comunitária

Com a finalidade de diversificar as possibilidades de geração de renda e interligar os diversos projetos econômicos solidários presentes na comunidade Santo Ezequiel Moreno, a pesquisa de campo indicou que está em fase de planejamento o início de uma iniciativa voltada para o turismo de base comunitária. Trata-se da construção de uma pousada que será localizada em uma área de açazais, nas proximidades da vila Santa Cruz. Será uma instalação voltada para o conforto de famílias que desejem experimentar um pouco da cultura marajoara.

O diferencial desse empreendimento solidário será a culinária marajoara, trabalhada pelo conjunto de mulheres da Cozinha Agroextrativista Iaçá. O açaí consumido pelos turistas será proveniente das boas práticas do projeto MANEJAÍ, com o manejo de açazais nativos das florestas de várzeas do Acutipereira, com mínimo impacto e total respeito à natureza.

#### 4.3.5 Empreendimento Cooperativo

Em visita *in loco*, verificou-se que está em fase de discussão e planejamento a implementação de uma cooperativa no âmbito da comunidade pesquisada. Enfatiza-se que o ramo de atuação que mais se molda a realidade estudada é o ramo agropecuário, pois no futuro empreendimento coletivo, haverá a união solidária dos agroextrativistas para a realização de etapas indispensáveis da cadeia produtiva que vão desde a compra de insumos, até a colheita, armazenamento, processamento e comercialização da produção.

Para assegurar sua eficiência, a cooperativa poderá também promover a compra em comum de insumos com vantagens que isoladamente o agroextrativista não conseguiria. A intenção é cuidar de toda a cadeia produtiva, desde o manejo dos produtos florestais até seu processamento e sua comercialização.

Quando questionado o que levou os agroextrativistas a planejar essa iniciativa solidária, obteve-se a seguinte resposta:

Somos uma associação é uma associação não pode emitir nota, não pode distribuir sobras com ninguém, não pode vender nada. A cooperativa sim, ela pode. Por exemplo a Cozinha Iaçá, para ela vender para um evento, ela precisa emitir nota fiscal desse produto, não tem como emitir isso hoje, quem vai emitir será a cooperativa futuramente, por isso que tá se pensando na cooperativa. É um projeto prioritário (SILVA, 2019).

A conversão de associação para cooperativa agropecuária irá permitir o acesso mais facilitado a mercados mais promissores, tais como a comercialização ampliada junto ao PNAE e o PAA, políticas públicas em foco atualmente na comunidade. Portanto, pode-se evidenciar que a mudança de personalidade jurídica para uma cooperativa irá abrir novos mercados e grandes possibilidades ao assentamento Acutipereira, em especial à comunidade Santo Ezequiel Moreno.

É possível obter excelentes resultados a partir da iniciativa econômica solidária do cooperativismo, até mesmo com as dificuldades presentes na Amazônia marajoara. Exemplifica-se a Cooperativa Agroextrativista Sementes do Marajó, que fica localizada na cidade marajoara de Currálinho e tem bom diálogo com a comunidade Santo Ezequiel Moreno. Esse empreendimento solidário teve início por meio da parceria com diversas instituições, tais como: o Instituto Peabiru e a Organização Não Governamental Lupa-Marajó, que posteriormente foi incorporada ao Projeto Embarca Marajó, além da importante participação do projeto ProNatura que contribuiu na aproximação junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Pará (SESCOOP/PA), que foi fundamental para o melhor entendimento quanto ao modelo de cooperativa e em eventos de capacitação inicial destinados aos agentes interessados.



Tudo ocorreu a partir dessas parcerias institucionais que possibilitaram realizar processos de organização e qualificação de modo a permitir a efetiva colaboração com as atividades da então Central de Associações de Currálinho, o que culminou com a criação em 2016, da Cooperativa Agroextrativista Sementes do Marajó, entidade que lidera a venda de açaí e outros produtos da floresta e agrofloresta do rio Canaticu, maior rio do município.

Como preparação para essa nova realidade solidária, realizou-se oficinas voltadas para o associativismo, cooperativismo, gestão e finanças, valorização da floresta, mercados institucionais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sempre tendo como eixo os Fundos Florestais Comunitários Familiares (FFCF), iniciativa semelhante ao que vem ocorrendo na comunidade Santo Ezequiel Moreno em Portel-Pará.

Como cooperativa, as comunidades do rio Canaticu passaram a ter acesso a mercados mais exigentes e promissores, como o de fábricas de processamento na Região Metropolitana de Belém, com contratos de longo prazo; atender as demandas das prefeituras no que se refere a merenda escolar, por meio do PAA. Desta forma elimina-se a dependência de comercialização por meio de atravessadores e rompe-se com a informalidade.

Identifica-se que no rio Canaticu os Fundos Florestais Comunitários Familiares destacam-se como importante estratégia de sobrevivência que permitem o acúmulo de capital social pelas famílias que residem ao longo do rio, o que lhes possibilitou obter uma condição mais equilibrada no processo de comercialização de seus produtos, especialmente diante de atravessadores.

Observa-se que essa iniciativa solidária, vem obtendo um desempenho bastante promissor, fruto de diversas ações de organização social provenientes em grande parte dos resultados positivos dos Fundos Florestais Comunitários Familiares como forma de acesso e acúmulo de capital social e de grandes parcerias institucionais firmadas ao longo dos anos. A cooperativa superou pendências fiscais que a qualificou como fornecedora de merenda escolar para a Prefeitura Municipal de Currálinho. Da mesma forma, a cooperativa apresenta-se como negociadora da safra de centenas de produtores com empresas de maior porte da Região Metropolitana de Belém sem a dependência de atravessadores.

Destaca-se que a principal vantagem de uma cooperativa é a organização do trabalho. Ela possibilita que indivíduos isolados e com menos condições de enfrentar o mercado, aumentem sua competitividade e melhorem sua renda e sua condição de trabalho, realidade muito presente no Marajó e bem perceptível no caso analisado no presente estudo.

#### 4.3.6 Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade

Está em fase de construção o Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade da Comunidade Santo Ezequiel Moreno – PEAEX Acutipereira.

Tal projeto solidário apresenta-se como mais uma iniciativa popular que deixa claro a perspectiva acerca do modelo de desenvolvimento territorial que busca-se atingir no âmbito dessa localidade, o bem-estar individual e comunitário, permeada de valores que buscam atender às necessidades e os desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação, bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (SINGER, 2002).

**Fotografia 5** – Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade



**Fonte:** Registro do autor, (2019).

A decisão para a construção deste espaço físico, fora tomada pelo coletivo de cidadãos organizados e reunidos em assembleia deliberativa que aprovou a iniciativa popular. Quando questionados sobre o propósito do Escritório de Economia Solidária, obteve-se respostas que vão desde de um local para a organização dos documentos, até um local para abrigar a tesouraria da comunidade.

Vimos que já havia uma necessidade de ser ter um espaço, temos tantas raízes que surgiram na comunidade, então já havia a necessidade de começar a organizar em um espaço. Temos que ter um local para guardar a parte documental. Tem muita coisa, não pode tá se perdendo, porque fica na casa de um, na casa de outro, as vezes no caminho vai se perdendo e parte da história daquilo que a gente foi construindo. É organização de todo esse material (ALMEIDA, 2019).

[...] queremos uma sala somente para tesouraria. Ainda não temos conta corrente em banco. O dinheiro do fundo, antes dele entrar, já tem um destino. O dinheiro da cozinha é diferente, agora a gente tá começando a juntar (GOMES, 2019).

A pesquisa de campo possibilitou perceber que de fato existe a real necessidade de um espaço físico para a organização de documentos e dos recursos financeiros provenientes das diversas iniciativas solidárias em andamento na comunidade, tais como o Fundo Solidário Açai e a Cozinha Agroextrativista Iaçá. Entretanto, evidenciou-se que essa decisão também remete a necessidade de intensificar os esforços para o avanço de novos projetos colaborativos e uma nova dinâmica autogestionária, agora mais arrojada, inovadora e organizada, além de ser uma injeção ânimo para o fortalecimento das relações solidárias entre os agroextrativistas. Para tanto, nas falas dos sujeitos entrevistados, manifestou-se a oportunidade de realizar um amplo debate sobre as novas possibilidades de atuação no âmbito do assentamento. Um momento para serem apresentados a novas tecnologias sociais solidárias que de fato apresentam potencial de efetivamente contribuir para o desenvolvimento territorial do assentamento. Esse espaço de diálogo também terá o objetivo de cristalizar o entendimento sobre os princípios da economia solidária e das redes de colaboração entre as comunidades dentro e fora do PEAEX Acutipereira.

Dessa forma, no coletivo, surgiu a ideia da Carteira de Projetos Econômicos Solidários do PEAEX Acutipereira (Apêndice A), documento que contém 18 iniciativas<sup>15</sup> devidamente detalhadas, que serão entregues as lideranças comunitárias de Santo Ezequiel Moreno, com o intuito de serem avaliadas pelos agroextrativistas do assentamento, com o envolvimento da rede de parceiros institucionais e participação direta do IFPA – Campus Breves, que irá contribuir nas discussões e encaminhamentos com a finalidade de efetivamente concretizar as iniciativas apresentadas no documento resultado de pesquisa acadêmica.

Portanto o propósito da Carteira de Projetos, caracteriza-se como uma metodologia de intervenção da realidade, visto que a economia solidária será discutida no nível operacional das iniciativas consideradas de implementação exequível. As informações cuidadosamente organizadas e debatidas terão elevado grau de prescrição, no intuito de sugerir meios de intervenção na realidade (FRANÇA FILHO, 2007).

---

<sup>15</sup> As iniciativas econômicas solidárias foram definidas a partir da observação e dos diálogos mantidos com os sujeitos da pesquisa. Contudo, os estudos bibliográficos sobre as Redes de Colaboração Solidária, especialmente do autor Mance (2000, 2002, 2005), bem como o Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), serviram como importantes referências teóricas para as análises e argumentações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos traçados no presente estudo, foi possível conhecer e compreender um caso emblemático no âmbito do Marajó. Apresentou-se detalhadamente todas as iniciativas econômicas solidárias em andamento, assim como os planos para o futuro dos agroextrativistas moradores da comunidade Santo Ezequiel Moreno. E como forma de gerar um resultado concreto e fonte para novos debates e novas ações solidárias, sugeriu-se novas iniciativas econômicas solidárias com efetivo potencial de serem concretizadas no âmbito da região estudada, com o intuito de possibilitar o fortalecimento da cultura solidária e cooperativista efetivamente em construção, bem como permitir dar o salto de qualidade mais seguro e promissor em busca da excelente gestão e expansão dos projetos econômicos solidários em curso, como previamente levantado na hipótese da pesquisa.

De posse de todos os dados levantados, permitiu-se realizar uma análise aprofundada com ênfase na questão problematizadora da pesquisa, de modo que constatou-se que efetivamente são notórios os importantes avanços os quais a comunidade Santo Ezequiel Moreno vem promovendo, especialmente a partir do ano de 2004. São avanços que levaram a um nível de organização social eficiente e transformador que culminou com a implementação de projetos de desenvolvimento territorial alternativos na perspectiva da economia solidária.

O Fundo Solidário Açai – tecnologia Social certificada e premiada nacionalmente; a Miniagroindústria Boa União – exemplo concreto que ensina que por meio da colaboração das pessoas é possível planejar e construir um futuro promissor; a Cozinha Agroextrativista Iaçá – representa a materialização do protagonismo comunitário feminino. São instrumentos constituídos com o intuito de proporcionar uma vida mais digna, livre e feliz ao coletivo de agroextrativistas pesquisados. Portanto, essas iniciativas de fato apresentam excelentes resultados ao conjunto de sujeitos organizados em prol de um objetivo comum, o bem viver mais equilibrado e justo.

Evidenciou-se que a relação trabalho-renda que proporciona-se por meio da economia solidária, de fato está ocorrendo no território da Amazônia Marajoara, mesmo que de forma incipiente. O caso estudado, mostra que o bem mais precioso que há em uma iniciativa solidária, são as pessoas, as pessoas constituem o grupo, e esse por sua vez, determina as regras e todos constroem e se beneficiam juntos.

É importante mencionar que a comunidade Santo Ezequiel Moreno, efetivamente exerce a administração coletiva de seus empreendimentos econômicos solidários, com ênfase ao Fundo Solidário Açai, primeira iniciativa solidária e importante mecanismo de suporte as demais iniciativas da comunidade. Portanto, o princípio da autogestão, basilar na economia

solidária, o qual caracteriza-se como uma modalidade de gestão multidimensional – social, econômica, política e técnica, por meio da qual os parceiros do processo de trabalho organizam-se com o objetivo de alcançar resultados, de fato está presente na comunidade e em pleno processo de consolidação.

A pesquisa de campo destacou que mesmo com as diversas dificuldades inerentes a região marajoara, os agroextrativistas procuram se integrar, não se isolam, pelo contrário tentam realizar projetos em conjunto com as demais comunidades dentro e fora de seu território. Com base nessa realidade e nos estudos defendidos por Mance (2000, 2002, 2005), o estudo de caso deu ênfase a uma possibilidade econômica viável para o território da Amazônia marajoara. Trata-se da ativação de uma rede de colaboração solidária, que se corretamente estimulada, será praticado o consumo solidário entre as comunidades dentro o fora do PEAEX Acutipereira, que futuramente irá gerar um excedente que permitirá a criação de novas unidades produtivas e consumidoras, a partir da comercialização de toda a sua produção. Essa união irá atender a uma demanda ainda maior de produtos e serviços em um movimento autossustentável de expansão. Trata-se de um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico permeado pela solidariedade entre povos organizados que promove o fortalecimento de sua identidade agroextrativista.

Evidenciou-se que a comunidade Santo Ezequiel Moreno, exerce grande poder de governança territorial e vem desenvolvendo importantes ações para o incremento de sua rede colaboração solidária que a diferencia e a coloca em um patamar importante em termos de desenvolvimento territorial. Seus agroextrativistas desenvolvem estratégias de organização social que buscam a cooperação, autogestão, equidade, solidariedade e a sustentabilidade em suas iniciativas coletivas. Essas ações contam com a contribuição de uma diversidade de parceiros institucionais, mas sua dinâmica movimenta-se principalmente a partir da dedicação de cada um dos seus moradores, verdadeiros agentes colaborativos que integram uma rede cada vez mais consolidada de solidariedade em busca do desenvolvimento territorial.

As iniciativas solidárias analisadas pelo estudo de caso – Fundo Solidário Açaí, a Cozinha Agroextrativista Iaçá, a Miniagroindústria Boa União, e mais recentemente o Projeto Manejaí, servem com indutores conectivos para a intensividade e extensividade da rede de colaboração. A Cozinha Iaçá, fortalece o fluxo produtivo e comercial dos produtos florestais provenientes da agricultura familiar dos assentamentos. A Miniagroindústria Boa União, brevemente irá colaborar no projeto da central de distribuição do açaí de várzea manejado, proveniente das diversas comunidades dentro e fora do assentamento. O Manejaí e Companhia, irá promover o intercâmbio de saberes e maior capacidade produtiva do açaí de

várzea de forma absolutamente sustentável. Portanto, nota-se que esses projetos colaborativos também exercem a função de reunir as comunidades do PEAEX Acutipereira e demais assentamentos da região e revelam-se mais que possibilidades, e sim soluções concretas para a consolidação de uma rede de colaboração solidária para o desenvolvimento territorial da Amazônia Marajoara.

A partir dos diálogos e observações realizadas em campo, presume-se que a medida que relações de colaboração solidárias em curso se intensificarem entre as comunidades pertencentes ao PEAEX Acutipereira, as demais comunidades dos PEAEX adjacentes (Acangatá, Auto Camarapi e Jacaré-Puru e futuro PEAEX Joana Peres II), buscarão implementar iniciativas econômicas similares e até superiores à comunidade Santo Ezequiel Moreno. Fenômeno que irá incentivar uma competição saudável em busca de melhores condições de vida para o conjunto de comunidades da rede colaborativa, permitindo a expansão em novas comunidades. Dessa forma irão promover o fortalecimento recíproco de toda a rede, as quais por sua vez, fortalecerão todo o conjunto na medida em que serão fortalecidas por ele.

Entretanto, para o efetivo sucesso das redes de colaboração solidárias, deve-se considerar aspectos importantes, tais como a logística para a consecução eficiente do fluxo de produtos entre as diversas comunidades assentadas. As grandes distâncias entre as comunidades e a falta de infraestrutura de transporte fluvial e terrestre, frequentemente inviabilizam a colaboração solidária. Algumas comunidades não possuem energia elétrica, diante disso, não há como fornecer grandes quantidades de produtos, devido sua perecibilidade, tais como, o açaí. Deve-se observar e atender as exigências de cada processo produtivo, como por exemplo, manter uma escala produtiva em quantidade, frequência e qualidade suficientes para atender as demandas dos mercados futuros, dentro e fora do PEAEX Acutipereira.

Outro fator limitante que deve ser mitigado é a resistência de algumas lideranças comunitárias dentro do PEAEX Acutipereira. Evidencia-se uma espécie de desconfiança atrelada à aspectos culturais e políticos que dificultam a cooperação para o bem-estar coletivo. Algumas lideranças acreditam na ideia de um desenvolvimento localizado e específico para a comunidade sede da iniciativa solidária, neste caso, apenas em Santo Ezequiel Moreno. Essa equivocada percepção, materializa-se por meio da falta de apoio e participação na operacionalização do trabalho coletivo, bem como na ausência de iniciativas nessas comunidades, fato que dificulta a integração de um todo solidário para a promoção da governança territorial por meio de uma mobilização social ampliada e fortalecida.

No que se refere ao papel do Estado como agente promotor do desenvolvimento territorial, a pesquisa enfatizou que apesar de não ser consenso entre grandes intelectualidades contemporâneas, a postura mais coerente é aceitar o Estado como uma força ainda fundamental para incentivar as iniciativas da economia solidária, tendo em vista as limitações presentes no território marajoara. A partir do acesso a políticas públicas importantes, tais como o PAA, PNAE, Crédito Rural, dentre outras, é possível celebrar parcerias promissoras, de modo a tornar os empreendimentos econômicos solidários seus maiores fornecedores e beneficiários. Além da celebração de diversas parcerias com entes públicos que se bem gerenciadas, constituirão uma rede institucional de colaboração forte e indispensável. Contudo, deve-se garantir que o princípio da autogestão dos projetos solidários não seja maculada, por interferências de governos ou empresas capitalistas.

O estudo revelou detalhadamente que encontra-se em planejamento e construção coletiva, importantes projetos inovadores na comunidade. Apresentou-se os primeiros passos do Manejaí e Companhia; a concessão de linhas de crédito para o atendimento das demandas dos pequenos produtores rurais por meio dos ativadores de crédito rural socioambiental; a farmácia de ervas medicinais; e um projeto promissor voltado para o turismo de base comunitária. No entanto, é oportuno considerar e analisar mais detalhadamente a iniciativa do empreendimento cooperativo, tendo em vista que tal empreendimento tem o potencial de integrar as diversas iniciativas organizacionais solidárias em andamento e em fase de planejamento.

Uma cooperativa caracteriza-se como uma ótima iniciativa, tendo em vista que a principal vantagem desse tipo de empreendimento colaborativo é a organização do trabalho em rede colaboração. Essa organização possibilita que indivíduos isolados e com menos condições de enfrentar o mercado, aumentem sua competitividade, melhorem sua renda e sua condição de trabalho. Realidade muito presente no Marajó e bem perceptível no caso analisado. Entretanto, algumas questões importantes devem ser ponderadas e respondidas pelos futuros agroextrativistas cooperados, tais como: Existe mercado suficiente para os produtos a serem oferecidos pela cooperativa? Qual a perspectiva da capacidade comercial e produtiva da cooperativa? Como está sendo planejado o processo de produção e comercialização da cooperativa? A cooperativa está preparada para atender a todas as exigências feitas pelas políticas públicas de comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar? Como acessar essas políticas públicas?

Enfim, trata-se da necessidade de um estudo de mercado e de viabilidade econômica para responder a todas essas perguntas e a diversas outras que surgirão no decorrer do

processo. Para tanto, constatou-se em diálogos mantidos com as lideranças comunitárias, por meio de pesquisa de campo, que torna-se imprescindível a elaboração do referido estudo. Diante de tal constatação, propõem-se futuras pesquisas para a criação de um Plano de Negócio para Empreendimentos Econômicos Solidários. Será um instrumento de apoio à gestão comunitária, que deverá considerar as vertentes econômicas, sociais e de cidadania, tanto no planejamento, criação e organização dos empreendimentos, quanto na destinação de suas sobras, e assim encontrar o caminho almejado conforme os fundamentos da Economia Solidária. Portanto, a riqueza será centrada na valorização do ser humano e não no capital, caracterizada pela igualdade. A partir desse documento os empreendimentos solidários terão um instrumento de referência para a consecução de um planejamento consistente e equilibrado que eventualmente os permitirão o acesso a linhas de créditos específicas ou a outras políticas públicas voltadas aos agroextrativistas, populações tradicionais, agricultores familiares que apresentem em seu dia a dia práticas econômicas solidárias.

Quanto à possibilidade de mudança jurídica de uma associação para cooperativa, essa modificação trará uma conotação diferenciada no que refere-se a natureza de abordagem da comunidade. De acordo com o Código Civil Brasileiro, em seu artigo 53, associações são organizações que têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e ações filantrópicas. Enquanto que na prática, as cooperativas têm finalidade fortemente econômica, seu principal objetivo é viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto ao mercado. Portanto, os agroextrativistas deverão estar preparados para dar início a uma ação com maior ênfase no empreendimento rural e seu ótimo desempenho mercadológico para a satisfação de suas aspirações e necessidades econômicas, sem é claro desconsiderar as necessidades sociais e culturais como já vem sendo realizado, entretanto, agora com a perspectiva de perseguir um desempenho econômico eficiente e de forma permanente.

Entretanto, ratifica-se que um dos maiores riscos que uma cooperativa deve prevenir e a eventual perda das características da filosofia cooperativista. Segundo Singer (2002), a um truísmo que diz que cooperativas que vão mal fecham, as que vão bem deixam de ser cooperativas. Esse desvio dos princípios econômicos solidários e dos fundamentos cooperativistas, por vezes ocorre devido à falta de qualificação dos cooperados e de seus dirigentes.

Vale enfatizar que os empreendimentos presentes na região do Marajó, sejam eles na perspectiva solidária ou não, ainda carecem de serviços de assistência técnica e extensão rural mais eficientes, assim como maior suporte aos aspectos administrativos, contábeis e jurídicos.



Desta forma, os custos com as atividades rotineiras do negócio seriam menores ou até inexistentes.

Diante desse cenário e com o intuito de prevenir quanto ao risco do desvio da finalidade cooperativista, recomenda-se a implantação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Marajó (ITCP-M), no âmbito do IFPA – Campus Breves. Dessa forma, os empreendimentos marajoaras que desejem trabalhar de forma autogestionária e produzir coletivamente, terão um canal de formação e assessoria gratuito e de qualidade.

Outro ponto relevante da pesquisa foram os resultados e discussões acerca do Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade. Após análise quanto o propósito desse novo projeto, concluiu-se que tal estrutura poderá se tornar uma Unidade de Articulação Colaborativa, e o seu propósito poderá ser muito além de um espaço físico para a organização de documentos ou simplesmente para abrigar a tesouraria da comunidade.

Com a finalidade de contribuir no início da operacionalização dessa Unidade de Articulação Colaborativa, a pesquisa desenvolveu o documento intitulado “Carteira de Projetos Econômicos Solidários do PEAEX Acutipereira” (Apêndice A). Documento que contém 18 iniciativas econômicas solidárias devidamente detalhadas e a partir dele será possível reiniciar um novo debate no nível operacional das iniciativas consideradas de implementação exequível.

Conclui-se que a abordagem da economia solidária atual deve buscar estabelecer soluções híbridas e multifacetadas de uma economia com relações de poder mais coerentes entre Estado, sociedade civil e mercado. Deve-se inovar e experimentar, desviar o foco das fórmulas superadas.

A pesquisa demonstrou que apesar dos pontos que ainda merecem amadurecimentos e aprimoramentos, o caso revela os grandes avanços em termos da ativação de uma ampla e consistente rede de colaboração solidária sendo tecida no entorno de importantes projetos comunitários. Iniciativas que demonstram que a economia solidária, de fato, é uma filosofia de vida que sem dúvida transforma a realidade das pessoas de forma mais justa, equilibrada e com melhores oportunidades para todos.

Por intermédio de práticas econômicas solidárias, tais como, o cooperativismo, os povos inseridos na Amazônia marajoara têm maiores possibilidades de colocar em prática a gestão de recursos naturais e assim alcançar o desenvolvimento territorial sustentável. A economia solidária, nos ensina que é possível conciliar os interesses econômicos e os sociais no mesmo patamar e grau de importância. Ela tem o poder de aliar o que é importante para as pessoas e o que é imprescindível para o desenvolvimento territorial.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sônia. **A cozinha pega a demanda de produtos para o evento**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Durante a segunda feira de ciências da comunidade**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **O Fundo Solidário Açai tem um coordenador**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Se temos oportunidades, a gente corre atrás**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Temos uma miniagroindústria que está parada aqui**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Vimos que já havia uma necessidade de ser ter um espaço**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Sempre eu conto uma história de um conjugado**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

ALVES, O. J. A.; SILVA, C. N.; CASTRO, C. J. N. Uso dos recursos naturais por populações tradicionais na Resex Mapuá (Breves-Pará). In. SILVA, C. N.; SILVA, J. M. P.; CHAGAS, C. A. N. (org.) **Geografia na Amazônia Paraense: análises do espaço geográfico**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014. p. 301-330.

ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: Portel, PA, 2019. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/portel\\_pa#trabalho](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/portel_pa#trabalho). Acesso em: 28 dez. 2019.

BAIA, C. Maria. **A iniciativa do fundo veio dos moradores**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Como a comunidade avançou muito com o fundo**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **O projeto da cozinha é isso**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **O Fundo Solidário Açai aconteceu devido a carência do apoio do governo**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993, p. 101-34.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 137/2017**. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Brasília, DF, 09 nov. 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131528>. Acesso em: 15 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Código civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF, 22 fev. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm). Acesso em: 13 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC, e dá outras providências. Brasília, DF, 17 nov. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7357.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7357.htm). Acesso em: 13 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019**. Revoga e institui a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF, 30 maio 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm). Acesso em: 13 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007**. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA; altera a Medida Provisória no 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 67, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 3 jan. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp124.htm). Acesso em: 15 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm). Acesso em: 14 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006,

9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Brasília, DF, 18 jun. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm). Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF, 1 jan. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm). Acesso em: 13 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. **Plano Nacional de Economia Solidária**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria>. Acesso em: 11 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2012-2015)**. Belém: SUDAM, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2016-2019)**. Belém: SUDAM, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (2020-2023)**. Belém: SUDAM, 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Portal da Transparência. **Bolsa família Portel**. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/localidades/1505809-portel>. Acesso em: 28 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 5695/2019**. Altera as Leis 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 9.766, de 18 de dezembro de 1998, 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.880, de 9 de junho de 2004, para transferir a cota da União do Salário Educação para Estados e Municípios. Brasília, DF, 29 out. 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139597>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CAVALCANTE, Paulo B. **Frutas comestíveis da Amazônia**. Belém: Museu paraense Emilio Goeldi, 1991.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM MANEJO DE AÇAIZAIS NO MARAJÓ. Disponível em: <https://www.manejajai.com.br>. Acesso em: 8 jan. 2019.

COZINHA Agroextrativista Iaçá: receitas da culinária agroextrativista. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2019.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança Territorial**: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2006/textos3/04.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2018.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Diagnóstico socioambiental das comunidades agroextrativistas das glebas estaduais de Portel**. Rio de Janeiro, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos Ebape FGV**, v. 2, n. 1, mar. 2004.

\_\_\_\_\_. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Fundo Solidário Açaí**. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/fundo-solidario-acai>. Acesso em: 19 jun. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Sonia Maria Karam; PECQUEUR, Bernard. **Inovação, território, e arranjos cooperativos**: experiências de geração de inovação no Brasil e na França. Nouvelle édition [en ligne]. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/360>. Acesso em: 9 mar. 2018.

GOMES, Teofro. **A gente vai enfrentar dificuldades com a mão de obra**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Através do projeto com a Caixa Econômica**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Atualmente não estamos trabalhando com acesso a crédito**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Eu creio que nós já estamos acostumados a trabalhar sem depender do Governo**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Na verdade, a gente pensou uma coisa bem pequena**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **O nosso papel no Manejá**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Primeiro seminário com o tema da regularização fundiária**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Quando a gente começou a discutir a comunidade**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Queremos uma sala somente para tesouraria**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

GOMES, Teofro. **Todo e qualquer trabalho a gente não pensa só em nós**. Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. *In*: GOLDENBERG, M. (org.). **Ecologia, ciência e política**. São Paulo: Revan, 1991. p. 9-48.

HUMAN rabies transmitted by bats in Pará State, Brazil. **EID Weekly Updates**: emerging and reemerging infectious diseases, region of the Americas, v. 2, n. 13, Apr. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Portel. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/portel/panorama>. Acesso em: 28 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Relatório preliminar sobre as possíveis causas dos ataques de morcegos hematófagos no rio Acuti-pereira, município de Portel, Estado do Pará**. Breves, 2004.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Cozinha agroextrativista Iaçá**. Disponível em: <https://iieb.org.br/cozinha-agroextrativista-iaca-uma-conquista-das-mulheres-marajoaras>. Acesso em: 7 de jun. 2019.

JACOBI, P.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social de educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **CEDES**, v. 29, n. 77, 2009.

JESUS, Paulo. Desenvolvimento local. *In*: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 72-75.

LAVIVILLE, Jean-Louis; GAIGER, L.I. Economia solidária. *In*: CATTANI, Antonio D. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. 1 ed. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

LEITE, Danielson Corrêa. **Relações de trabalho na comunidade ribeirinha Santo Ezequiel Moreno em Portel, Marajó-PA**. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MACHADO, L. de O. R. Desflorestamento na Amazônia brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. **Soc. estado**. v. 24, n.1, p.115-147, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a06v24n1.pdf>. Acesso em: 17 jan. 20.

MANÇE, Euclides André. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A revolução das redes de colaboração solidária**. Disponível em: [http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A\\_Revolucao\\_das\\_Redes\\_de\\_Colaboracao\\_Solidaria.pdf](http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf). Acesso em: 28 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. *In*: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 76-84.

MIRANDA, Katiúscia; POTIGUAR, Manoel. **Embarca Marajó**: estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017. p. 59-100.

MORRE no Barros Barreto a 14ª vítima de raiva. **O Liberal**, Belém, ano LVIII, 6 abr. 2004. Atualidades, p. 6.

PARÁ. Decreto nº 2.012, de 20 de março de 2018. Cria o projeto estadual de assentamento agroextrativista (PEAEX) denominado Acutipereira, localizado no município de Portel, Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado**, Belém, v.33, n.582, 21 mar. 2018.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade. **Plano de Desenvolvimento Local de Portel**: relatório de gestão 2013-2018. Belém, 2019.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, v. 24, n.1-2, p. 10-22, 2005.

\_\_\_\_\_. Reinventando a economia: a guinada territorial da economia global. **Revista Política & Sociedade**, n. 14, p. 79-105, 2009.

RAMOS, Carlos Augusto; MELO, Pâmela; NASCIMENTO, Raoni; LACERDA, Teofro. **Diagnóstico sócio-econômico-ambiental do rio acutipereira, município de Portel, no estado do Pará**. Portel: FASE, 2006.

REDIG, J.; SILVA, C. N. Unidades de conservação e a viabilidade do ecoturismo: uma proposta de gestão para parques. **Revista Humanitas**, v. 26, p.53-64, 2009.

ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. **Aprendizagem territorial**: dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. **Socioeconomia**: solidariedade, economia social e as organizações em debate. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, governança e democracia: criação da capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós Constituinte. *In*: **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n 3, p. 335-376, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SESPA confirma 12 mortes por raiva humana em Portel. **O Liberal**, Belém, ano LVIII, nº 30.617, 1 abr. 2004. Atualidades, p. 7.

SILVA, C. N. da. **Percepções geográficas**: educação, sociedade e meio ambiente na Amazônia. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.

SILVA, Nilson. **A gente percebe que as famílias se tornaram muito independente.** Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Ano que vem o planejamento é expandir o Manejaí.** Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Em relação ao comércio do açaí teremos uma central de distribuição.** Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Hoje a comunidade é um espelho para as outras.** Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, p. 85, 13 ago. 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **O crédito rural poderia resolver o problema do fornecimento de energia.** Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Sim, existem conexões entre as comunidades.** Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

\_\_\_\_\_. **Somos uma associação e uma associação não pode emitir nota.** Entrevista cedida a Alexandre Nunes da Silva. Portel, 2019. Pesquisa de campo.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário et al. **Gestão social & território:** práticas participativas para o desenvolvimento territorial. Belém: Unama, 2018.

VASCONCELLOS, A. M. A; VASCONCELLO SOBRINHO, Mário. **Alternativas de desenvolvimento e o modelo de sustentabilidade:** um estudo de caso das organizações locais dos municípios de Barcarena e Igarapé Miri. Belém: Unama, 2007.

YUNUS, M. **Um mundo sem pobreza:** a empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática, 2008.



## APÊNDICE A - CARTEIRA DE PROJETOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO PEAEX ACUTIPEREIRA

<b>EIXO 1: AMBIENTE INSTITUCIONAL</b>	
Constituir, estimular e manter um ambiente de parcerias institucionais que possibilitem o fortalecimento da economia solidária, considerando as especificidades da Amazônia marajoara, de modo a garantir o funcionamento plenamente eficiente dos empreendimentos econômico solidários do PEAEX Acutipereira.	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	1. Estabelecer o Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade como Unidade de Articulação Colaborativa.
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<p>A partir da instalação do Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade, inicia-se uma nova estratégia de atuação no PEAEX Acutipereira. Além de um espaço para a melhor organização dos documentos das iniciativas solidárias, haverá a operacionalização de uma Unidade de Articulação Colaborativa que terá o compromisso de estimular a cooperação entre os agroextrativistas na busca permanente de excelentes resultados nas ações de planejamento, organização, direção e coordenação dos empreendimentos econômicos solidários do assentamento. Por meio dessa nova infraestrutura, serão intensificados os esforços colaborativos, de modo a permitir a implantação e avanço de novos projetos solidários com uma dinâmica autogestionária mais arrojada, inovadora e organizada.</p> <p>Por meio de um trabalho coletivo e solidário, serão empreendidos esforços para o acesso à políticas públicas importantes para o desenvolvimento local, de modo a ampliar a comercialização dos produtos e serviços oferecidos no âmbito das comunidades do PEAEX Acutipereira. O foco de atuação buscará identificar e inserir-se em oportunidades promovidas na esfera municipal, estadual e do Governo Federal, como destaque para os programas de desenvolvimento territorial, superação da pobreza, agricultura familiar (PAA, PNAE, PRONAF), e educação, por meio das instituições de ensino efetivamente atuantes no Marajó. Além das áreas vinculadas ao trabalho e emprego, resíduos sólidos, promoção da igualdade racial, inclusão, autonomia e emancipação socioeconômica de jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais, catadores de materiais recicláveis, entre outros.</p> <p>A partir da participação e debates em fóruns específicos, será estimulado a criação de programas municipais e estaduais de Economia Solidária, com a finalidade de promover o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável.</p>
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	IFPA. UFPA. BANCO DA AMAZÔNIA. BANCO DO BRASIL. IDEFLOR-BIO. SEBRAE. IEB. EMBRAPA. EMATER-PARÁ. ITERPA. Prefeitura de Portel. STTR-Portel. Instituto PEABIRU. PNUD.

<b>EIXO 1: AMBIENTE INSTITUCIONAL</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	2. O Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade como Animador do Processo de Colaboração Solidária em Rede.
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<p>O Escritório de Economia Solidária e Sustentabilidade, terá como objetivo integrar empreendimentos solidários de produção, comércio, serviços e consumo da região, bem como trabalhar visando o fortalecimento das parcerias institucionais atuais e futuras, com o intuito de buscar maior investimento nos empreendimentos coletivos do PEAEX Acutipereira, reorganizando solidariamente as cadeias produtivas da região. Dessa forma será possível gerar mais trabalho e melhor distribuição de renda, para atender inicialmente as próprias demandas de consumo local, utilizando preferencialmente insumos produtivos da região.</p> <p>Atualmente a comunidade já possui tecnologias sociais importante que visam cumprir esse papel, embora seja necessário intensificar e aprimorar os trabalhos. A Cozinha Agroextrativista Iaçá, a Miniagroindústria Boa União e mais recentemente o Manejaí e Companhia, servem com indutores conectivos para a intensividade e extensividade da rede de colaboração, eles reúnem as comunidades de Santo Ezequiel Moreno e demais assentamentos da região.</p> <p>A Cozinha Agroextrativista Iaçá com a relação comercial de produtos provenientes da agricultura familiar dos assentamentos. A Miniagroindústria Boa União, poderá assumir o papel de centro de distribuição do açaí manejado, proveniente das diversas comunidades dentro e fora do PEAEX Acutipereira. O Manejaí e Companhia que brevemente estará apresentando excelentes resultados e será um importante canal de formação para as boas práticas de manejo de açaizais e outras culturas marajoaras que tem o potencial de conectar diversas regiões em uma relação sinérgica e colaborativa.</p> <p>Essas tecnologias sociais solidárias se mostram promissoras para o fortalecimento da rede de colaboração solidária da região marajoara, com ênfase no consumo crítico, ético, justo, solidário e conectado em rede, como o objetivo de possibilitar a emancipação social e o bem viver das comunidades agroextrativistas marajoaras.</p>
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	IFPA. UFPA. BANCO DA AMAZÔNIA. BANCO DO BRASIL. IDEFLOR-BIO. SEBRAE. IEB. EMBRAPA. EMATER-PARÁ. ITERPA. Prefeitura de Portel. STTR-Portel. Instituto PEABIRU. PNUD.

**EIXO 2: FINANÇAS SOLIDÁRIAS**

Criar e desenvolver estratégias para a organização e execução de um trabalho voltado às Finanças Solidárias com regulação própria, garantindo ambiente institucional para seu desenvolvimento e tendo como principal objetivo a dinamização das economias do território.

<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	3. Prospecção de Suporte Financeiro de Fundos de Desenvolvimento Solidário
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<p>Efetuar permanentemente a prospecção de novas fontes de captação de recursos financeiros provenientes de fundos de desenvolvimento econômico públicas e/ou privadas, com o objetivo de financiar as atividades relacionadas a microcrédito para produção e consumo no âmbito do PEAEX Acutipereira.</p> <p>No caso dos entes públicos, preferencialmente os vinculados as ações das entidades de governo, tais como, o Departamento de Economia Solidária, vinculado ao Ministério da Cidadania, bem como dos próprios empreendimentos organizados em rede solidária.</p> <p>Realizar o mapeamento de oportunidades internacionais junto a agências de fomento da economia solidária de outros países.</p>
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	Buscar parcerias nacionais e internacionais.

<b>EIXO 2: FINANÇAS SOLIDÁRIAS</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	4. Banco Comunitário e Moeda Social
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<p>Como forma eficaz para solucionar as dificuldades de acesso à crédito destinados ao consumo e produção, sugere-se a implementação de um Banco Comunitário.</p> <p>Um banco comunitário constitui-se em um sistema financeiro solidário, que atua de forma integrada nos quatro pontos da cadeia produtiva, quais sejam: capital solidário, produção sustentável, consumo ético e comércio justo (Mance, 2003).</p> <p>Essa nova iniciativa econômica solidária de natureza associativa e comunitária, terá o objetivo de fortalecer a rede de colaboração entre produtores e consumidores do PEAEX Acutipereira e comunidades vizinhas de outros assentamentos. Dessa forma será facilitado o acesso à microcrédito destinados à produção e consumo local, a taxas de juros muito baixas e sem exigência de comprovação de renda. Nesse caso, o vizinho de forma solidária, dará as garantias necessárias, portanto, será um contrato de confiança e de reciprocidade.</p> <p>A estratégia será deslocar o centro econômico urbano de Portel para dentro do PEAEX Acutipereira, fazendo com que os moradores comecem a vender e comprar preferencialmente dentro do assentamento. Para que esse processo de desenvolvimento local seja mais célere, é imprescindível desenvolver uma moeda própria e assim reduzir a dependência de bancos tradicionais, visto que a partir de então, abre-se uma diversidade de alternativas econômicas.</p> <p>No futuro deve-se integrar na Rede Brasileira de Bancos Comunitários e ampliar a oferta de serviços, em parceria com a Caixa Econômica Federal, instituição financeira já familiarizada com as práticas econômicas solidárias de Santo Ezequiel Moreno.</p> <p>O banco será autogerido por meio de uma entidade gestora e um conselho local que irá realizar a controladoria social do banco. Todos devidamente capacitados, visto que um empreendimento social dessa natureza requer uma equipe de autogestores preparada para exercer de forma profissional o controle contábil e monetário do banco.</p>
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Caixa Econômica Federal.

<b>EIXO 2: FINANÇAS SOLIDÁRIAS</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	5. Cartão de Crédito Solidário
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<p>Mais um serviço que futuramente poderá ser oferecido pelo Banco Comunitário do PEAEEX Acutipereira, onde o seu objetivo central será atender as demandas de consumo e produção locais. O funcionamento será simples, as famílias irão possuir um cartão de crédito solidário e poderão comprar em qualquer estabelecimento credenciado e pagamento será realizado na data-base de seu cartão. As compras de qualquer produto acima de um valor a ser estipulado pelos comunitários, poderão ser parcelada em até 3 vezes, exceto produtos alimentícios.</p> <p>O limite mínimo e máximo de crédito será discutido em assembleia. O pagamento do cartão será realizado na sede do banco que ficará localizada na comunidade Santo Ezequiel Moreno. Os comerciantes credenciados receberão seus pagamentos no 15ª dia de cada mês e serão descontados 3% do total das vendas de cada comerciante, referentes à taxa de administração do cartão.</p> <p>A ideia do cartão de crédito solidário possui um componente pedagógico que educa as pessoas para o consumo solidário e para a compreensão de práticas voltadas para o desenvolvimento local, por meio de indução do consumo de produtos gerados na própria região.</p> <p>Uma estratégia viável é criar um sistema de compras coletivas, realizadas diretamente dos produtores que estão ligados à rede de colaboração solidária. Desta forma as famílias poderão utilizar seus cartões de crédito para a compra de alimentos sem que os recursos sejam destinados ao mercado convencional.</p>
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	Empresas credenciadas, preferencialmente que estimulem o consumo e produção local. Agroextrativistas locais.

<b>EIXO 3: COMERCIALIZAÇÃO</b>	
Criar e fortalecer uma estrutura de comercialização de produtos e serviços da Economia Solidária de forma autogestionária e sustentável.	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	6. Loja da Economia Solidária
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<p>A partir do início das atividades turísticas no âmbito da comunidade Santo Ezequiel Moreno, é imprescindível que seja criado um empreendimento econômico solidário com o objetivo de comercializar os diversos produtos das comunidades integrantes do PEAEX Acutipereira.</p> <p>Uma diversidade de produtos poderão ser comercializadas na Loja da Economia Solidária, desde artigos do artesanato marajoara, iguarias da gastronomia amazônica, produtos da agrobiodiversidade, tais como: mel de abelha, farinha de mandioca, óleo de patauá, andiroba, copaíba, dentre tantos outros produtos da rica Amazônia marajoara. Para isso, é fundamental realizar um amplo estudo de potencialidade e viabilidade econômica que identifique detalhadamente os recursos necessários para sua implantação e como o negócio deve ser conduzido sob o ponto de vista estratégico, mercadológico, financeiro e operacional.</p>
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	SEBRAE. IFPA.

<b>EIXO 3: COMERCIALIZAÇÃO</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	7. Feiras de Economia Solidária
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<p>Promover e participar de feiras com o objetivo de possibilitar a comercialização dos produtos solidários das comunidades do PEAEX Acutipereira, sem intermediários, de forma a facilitar o encontro direto entre produtores, comerciantes e consumidores em geral. Esses eventos irão preparar os agroextrativistas de modo a adquirir experiências em participação em eventos comerciais, de forma a incentivá-los a levar seus produtos à outras regiões dentro e fora do Marajó. Esses eventos devem ir além do aspecto comercial e proporcionar atividades de educação popular e manifestações culturais locais.</p>
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	Prefeitura de Portel. STTR. SEBRAE. IFPA.

<b>EIXO 3: COMERCIALIZAÇÃO</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	8. Mostras de Economia Solidária
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<p>Serão eventos semelhantes as feiras, mas com o objetivo específico de divulgar os produtos solidários ao público em geral e fechar vendas a serem entregues posteriormente, firmar parcerias e contratos entre empreendedores de um mesmo setor ou cadeia produtiva, mapear empreendimentos solidários regionais, nacionais e até internacionais, tais como: centrais importadoras na Europa, América do Norte e Ásia, que atuam no comércio justo internacional e configuram-se como promissores parceiros comerciais.</p> <p>Além de realizar atividades educativas para empreendedores e consumidores, shows artísticos e eventos culturais. Em uma mostra exige-se demonstrar da melhor maneira possível as qualidades técnicas, solidárias e ecológicas dos produtos.</p>
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	Prefeitura de Portel. SRTT. SEBRAE. IFPA.

<b>EIXO 3: COMERCIALIZAÇÃO</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	9. Catálogos de Produtos da Economia Solidária Marajoara
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	Seu objetivo será divulgar os produtos da economia solidária e promover os futuros pontos comerciais solidários existentes no PEAEX Acutipereira (lojas, feiras, mercados etc.), e prestar informações adicionais de campanhas de consumo solidário.
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	SEBRAE. IFPA.

<b>EIXO 3: COMERCIALIZAÇÃO</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	10. Portal da Economia Solidária Marajoara – PEAEX Acutipereira – Portel – Pará – Brasil
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	Endereço eletrônico na internet com a finalidade de divulgar os produtos, realizar transações comerciais eletrônicas, divulgar a agenda da economia solidária marajoara, disponibilizar softwares solidários gratuitos, bem como materiais para qualificação técnica, ecológica e social dos empreendimentos e informações aos consumidores.
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	SEBRAE. IFPA.

<b>EIXO 3: COMERCIALIZAÇÃO</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	11. Selo da Economia Solidária Marajoara.
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	Terá o objetivo de identificar os produtos econômicos solidários do PEAEX Acutipereira, para os consumidores em geral, de modo a assegurar a qualidade técnica, ecológica e solidária dos produtos.
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	SEBRAE.



<b>EIXO 3: COMERCIALIZAÇÃO</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	12. Marca Coletiva / Indicação Geográfica
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	Os diversos produtos e serviços provenientes das iniciativas econômicas solidárias do PEAEX Acutipereira, poderão ser identificados por meio de uma marca coletiva que irá individualizá-los e distingui-los dos produtos ou serviços de seus concorrentes muitas vezes idênticos, semelhantes ou afins. Os agroextrativistas deverão avaliar as alternativas mais promissoras, a começar pelo “Açaí de Várzea Marajoara”. Os agroextrativistas deverão valorizar seus diferenciais competitivos, tais como: a produção de açaizais nativos das florestas de várzea da Amazônia Marajoara, por meio de técnicas de manejo de mínimo impacto. Posteriormente ou concomitantemente criação da marca coletiva, os agroextrativistas deverão analisar a possibilidade de criar uma Identificação Geográfica (IG). Trata-se de uma identificação de origem, ancorada no território marajoara que irá contribuir para o desenvolvimento territorial. A melhor estratégia a ser seguida será desenvolver uma Identificação Geográfica, associada a uma Marca Coletiva. Para tanto, será necessário seguir o que preconiza a Lei Federal nº 9.279, de 14 de maio de 1996.
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	SEBRAE.

<b>EIXO 4: EDUCAÇÃO</b>	
Viabilizar estruturas e processos educativos que contribuam para formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, e que os preparem para desenvolver alternativas de desenvolvimento integral, por meio de outros modos de produção com características colaborativas que promovam as liberdades individuais e satisfaçam os interesses das coletividades.	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	13. Escola de Economia Solidária do PEAEX Acutipereira
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	Espaço que irá oferecer capacitação profissional na perspectiva colaborativa com ênfase no combate à pobreza e no desenvolvimento local. As técnicas produtivas deverão dar ênfase aos aspectos gerenciais de comercialização e finanças solidárias.
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	IFPA. SEBRAE. EMATER-PARÁ.

<b>EIXO 4: EDUCAÇÃO</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	14. Laboratório de Práticas Solidárias
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	Espaço conectado ao projeto da Escola de Economia Solidária, onde os agroextrativistas em formação, poderão aprimorar uma variedade de técnicas de produção, tais como: técnicas de cultivo de plantas alimentícias e medicinais, hidroponia, criação de galinha caipira, criação de peixe, produção de mel, dentre outras atividades. A intenção é que toda a produção seja consumida pelas famílias do assentamento e o excedente será comercializado na feira da comunidade ou feira municipal de Portel.
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	IFPA. UFRA. EMATER-PARÁ. EMBRAPA.

<b>EIXO 4: EDUCAÇÃO</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	15. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Marajó (ITCP-M)
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	Dialogar com Instituição de Ensino parceira, com o intuito de provocar a criação de uma Incubadora Tecnológica. Será uma unidade destinada à assessoria técnica voltada ao nascimento e amadurecimento de pequenos empreendimentos solidários, que irá oferecer suporte técnico desde a elaboração do projeto inicial até a sua consolidação, com incentivos e acompanhamento especializado em cada área.
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	Preferencialmente o Instituto Federal de Educação do Pará – Campus Breves, que já possui Acordo de Cooperação Técnica em vigor, estreita relação institucional com a comunidade pesquisada, está instalado no Marajó e pode acionar uma grande rede de parceiros da educação profissional e tecnológica.

**EIXO 5: REDE DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA**

Fortalecer e aprimorar as redes de colaboração solidária no âmbito do PEAEX Acutipereira e assentamentos adjacentes, de modo a consolidar uma conexão sinérgica de produção e consumo mútuo, estimulado e fortalecido pela cooperação entre todas as comunidades dirigidas por uma governança popular com liberdade e capacidade de autogestão.

<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	16. Difusão da prática do Consumo Crítico, Solidário e Coletivo
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	<p>A iniciativa visará estimular a atitude de consumir ou usufruir de bens e serviços que são elaborados ou comercializados de maneira solidária pelas comunidades conectadas em uma rede colaborativa fortalecida, as quais têm como filosofia a cooperação, a não exploração, a solidariedade e a preservação do meio ambiente.</p> <p>Parte dos resultados obtidos deverão ser reinvestidos na criação de novos projetos solidários, para que dessa forma sejam criados novos postos de trabalho, melhorando o padrão de consumo e diversificando a produtividade da comunidade.</p> <p>De acordo com Mance (2003), essa lógica de consumo, quanto mais se reparte, mais células surgem e mais empregos são gerados, novos trabalhadores passam a integrar essa rede e a consumir os produtos e serviços por ela produzidos. Cria-se uma espiral de crescimento, onde atende-se melhor as necessidades de consumo da comunidade, aumentando o nível de renda local e a qualidade de vida de todos os agroextrativistas. Portanto, o ato de consumo, nesse modelo de desenvolvimento alternativo, não é apenas econômico, mas é também ético e político.</p> <p>Serão usadas abordagens para promover uma ação educativa de desenvolvimento do consumo crítico, solidário, coletivo e justo, por meio de uma estratégia chamada “alimento solidário” que poderá ser amplamente utilizada pelas ações da Cozinha Agroextrativista Iaçá, Miniagroindústria Boa União e Manejaí e Companhia.</p> <p>É necessário realizar o mapeamento da produção e consumo solidário dentro do PEAEX Acutipereira, para assim os agroextrativistas terem um diagnóstico mais preciso da quantidade e variedade socioproductiva que percorre o assentamento.</p>
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	IFPA. EMATER-PARÁ.

<b>EIXO 5: REDE DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	17. Terminal Municipal de Economia Solidária
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	O terminal será localizado no município de Portel e posteriormente em outros municípios da região marajoara, tais como: Breves e Curralinho. Seu objetivo será abastecer e interligar as futuras cooperativas, associações e os demais empreendimentos da rede de colaboração solidária ao futuro Entrepasto Regional de Economia Solidária, e assim facilitar a circulação de produtos entre as diversas regiões.
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	Governo do Estado do Pará. Prefeitura de Portel. STTR. ATAA. ASMOGA. Cooperativas.

<b>EIXO 5: REDE DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA</b>	
<b>PROJETO ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	18. Entrepastos Regionais de Economia Solidária
<b>DESCRIÇÃO DO PROJETO</b>	Terão a finalidade de conectar os terminais municipais de comercialização em um sistema logístico integrado que irá facilitar a circulação dos produtos entre as diversas regiões do Marajó.  Os Terminais Municipais e os Entrepastos Regionais de Economia Solidária, irão estabelecer uma estratégia logística adequada que facilitará o processo de armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da economia solidária da região marajoara, em um cenário mais avançado de prosperidade e emancipação social.
<b>PARCEIROS INSTITUCIONAIS</b>	Governo do Estado do Pará. Prefeitura de Portel. STTR. ATAA. ASMOGA. Cooperativas.

**Obs:** As iniciativas 17 e 18, são classificadas com maior grau complexidade, tendo em vista que irá requerer um nível de articulação mais aprofundado, especialmente com o governo municipal e estadual. Entretanto, possíveis de serem concretizadas em uma perspectiva de longo prazo.